

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

NÚMERO 133, 2º SEMESTRE DE 2023

**Brasília
2023**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado

Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Secretária-Geral

Embaixadora Maria Laura da Rocha

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente

Embaixador Raphael Azeredo

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Chefe da Assessoria Especial

Embaixador Joel Souza Pinto Sampaio

=====

COPYRIGHT © MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Zona Cívico-Administrativa

Brasília, DF, 70170-900

Site: gov.br/mre

Elaboração:

Daniela Oliveira Guerra

Letícia Rodrigues Clemente

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação visual e diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério das Relações Exteriores

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores / Assessoria Especial de Comunicação Social. – Ano 49, n. 133 (jul./dez. 2023). – Brasília : FUNAG, 2023.
166 p.

ISSN: 0101-2428

1. Brasil – Relações Internacionais – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU: 32(05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, DE 14/12/2004.

Elaborada por Elizabeth Mattos – CRB-1/1415

(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

1. NOTAS À IMPRENSA.....	9
1.1. LXII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LXII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum – 3 e 4 de julho de 2023	9
1.2. III Cúpula CELAC-UE.....	10
1.3. Cúpula da Amazônia	11
1.4. Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola – Luanda, 25 e 26 de agosto de 2023	12
1.5. Carta de países em desenvolvimento a autoridades europeias sobre a entrada em vigor da chamada “lei antidesmatamento” da União Europeia	13
1.6. Lançamento da Aliança Global para Biocombustíveis	15
1.7. Participação do Brasil na 78 ^a Assembleia Geral das Nações Unidas	16
1.8. Segunda reunião do Grupo de Contato de chanceleres sul-americanos – Nova York, 21 de setembro de 2023	17
1.9. Presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas – outubro de 2023	17
1.10. Implementação do Ponto 7 do Consenso de Brasília – Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul.....	19
1.11. Ataques em território israelense.....	20
1.12. Reunião do Conselho de Segurança sobre o conflito israelo-palestino	20
1.13. Eleição do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos (CDH)..	21
1.14. Votação do projeto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o conflito israelo-palestino	21
1.15. Acordos de Barbados sobre o diálogo político na Venezuela...	25

1.16. Situação em Israel e na Palestina. Repatriação de brasileiros	25
1.17. Debate aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança sobre a situação no Oriente Médio – Nova York, 24 de outubro de 2023	27
1.18. Repatriação de brasileiros da Cisjordânia.....	28
1.19. Encerramento da presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas	29
1.20. Repatriação de brasileiros da Faixa de Gaza.....	30
1.21. Aprovação de resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a crise humanitária e dos reféns em Gaza.....	31
1.22. Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores.....	32
1.23. Presidência brasileira do G20	33
1.24. Assinatura do Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e Singapura – Nota Conjunta MRE-MDIC.....	34
1.25. Brasil é formalmente eleito como país-sede da COP30	35
1.26. Resultados da COP28	35
1.27. Situação entre Guiana e Venezuela	36
2. COMUNICADOS CONJUNTOS.....	39
2.1. Declaração Conjunta relativa à situação na Venezuela – Bruxelas, 18 de julho de 2023	39
2.2. Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica – Belém, 9 de agosto de 2023.....	40
2.3. Unidos por Nossas Florestas – Comunicado Conjunto dos Países Florestais em Desenvolvimento em Belém – Belém, 9 de agosto de 2023	69
2.4. Comunicado Conjunto por ocasião da Visita de Estado do senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à República de Angola – Luanda, 26 de agosto de 2023	72

2.5. Declaração da Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores.....	75
2.6. Declaração dos Estados Partes do MERCOSUL, Chile, Colômbia, Equador e Peru sobre a situação entre Venezuela e Guiana – 7 de dezembro de 2023	77
3. DISCURSOS	79
3.1. Discurso do Ministro Mauro Vieira na sessão solene da Academia Brasileira de Letras pelo lançamento da Coleção Hélio Jaguaribe – Rio de Janeiro, 20 de julho de 2023.....	79
3.2. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazônicos – Belém, 8 de agosto de 2023.....	82
3.3. Discurso do Presidente Lula por ocasião da XIV Cúpula da CPLP – São Tomé e Príncipe, 27 de agosto de 2023	88
3.4. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU – 19 de setembro de 2023	91
3.5. Declaração do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Sérgio França Danese, sobre a proposta de resolução S/2023/773, sobre a crise israelo-palestina – Nova York, 18 de outubro de 2023	100
3.6. Intervenção do Ministro Mauro Vieira durante a Cúpula da Paz do Cairo – Cairo, 21 de outubro de 2023.....	101
3.7. Intervenção do Ministro Mauro Vieira no debate do Conselho de Segurança sobre a Questão do Oriente Médio – Nova York, 24 de outubro de 2023.....	104
3.8. Intervenção do Ministro Mauro Vieira em sessão emergencial do Conselho de Segurança da ONU sobre situação na Faixa de Gaza – Nova York, 30 de outubro de 2023	108
3.9. Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião do Dia do Diplomata – Brasília, 21 de novembro de 2023	112
3.10. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Reunião de Sherpas do G20 – Brasília, 12 de dezembro de 2023	118

3.11. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) – Brasília, 13 de dezembro de 2023	120
4. ARTIGOS E ENTREVISTAS.....	137
4.1. “Não somos candidatos à mediação” – entrevista com o Ministro Mauro Vieira sobre guerra na Ucrânia ao portal <i>Congresso em Foco</i> , em 24 de julho de 2023.....	127
4.2 Risco de alastramento do conflito é real” - entrevista com o Ministro Mauro Vieira ao jornal <i>Correio Braziliense</i> , em 5 de novembro de 2023	147
4.3. “O Brasil no Conselho de Segurança e a guerra” – artigo do Ministro Mauro Vieira para <i>O Globo</i> , em 5 de novembro de 2023	151
5. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS.....	155
5.1. Publicação no Facebook, Instagram e X por ocasião da aprovação da resolução sobre a incompatibilidade entre racismo e democracia, na 53ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU – 14 de julho de 2023	155
5.2. Pronunciamento do Presidente Lula no X após ataques terroristas contra civis em Israel – 7 de outubro de 2023	155
5.3. Publicação no X por ocasião do encontro do Ministro Mauro Vieira com o Secretário-Geral da ONU, António Guterres – 25 de outubro de 2023.....	156
5.4. Publicação no X por ocasião da participação do Ministro Mauro Vieira no debate aberto anual do Conselho de Segurança da ONU sobre a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança (MPS) – 25 de outubro de 2023	157
5.5. Publicação no X por ocasião da cerimônia alusiva aos 25 anos do Acordo de Brasília – 26 de outubro de 2023	159
5.6. Pronunciamento do Presidente Lula no X após ataques entre Hamas e Israel – 14 de novembro de 2023	160

5.7. Publicação no X por ocasião do encontro do Ministro Mauro Vieira com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Sameh Shoukry – 29 de novembro de 2023	161
5.8. Publicação no X por ocasião do encontro do Ministro Mauro Vieira com os chanceleres da Arábia Saudita, Faisal bin Farhan Al Saud, da Jordânia, Ayman Safadi, e com o Primeiro-Ministro e Chanceler do Catar, Mohammed bin Abdulrahman Al Thani – 29 de novembro de 2023	163
5.9. Publicação no X por ocasião da participação do Ministro Mauro Vieira na sessão inaugural da Comissão de Promoção da Diversidade e da Inclusão do Itamaraty – 14 de dezembro de 2023.....	164
5.10. Publicação no X por ocasião da participação da Secretária-Geral, Embaixadora Maria Laura da Rocha, no Fórum Global de Refugiados, em Genebra – 14 de dezembro de 2023	165
5.11. Publicação no X por ocasião do 12º voo de repatriação da Operação Voltando em Paz – 23 de dezembro de 2023	166

1. NOTAS À IMPRENSA

1.1. LXII Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LXII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum – 3 e 4 de julho de 2023

Será realizada, em 4 de julho, em Puerto Iguazú, a 62^a Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, que foi precedida, em 3 de julho, de reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum, órgão decisório de nível ministerial. Os dois encontros marcam o encerramento da presidência de turno da Argentina do MERCOSUL (PPTA) e o início da presidência do Brasil (PPTB), no segundo semestre de 2023.

Durante a PPTA, tiveram seguimento os trabalhos do MERCOSUL para fortalecer sua vertente econômico-comercial e de negociações comerciais. Foi aprovada a revisão do regime de origem do MERCOSUL, que atualizou o regime do bloco com vistas a alinhá-lo às melhores práticas internacionais e a facilitar o uso para os operadores comerciais. Da mesma forma, avançou-se nas tratativas para a atualização das listas de compromissos específicos em matéria de serviços do Protocolo de Montevidéu sobre comércio de serviços.

Na frente do relacionamento externo, MERCOSUL e União Europeia mantiveram tratativas, nos níveis político e técnico, voltadas a garantir resultado equilibrado na negociação de um acordo birregional. Esse esforço prosseguirá durante a PPTB. O MERCOSUL também se engajou com parceiros cujas negociações estão pendentes de definições técnicas, como a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), que compreende Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. Na região, avançou o diálogo para o aperfeiçoamento dos acordos comerciais do bloco com Chile e Colômbia, bem como os diálogos exploratórios com a República Dominicana e El Salvador.

Na agenda social, o semestre foi marcado pela retomada da Cúpula Social do MERCOSUL, cuja realização fora interrompida em 2016. O evento contou com a participação de organizações da sociedade civil e movimentos sociais dos quatro Estados Partes e de Estados Associados do bloco. O debate

organizou-se em diversos painéis temáticos, em áreas como meio ambiente, gênero, justiça, saúde, ciência, trabalho e direitos humanos.

Em 2022, o comércio intrazona do MERCOSUL foi de US\$ 46 bilhões. Já o intercâmbio de bens do bloco com o mundo atingiu US\$ 727 bilhões, com superávit de US\$ 69 bilhões. Os principais destinos das exportações do bloco foram a China, os Estados Unidos e a União Europeia. O MERCOSUL é o principal receptor de investimentos estrangeiros na região.

A presidência do Brasil do MERCOSUL, ao longo do segundo semestre, terá como prioridades o fortalecimento do bloco e da sua agenda cidadã, assim como o incremento da transparência e da participação social.

Nota à imprensa nº 273, publicada em 03/07/2023

1.2. III Cúpula CELAC-UE

Será realizada, em 17 e 18 de julho, em Bruxelas, a III Reunião de Cúpula Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – União Europeia (UE). A delegação brasileira será chefiada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e integrada pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Foram convidados todos os 33 mandatários dos países da América Latina e Caribe e os seus 27 homólogos europeus, totalizando 60 países. A última reunião entre líderes das duas regiões ocorreu em 2015.

As discussões estarão centradas em alguns dos principais desafios atuais, como mudança do clima; comércio e desenvolvimento sustentável; inclusão social; recuperação econômica pós-pandemia; transição energética, transformação digital justa e inclusiva; migrações; reforma da arquitetura financeira internacional; luta contra o crime organizado; e cooperação para o desenvolvimento. Serão abordadas diferentes iniciativas e projetos de cooperação, com vistas ao fortalecimento das relações birregionais.

A convite da União Europeia, o Presidente da República também participará da abertura da mesa de negócios União Europeia – América Latina e Caribe. A mesa reunirá líderes políticos, representantes de bancos de desenvolvimento e do setor privado para explorar oportunidades de investimentos em áreas como energias renováveis, transporte, infraestrutura, digitalização e conectividade.

A participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na III Cúpula CELAC-UE dá-se no contexto da renovação do compromisso do Brasil com o fortalecimento da integração regional e da CELAC. O Brasil retornou ao

mecanismo de diálogo político, concertação e cooperação entre os países da América Latina e do Caribe em janeiro passado, após um período de quase três anos em que se manteve afastado de suas atividades.

Nota à imprensa nº 289, publicada em 14/07/2023

1.3. Cúpula da Amazônia

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, terá lugar em Belém do Pará, nos dias 8 e 9 de agosto corrente, a Cúpula da Amazônia – IV Reunião dos Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica, com a participação dos oito países signatários do instrumento (Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela), ademais de representantes de países convidados e de organismos internacionais, incluindo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O encontro presidencial é precedido pelos Diálogos Amazônicos (4 a 6 de agosto), evento promovido pelo Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado do Pará, cuja programação inclui mais de 300 eventos da sociedade civil. Os resultados das discussões serão apresentados aos mandatários amazônicos, em iniciativa que promove a participação social no segmento de mais alto nível da Cúpula.

Também será realizado encontro de Ministros e Ministras de Relações Exteriores e de Meio Ambiente dos países amazônicos e de países convidados, além de representantes de organismos internacionais, no dia 7 de agosto, como evento preparatório da reunião presidencial.

No final da reunião do dia 8, os países amazônicos devem adotar a Declaração de Belém, que estabelece uma nova agenda comum de cooperação regional em favor do desenvolvimento sustentável da Amazônia, que concilie proteção do bioma e da bacia hidrográfica, inclusão social, fomento de ciência, tecnologia e inovação, estímulo à economia local e valorização dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais e seus conhecimentos ancestrais.

Um dos objetivos da Cúpula da Amazônia é fortalecer a OTCA, organização internacional sediada em Brasília, para que tenha condição de apoiar os países da região na realização das iniciativas e dos projetos necessários ao desenvolvimento sustentável da região.

No dia 9, os Presidentes mantêm encontro com mandatários e representantes de países em desenvolvimento com florestas tropicais de outras

regiões do mundo (República Democrática do Congo, República do Congo, Indonésia, além de São Vicente e Granadinas, atual presidente de turno da CELAC). Na ocasião, serão exploradas convergências, de forma a iniciar um processo de construção de posições coordenadas, a serem levadas às negociações multilaterais em temáticas ambientais, a começar pela COP28 do Clima e pela COP16 de Biodiversidade.

Foram igualmente convidados para a reunião ampliada do dia 9 representantes de Alemanha, Noruega e França, que tradicionalmente apoiam projetos e iniciativas na Amazônia, assim como de organismos multilaterais e entidades financeiras internacionais, com o objetivo de buscar novas parcerias nesta nova etapa da cooperação amazônica.

Nota à imprensa nº 325, publicada em 04/08/2023

1.4. Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Angola – Luanda, 25 e 26 de agosto de 2023

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontra-se na República de Angola, onde realiza visita de Estado. Trata-se da primeira visita do gênero a país africano do terceiro mandato do Presidente Lula, e de sua terceira viagem oficial àquele país, após as realizadas em 2003 e 2007. A iniciativa visa a relançar a histórica parceria do Brasil com Angola.

A visita constitui oportunidade para examinar as extensas pautas bilateral, regional e multilateral, nas quais Brasil e Angola convergem em diversos temas, como paz e segurança internacional, combate à fome, educação e mudança do clima.

Em Luanda, o Presidente Lula manteve reunião com o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço na manhã de hoje, quando foram discutidos temas de cooperação e reforço das relações bilaterais e assinados sete instrumentos de cooperação. Na capital angolana, a agenda do Presidente Lula contemplou visita à Assembleia Nacional e participação no Foro Econômico Brasil-Angola. Amanhã, o Presidente participará de inauguração de nova galeria no Instituto Guimarães Rosa.

O Brasil mantém fortes laços históricos, econômicos e culturais com Angola, tendo sido o primeiro país a reconhecer a independência do país, em 1975. Estima-se que a comunidade brasileira seja de 25 mil pessoas no país, a maior do continente africano. Em 2010, os dois países assinaram acordo

que elevou as relações à categoria de Parceria Estratégica. Brasil e Angola são, ademais, parceiros no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – presidida, ao longo do último biênio, por Luanda.

Em 2022, a corrente de comércio bilateral Brasil-Angola totalizou US\$ 1,4 bilhão. No primeiro semestre de 2023, o fluxo comercial atingiu US\$ 870,9 milhões, com aumento de 60% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nota à imprensa nº 359, publicada em 25/08/2023

1.5. Carta de países em desenvolvimento a autoridades europeias sobre a entrada em vigor da chamada “lei antidesmatamento” da União Europeia

No dia 7 de setembro, foi encaminhada carta conjunta de 17 países em desenvolvimento a respeito da entrada em vigor, em 29 de junho passado, da chamada “lei antidesmatamento” da União Europeia (“EU Deforestation Regulation”). O Brasil é um dos países signatários desta carta endereçada às principais autoridades da União Europeia, incluindo a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

O objetivo da iniciativa é reiterar preocupações com o caráter punitivo e discriminatório da normativa europeia, bem como ressaltar a importância de que a União Europeia mantenha diálogo efetivo com os países produtores, com vistas a evitar rupturas no comércio e ônus excessivo para produtores de bens agrícolas e derivados abrangidos pela medida.

O Brasil mantém firme compromisso com o combate ao desmatamento e tem fortalecido atividades de fiscalização e preservação das florestas brasileiras, em particular da Amazônia. Na visão brasileira, entretanto, a lei europeia, além de conflitar com os princípios que regem o comércio internacional e com os entendimentos multilaterais sobre clima e biodiversidade, apresenta equívocos e desequilíbrios nos aspectos econômicos, sociais e ambientais do problema que visa a abordar, de modo incompatível com a efetiva garantia do desenvolvimento sustentável.

A carta foi assinada por um conjunto expressivo de países da América Latina e do Caribe, da África e da Ásia. Além do Brasil, assinaram o documento Argentina, Bolívia, Colômbia, Côte d'Ivoire, Equador, Gana, Guatemala,

Honduras, Indonésia, Malásia, México, Nigéria, Paraguai, Peru, República Dominicana e Tailândia.

Reproduz-se, a seguir, o teor integral da carta:

ABRE ASPAS

Nós, abaixo assinados, desejamos transmitir por meio desta carta a nossa profunda preocupação com relação à recente entrada em vigor do regulamento da União Europeia sobre produtos livres de desmatamento (EUDR), em 29 de junho de 2023. Conforme afirmado na carta datada de 27 de julho de 2022, enviada por um grupo de países produtores, essa legislação desconsidera as circunstâncias e as capacidades locais, as legislações nacionais e os mecanismos de certificação dos países produtores em desenvolvimento, bem como seus esforços para combater o desmatamento e os compromissos assumidos em foros multilaterais, incluindo o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Além disso, estabelece um sistema unilateral de avaliação de risco que é intrinsecamente discriminatório e punitivo, o que pode ser inconsistente com as obrigações perante a OMC.

Considerando que, apesar de múltiplas manifestações de preocupação, especialmente dos países em desenvolvimento, a legislação começará a ser implementada em menos de 18 meses, e que a UE ainda elabora os seus atos e diretrizes de implementação, instamos a Comissão e outras instituições da UE a se engajarem em um diálogo mais significativo e aberto com os países produtores do que o promovido até o momento. A UE deveria trabalhar para corrigir sua legislação, ou, no mínimo, buscar mitigar seus impactos mais prejudiciais por meio de diretrizes de implementação que valorizem adequadamente as práticas sustentáveis locais nas cadeias de valor agrícolas, tanto as já aplicadas quanto aquelas em fase de desenvolvimento, e evitem perturbações comerciais, incluindo a carga administrativa excessiva relacionada aos requisitos de geolocalização e rastreabilidade, certificação e controle alfandegário.

A abordagem inflexível adotada pela UE, implementada por meio deste modelo de diligência devida e rastreabilidade, ignora as diferentes condições locais e inevitavelmente imporá custos imensos tanto aos países exportadores quanto aos importadores, bem como aos produtores e consumidores. Embora esses custos sejam certos, consideramos que a legislação, por si só, não terá impacto positivo nas taxas de desmatamento e pode até mesmo produzir outros efeitos adversos, como aumento da pobreza, desvio de recursos e atraso na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os pequenos produtores são especialmente vulneráveis à EUDR e requerem apoio especial. A UE deveria reconhecer os esforços feitos pelos países em desenvolvimento para melhorar seus meios de subsistência e práticas de sustentabilidade, bem como os desafios significativos que esses produtores enfrentam, como acesso limitado a esquemas de financiamento, novas tecnologias e treinamento e assistência técnica. Os pequenos produtores podem acabar excluídos das cadeias de valor internacionais, não porque desmataram suas terras, mas em função de sua incapacidade de cumprir com os rigorosos requisitos impostos pela EUDR. Isso privaria injustamente os pequenos produtores de uma fonte importante de renda e subsistência, e até mesmo afetaria sua capacidade de adotar práticas sustentáveis. Solicitamos à Comissão, portanto, que formule atos de implementação e diretrizes claros e detalhados, nos quais sejam previstos regimes diferenciados de conformidade e diligência devida para produtos e mercadorias originários de pequenos produtores em países em desenvolvimento, considerando que as PMEs da UE receberão um tratamento mais flexível.

Em conclusão, reiteramos nosso compromisso com os ODS e com acordos e metas ambientais multilaterais. Considerando nossos objetivos compartilhados e a necessidade de trabalharmos juntos para enfrentar desafios globais, pedimos à UE que se envolva em processos de cooperação eficazes e diálogos significativos com seus parceiros nas áreas de comércio e desenvolvimento sustentável, a fim de abordar conjuntamente o impacto da legislação da UE e seus instrumentos de implementação, inclusive o fornecimento de apoio para facilitar o comércio.

FECHA ASPAS

Nota à imprensa nº 377, publicada em 08/09/2023

1.6. Lançamento da Aliança Global para Biocombustíveis

O Presidente Lula participou hoje, em Nova Delhi, ao lado de outros chefes de Estado, da cerimônia de lançamento da Aliança Global para Biocombustíveis, à margem da Cúpula do G20. A iniciativa, que conta com a participação dos três principais produtores de biocombustíveis do mundo – Brasil, Estados Unidos e Índia –, reúne 19 países e 12 organizações internacionais com o objetivo de fomentar a produção sustentável e o uso de biocombustíveis no mundo e seguirá aberta a novas adesões.

O lançamento é resultado de ambicioso programa nacional indiano de biocombustíveis, que inclui desde a próxima adoção de 20% de mistura de etanol na gasolina à fabricação de automóveis *flex*, além do desenvolvimento e produção de biocombustíveis de segunda geração. No processo de desenvolvimento dessa política, Brasil e Índia trabalharam juntos tanto no nível governamental como no nível acadêmico, tecnológico e empresarial.

De acordo com dados da Agência Internacional de Energia, a produção global de biocombustíveis sustentáveis precisa triplicar até 2030 para que o mundo possa alcançar emissões líquidas zero até 2050. Os biocombustíveis líquidos forneceram mais de 4% do total de energia para os transportes em 2022, mas seu uso ainda tem grande potencial de crescimento. O uso de biocombustíveis na aviação e na navegação, para reduzir as emissões dos respectivos setores, aumentará ainda mais o consumo mundial e a necessidade de ampliação do número de fornecedores.

O Brasil produz e utiliza biocombustíveis há 40 anos, com excelentes resultados, especialmente na criação de empregos e na redução das emissões do setor de transporte.

Nota à imprensa nº 380, publicada em 09/09/2023

1.7. Participação do Brasil na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, realizará visita de trabalho a Nova York, entre os dias 16 e 21 de setembro, para chefiar a delegação brasileira à 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Presidente proferirá o discurso de abertura do Debate Geral da Assembleia Geral, em 19 de setembro. Como de praxe, o Brasil será o primeiro país a tomar a palavra no Debate Geral. A abertura da Assembleia Geral é o momento em que os líderes mundiais de 193 países se reúnem para discutir os principais desafios globais.

O Presidente manterá encontros com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres; o Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom Ghebreyesus; e com Chefes de estado e de governo de outros países.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, participará de encontros com homólogos de diversos países e de eventos de grupos dos quais o Brasil é parte, como BRICS, IBAS, MERCOSUL, G4 e Grupo de Contato de Chanceleres da América do Sul.

A 78^a sessão da Assembleia Geral terá por tema principal “Reconstruir a confiança e reavivar a solidariedade global: Acelerando a ação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável rumo à paz, à prosperidade, ao progresso e à sustentabilidade para todos”.

Nota à imprensa nº 391, publicada em 15/09/2023

1.8. Segunda reunião do Grupo de Contato de chanceleres sul-americanos – Nova York, 21 de setembro de 2023

Cumprindo o mandato estabelecido pelos presidentes da América do Sul, em 30 de maio, no “Consenso de Brasília”, realizou-se, hoje, em Nova York, a II Reunião do Grupo de Contato dos chanceleres dos 12 países. Na ocasião, foi aprovada uma proposta de “Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul”, que será submetida à consideração dos Chefes de Estado da região.

Para impulsionar a retomada do diálogo regular na América do Sul, os chanceleres propuseram, ainda, um calendário inicial de reuniões setoriais em áreas prioritárias identificadas pelos presidentes no “Consenso de Brasília”.

O texto proposto reflete o propósito comum de aprofundar a agenda de integração, com benefícios concretos às populações. Procura, também, projetar a voz de nossa região no mundo.

A integração e a ação conjunta são centrais para superar os múltiplos desafios enfrentados na América do Sul. O “Mapa do Caminho” será fundamental para a elaboração de políticas que permitam aproveitar efetivamente o potencial da região em um mundo crescentemente multipolar.

Nota à imprensa nº 402, publicada em 21/09/2023

1.9. Presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas – outubro de 2023

O Brasil presidirá o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) durante o mês de outubro. É a segunda vez que o país assume a presidência do órgão durante seu 11º mandato no Conselho de Segurança (biênio 2022-2023). O Brasil é o país em desenvolvimento que mais vezes serviu como membro não permanente do CSNU.

Em outubro, o CSNU terá extenso programa de reuniões sobre temas da agenda de paz e segurança internacional, como as situações na Colômbia, Iêmen, Somália, Saara Ocidental e da Região dos Grandes Lagos, na África. Estão também na agenda do mês discussões sobre os mandatos e as atribuições das missões de paz da ONU no Iraque (UNAMI), na Líbia (UNSMIL), no Kosovo (UNMIK), no Haiti (BINUH), na Síria (UNDOF) e na República Centro-Africana (MINUSCA). O governo brasileiro convidará representantes de organizações regionais, especialistas e representantes da sociedade civil para realizar apresentações aos membros do Conselho sobre esses temas.

Nos dias 5 e 6/10, em Adis Abeba (Etiópia), serão realizados o 8º Seminário Informal Conjunto e a 17ª Reunião Consultiva Conjunta entre o Conselho de Segurança da ONU e o Conselho de Paz e Segurança da União Africana. As reuniões oferecerão oportunidade para avaliar a cooperação entre os dois conselhos, o financiamento de operações de paz da União Africana e a agenda de Juventude, Paz e Segurança, assim como para analisar as situações no Sudão, no Sahel, na Somália e no leste da República Democrática do Congo.

A presidência brasileira promoverá três debates abertos presididos pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira. Em 20/10, terá lugar debate sobre a contribuição de arranjos regionais, sub-regionais, e bilaterais para a prevenção e resolução pacífica de disputas. Desta forma a presidência brasileira trará à atenção do Conselho a necessidade de reforçar sua atuação para antecipar e resolver conflitos antes de sua eclosão, recorrendo ao exemplo de iniciativas regionais exitosas.

Em 24/10, será organizado debate aberto sobre a questão israelo-palestina. Em 25/10, por sua vez, o debate será sobre a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança, com foco na maior e mais significativa participação de mulheres em temas de manutenção da paz e segurança internacionais.

Ao promover o diálogo, as soluções pacíficas e a participação de mulheres em negociações de paz, o Brasil reforça sua marca de diplomacia atuante em prol do multilateralismo como instrumento de busca de paz e desenvolvimento. A atuação do Brasil no atual mandato, em especial durante a presidência em outubro, reforça as credenciais do país para assumir um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado.

Nota à imprensa nº 422, publicada em 01/10/2023

1.10. Implementação do Ponto 7 do Consenso de Brasília – Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul

1. Dando seguimento à Reunião de Presidentes da América do Sul de 30 de maio de 2023, os países sul-americanos adotaram, em 5 de outubro de 2023, um Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul, com o objetivo de retomar o diálogo regular para impulsionar a integração regional, promover a cooperação e projetar a voz da América do Sul no mundo.
2. Considerando os desafios enfrentados pela América do Sul, o Mapa do Caminho destaca a importância de priorizar iniciativas concretas, com impacto positivo nas condições de vida das populações e que não dupliquem esforços já em curso em outros mecanismos de cooperação.
3. Levando em consideração o interesse em seguir fortalecendo o diálogo em áreas específicas, o Mapa do Caminho inclui um calendário preliminar de reuniões setoriais e indica espaços que poderiam ser aproveitados para seguir fortalecendo o diálogo sul-americano e o processo de implementação do Consenso de Brasília à margem de eventos regionais e extrarregionais.
4. Observando o Ponto 7 do Consenso de Brasília, o Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul baseia-se em uma extensa avaliação das experiências dos mecanismos de integração sul-americanos nos 17 temas identificados como foco de atenção inicial pelos Presidentes da região, a saber: Combate ao Crime Organizado Transnacional, Comércio e Investimento, Conectividade Digital, Cooperação Transfronteiriça, Defesa, Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, Energia, Financiamento ao Desenvolvimento, Gênero, Gestão de Riscos de Desastres, Infraestrutura e Transporte, Integração Produtiva, Migração, Mudanças Climáticas, Saúde e Segurança Alimentar. Avança, também, iniciativas concretas de seguimento que poderão ser exploradas para aprofundar a cooperação e a integração na América do Sul.
5. Para permitir o seguimento adequado das várias iniciativas, acordou-se que o diálogo regular incluirá, de agora em diante, encontros estratégicos anuais entre os Presidentes da América do Sul; reuniões de Ministros das Relações Exteriores pelo menos duas vezes por ano; encontros frequentes entre coordenadores nacionais; a criação de redes de contato setoriais para promover o intercâmbio e a cooperação em tópicos específicos de interesse comum; e diálogos com parceiros extrarregionais.

Nota à imprensa nº 434, publicada em 06/10/2023

1.11. Ataques em território israelense

O Governo brasileiro condena a série de bombardeios e ataques terrestres realizados hoje em Israel a partir da Faixa de Gaza, provocando a morte de ao menos 20 cidadãos israelenses, além de mais de 500 feridos. Expressa condolências aos familiares das vítimas e manifesta sua solidariedade ao povo de Israel.

Ao reiterar que não há justificativa para o recurso à violência, sobretudo contra civis, o Governo brasileiro exorta todas as partes a exercerem máxima contenção a fim de evitar a escalada da situação.

Não há, até o momento, notícia de vítimas entre a comunidade brasileira em Israel e na Palestina.

O Brasil lamenta que em 2023, ano do 30º aniversário dos Acordos de Paz de Oslo, se observe deterioração grave e crescente da situação securitária entre Israel e Palestina.

Na qualidade de Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil convocará reunião de emergência do órgão.

O governo brasileiro reitera seu compromisso com a solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Reafirma, ainda, que a mera gestão do conflito não constitui alternativa viável para o encaminhamento da questão israelo-palestina, sendo urgente a retomada das negociações de paz.

Nota à imprensa nº 438, publicada em 07/10/2023

1.12. Reunião do Conselho de Segurança sobre o conflito israelo-palestino

Na qualidade de Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil convocou os membros do órgão para discutir, em 8/10, em caráter de emergência, os últimos desdobramentos do conflito israelo-palestino.

Ao lamentar profundamente a perda de vidas, o Brasil condenou os ataques contra civis.

Sublinhou que as partes devem se abster da violência contra civis e cumprir suas obrigações perante o direito internacional humanitário. O Brasil conclamou todos à máxima contenção para evitar uma escalada, com

consequências imprevisíveis para a paz e a segurança internacional. Enfatizou ser urgente desbloquear o processo de paz.

O governo brasileiro reitera seu compromisso com a solução de dois Estados, com um Estado Palestino economicamente viável, convivendo em paz e segurança com Israel, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

Nota à imprensa nº 443, publicada em 09/10/2023

1.13. Eleição do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos (CDH)

O Brasil foi eleito hoje, 10 de outubro, ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), para mandato de 2024 a 2026, com 144 votos. O governo brasileiro agradece aos membros das Nações Unidas o apoio recebido em votação realizada durante a 78^a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova York.

A expressiva votação recebida reflete o reconhecimento da comunidade internacional ao compromisso do Brasil na promoção e proteção dos direitos humanos em âmbito nacional e internacional, assim como sua atuação em defesa da paz, do desenvolvimento sustentável e da democracia.

Em seu novo mandato, o Brasil trabalhará pela maior eficiência do Conselho de Direitos Humanos e buscará fortalecer o papel do órgão na prevenção e no enfrentamento das causas estruturais de graves violações dos direitos humanos, com ênfase no diálogo construtivo e na cooperação internacional.

Criado em 2006, com sede em Genebra, o CDH é o principal órgão das Nações Unidas dedicado à promoção e à proteção dos direitos humanos. O Brasil tem tradicionalmente participado do CDH e iniciará, em 01/01/2024, seu sexto mandato no órgão.

Nota à imprensa nº 447, publicada em 10/10/2023

1.14. Votação do projeto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o conflito israelo-palestino

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) reuniu-se hoje para examinar projeto de resolução sobre os últimos desdobramentos do conflito

israelo-palestino, com foco em seus aspectos humanitários, especialmente no acesso humanitário à Faixa de Gaza.

Como país historicamente comprometido com a paz e na qualidade de presidente do Conselho de Segurança durante o mês de outubro, o Brasil trabalhou arduamente para reduzir a polarização, acomodar posições e interesses divergentes e apresentar texto capaz de proteger as vidas de civis e de assegurar o acesso humanitário à população civil da Faixa de Gaza.

O projeto condena os atos de terrorismo perpetrados pelo Hamas em Israel em 7 de outubro de 2023; apela para libertação imediata e incondicional de todos os reféns civis; conclama a uma pausa humanitária a fim de permitir o fornecimento rápido e desimpedido da ajuda humanitária; exige o fornecimento contínuo de bens essenciais para a população civil, como artigos médicos, água e alimentos; e pede a rescisão da ordem para que civis e funcionários das Nações Unidas evacuem toda a área em Gaza ao norte de Wadi Gaza.

O projeto da presidência brasileira reuniu amplo apoio e foi aprovado por 12 dos 15 membros do CSNU ao texto – o que reflete o alto grau de preocupação com a situação humanitária decorrente do conflito israelo-palestino. A aprovação no Conselho requer o apoio de pelo menos nove de seus membros. Entretanto, o voto de um membro permanente do Conselho de Segurança levou à rejeição do projeto pelo Conselho de Segurança. Dois membros abstiveram-se na votação.

O governo brasileiro lamenta que, mais uma vez, o uso do voto tenha impedido o principal órgão para a manutenção da paz e da segurança internacional de agir diante da catastrófica crise humanitária provocada pela mais recente escalada de violência em Israel e em Gaza. O Brasil considera urgente que a comunidade internacional estabeleça um cessar-fogo e retome o processo de paz.

O Brasil seguirá buscando construir acordos que aliviem a dramática situação humanitária a que assistimos e contribuam para a realização da solução de dois Estados, com um Estado Palestino economicamente viável, convivendo em paz e segurança com Israel, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

Nesta quarta-feira, o Ministro Mauro Vieira desloca-se a Nova York para, entre outras atividades da Presidência brasileira, presidir, em 24/10, debate aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança dedicado à situação no Oriente Médio, inclusive a Questão Palestina. A reunião permitirá que países façam

um chamado a um cessar-fogo e à abertura de corredores humanitários no mais alto nível

Segue a íntegra do projeto de resolução apresentado pelo Brasil ao CSNU: “O Conselho de Segurança,

Guiado pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas;

Recordando suas resoluções 242 (1967), 338 (1973), 446 (1979), 452 (1979), 465 (1980), 476 (1980), 478 (1980), 1397 (2002), 1515 (2003) e 1850 (2008) e 2334 (2016);

Reafirmando que quaisquer atos de terrorismo são criminosos e injustificáveis, independentemente de suas motivações, quando quer ou por quem quer que os tenha cometido;

Expressando séria preocupação com a escalada da violência e a deterioração da situação na região, em particular o elevado número de vítimas civis dela resultante, e enfatizando que os civis em Israel e no território palestino ocupado, inclusive Jerusalém Oriental, devem ser protegidos de acordo com o direito internacional humanitário;

Expressando profunda preocupação com a situação humanitária em Gaza e seu grave impacto na população civil, composta em grande parte por crianças, e sublinhando a necessidade de acesso humanitário pleno, rápido, seguro e desimpedido;

Encorajando esforços que visem a uma cessação das hostilidades que ajude a garantir a proteção de civis tanto em Israel quanto no território palestino ocupado, inclusive Jerusalém Oriental;”

Reiterando sua visão de uma região onde dois Estados democráticos, Israel e Palestina, convivam lado a lado em paz, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas;

Relembrando que uma solução duradoura para o conflito israelo-palestino pode apenas ser alcançada por meios pacíficos, com base em suas resoluções pertinentes.

1. Condena veementemente toda violência e hostilidades contra civis e todos atos de terrorismo;
2. Rechaça e condena de forma inequívoca os hediondos ataques terroristas, perpetrados pelo Hamas em Israel a partir de 7 de outubro de 2023, e a tomada de reféns;

3. Apela à libertação imediata e incondicional de todos os reféns, exigindo sua segurança, bem-estar e tratamento humano, de acordo com o direito internacional;
4. Insta todas as partes a cumprirem plenamente suas obrigações perante o direito internacional, inclusive o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário, inclusive aquelas relacionadas à condução das hostilidades, inclusive a proteção de civis e da infraestrutura civil, bem como do pessoal e dos bens humanitários, e a permitir e facilitar o acesso humanitário para o fornecimento de suprimentos e a prestação de serviços essenciais aos necessitados;
5. Insta fortemente à provisão contínua, suficiente e desimpedida de bens e serviços essenciais à população civil, inclusive eletricidade, água, combustível, alimentos e suprimentos médicos, destacando o imperativo de garantir que os civis não sejam privados de objetos indispesáveis à sua sobrevivência, em conformidade com o direito internacional humanitário;
6. Insta à revogação da ordem para que todos civis e pessoal da ONU evacuem todas as áreas ao norte de Wadi Gaza e realojem-se no sul de Gaza;
7. Exige a realização de pausas humanitárias para permitir acesso pleno, rápido, seguro e desimpedido às agências humanitárias das Nações Unidas e a seus parceiros de implementação, ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a outras organizações humanitárias imparciais, e encoraja o estabelecimento de corredores humanitários e outras iniciativas para a entrega de ajuda humanitária à população civil;
8. Ressalta a importância de um mecanismo de notificação humanitária para proteger instalações da ONU e locais humanitários, e de garantir o movimento de comboios de ajuda humanitária;
9. Solicita que sejam respeitados e protegidos, em conformidade com o direito internacional humanitário, todo o pessoal médico e pessoal humanitário exclusivamente envolvido em funções médicas, seus meios de transporte e seus equipamentos, bem como hospitais e outras instalações médicas;
10. Enfatiza a importância de impedir o alastramento do conflito na região e, nesse sentido, insta todas as partes a exercerem a máxima contenção, bem como todos aqueles com influência sobre elas, a atuarem com esse fim;
11. Decide manter-se informado sobre o assunto.”

Nota à imprensa nº 472, publicada em 18/10/2023

1.15. Acordos de Barbados sobre o diálogo político na Venezuela

O governo brasileiro congratula-se com o governo e a oposição da Venezuela pela assinatura dos Acordos para Promoção dos Direitos Políticos e Garantias Eleitorais e para Garantia dos Interesses Vitais da Nação, em 17 de outubro, em Barbados.

Os Acordos, assinados no contexto de processo de mediação conduzido pela Noruega, são resultado dos esforços de diálogo promovidos por diversos países, inclusive o Brasil, junto aos atores políticos venezuelanos, com vistas à construção de consensos que permitam ao país realizar eleições presidenciais em 2024.

Na esteira dos entendimentos consignados nos Acordos de Barbados, o governo brasileiro saúda o anúncio da libertação de oposicionistas presos, pela Venezuela, bem como o levantamento parcial, pelos Estados Unidos, de sanções impostas àquele país.

Trata-se de passos relevantes, que comprovam que o diálogo constitui o melhor caminho para a solução dos desafios sociais e políticos enfrentados pela Venezuela.

No entendimento de que sanções unilaterais são contrárias ao direito internacional e prejudicam a população dos países afetados, o Brasil acredita que o levantamento total e permanente de sanções contribuirá para normalização da política venezuelana e estabilidade regional.

O Brasil seguirá contribuindo para o processo de diálogo entre as forças políticas venezuelanas com vistas à suspensão de todas as sanções e à realização de eleições livres, competitivas e transparentes no próximo ano.

Nota à imprensa nº 480, publicada em 21/10/2023

1.16. Situação em Israel e na Palestina. Repatriação de brasileiros

Desde o dia 10/10, 1413 pessoas e mais de 50 animais domésticos deixaram Israel em 8 voos da FAB no âmbito da Operação Voltando em Paz. O Itamaraty, por meio da Embaixada em Tel Aviv, iniciou o cadastro de brasileiros interessados em repatriação já no dia seguinte aos ataques, em 08/10.

Para cada voo de repatriação, a Embaixada preparou lista de passageiros, por critérios de prioridade, e manteve os contatos necessários para mobilizar os candidatos. Providenciou transporte de áreas centrais de Jerusalém e

Tel Aviv até o aeroporto e realizou gestões que possibilitaram o embarque de animais domésticos.

O Ministério das Relações Exteriores mantém a orientação, como tem feito desde a eclosão do conflito, no sentido de que todos os nacionais em Israel que possuam passagens aéreas, ou condições de adquiri-las, embarquem em voos comerciais a partir do aeroporto Ben-Gurion, que segue operando.

O Itamaraty, por meio da Embaixada do Brasil em Tel Aviv, segue em contato com as autoridades locais a respeito de brasileiro desaparecido desde 07/10.

Grupo de cerca de 30 brasileiros e familiares diretos que aguardam retirada da Faixa de Gaza segue abrigado nas localidades de Khan Younis e Rafah, nas proximidades da fronteira com o Egito. O governo brasileiro, por meio do Escritório de Representação do Brasil em Ramala, mantém permanente contato com os nacionais, aos quais tem provido toda assistência possível, inclusive alojamento em Rafah e itens de primeira necessidade. Veículos contratados pelo Itamaraty seguem de prontidão, aguardando a autorização para o trânsito do grupo pelo terminal de Rafah.

O Brasil continua reiterando gestões, em alto nível, com vistas a viabilizar a entrada dos brasileiros no Egito. Aeronave utilizada pela Presidência da República permanece no Cairo, aguardando autorização para resgatar os brasileiros procedentes da Faixa de Gaza.

O governo brasileiro volta a desaconselhar quaisquer deslocamentos não essenciais para a região.

Os plantões consulares da Embaixada em Tel Aviv (+972 (54) 803 5858) e do Escritório de Representação em Ramala (+972 (59) 205 5510), com “WhatsApp”, permanecem em funcionamento para atender nacionais em situação de emergência.

O plantão consular geral do Itamaraty também pode ser contatado por meio do telefone +55 (61) 98260-0610.

Nota à imprensa nº 486, publicada em 24/10/2023

1.17. Debate aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança sobre a situação no Oriente Médio – Nova York, 24 de outubro de 2023

O Ministro Mauro Vieira presidiu hoje (24/10) o debate aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Oriente Médio, incluindo a Questão Palestina. O evento contou com ampla participação dos membros da ONU e mobilizou mais de vinte ministros e vice-ministros estrangeiros, entre os quais os chanceleres de África do Sul, Egito, Estados Unidos, França, Israel, Palestina e diversos outros países do Oriente Médio, além do Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes.

O debate serviu de oportunidade para examinar, em alto nível, os dramáticos desdobramentos da crise em Israel e na Palestina, bem como formas de conter o conflito e retomar o processo de paz.

Realizaram apresentações ao Conselho o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, o Coordenador Especial da ONU para o Processo de Paz no Oriente Médio, Tor Wennesland, e a coordenadora humanitária da ONU para os Territórios Palestinos Ocupados, Lynn Hastings.

O Brasil manifestou grande preocupação com a continuidade das hostilidades - que já resultaram em milhares de vítimas, em sua maioria civis. O Ministro Mauro Vieira declarou que “civis devem ser respeitados e protegidos em todos os momentos e todos os lugares. Todas as partes devem cumprir rigorosamente suas obrigações perante o Direito Internacional Humanitário. Os princípios fundamentais da distinção, da proporcionalidade, da humanidade, da necessidade e da precaução devem orientar e informar todas as ações e operações militares.”

Na qualidade de Presidente de turno do Conselho de Segurança, o Brasil tem atuado para evitar a escalada do conflito, buscar a proteção da população civil e o alívio da dramática situação humanitária na Faixa de Gaza.

O Brasil reconhece o Estado da Palestina desde 2010 e reafirma seu compromisso com a solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e reconhecidas internacionalmente.

Nota à imprensa nº 487, publicada em 24/10/2023

1.18. Repatriação de brasileiros da Cisjordânia

Novo voo de repatriação, transportando 32 brasileiros e familiares egressos da Cisjordânia, decolou de Amã hoje, 01/11, com destino ao Brasil. Após escala no Recife, o voo deverá pousar em Brasília no início da manhã desta quinta-feira, 02/11.

Trata-se de voo de oportunidade realizado, por determinação do Senhor Presidente da República, com aeronave presidencial que aguardava, no Cairo, a repatriação dos brasileiros a serem evacuados de Gaza e que está sendo substituída por outra de igual porte.

O Ministério das Relações Exteriores, por meio do Escritório de Representação em Ramala e das Embaixadas em Amã e Tel Aviv, providenciou veículos e garantiu a passagem dos nacionais por postos de fronteira administrados por Israel e Jordânia, na ponte Allenby/Rei Hussein, além de seu traslado, em segurança, de diferentes pontos na Cisjordânia até o aeroporto de Amã.

No total, desde o dia 10/10, 1445 pessoas deixaram Israel e a Cisjordânia em nove voos da FAB, no âmbito da Operação Voltando em Paz.

O Ministério das Relações Exteriores mantém a orientação, como tem feito desde a eclosão do conflito, no sentido de que todos os nacionais em Israel e na Cisjordânia que possuam passagens aéreas, ou condições de adquiri-las, embarquem em voos comerciais a partir dos aeroportos de Amã e Tel Aviv, que seguem operando.

O governo brasileiro volta a desaconselhar quaisquer deslocamentos não essenciais para a região.

Os plantões consulares da Embaixada em Tel Aviv (+972 (54) 803 5858) e do Escritório de Representação em Ramala (+972 (59) 205 5510), com “WhatsApp”, permanecem em funcionamento para atender nacionais em situação de emergência. O plantão consular geral do Itamaraty também pode ser contatado por meio do telefone +55 (61) 98260-0610.

Nota à imprensa nº 506, publicada em 01/11/2023

1.19. Encerramento da presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Encerrou-se ontem, 31/10, a presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas, exercida no mês de outubro de 2023. A China exerce a presidência do órgão em novembro.

Sob a presidência brasileira, o Conselho de Segurança adotou sete resoluções: duas sobre a situação no Haiti; duas sobre a situação na Líbia; uma sobre a situação no Saara Ocidental; uma sobre a situação na Colômbia; e uma sobre a situação na Somália.

Ao longo do mês, foram realizadas 18 sessões informativas, 16 consultas fechadas, uma reunião privada e três debates abertos a todos os membros da ONU, além de diversas rodadas de negociações informais sobre os mais diversos temas da agenda do Conselho. Realizou-se também reunião conjunta com o Conselho de Paz e Segurança da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia. O Ministro Mauro Vieira esteve presente em três oportunidades em Nova York para presidir reuniões do Conselho de Segurança.

A eclosão do conflito israelo-palestino coincidiu com a presidência brasileira do Conselho e foi objeto de cinco reuniões formais, três das quais presididas pelo Ministro Mauro Vieira. O debate de Alto Nível sobre Oriente Médio, inclusive a Questão Palestina, de 24/10, contou com a participação de mais de vinte ministros e vice-ministros estrangeiros e permitiu que todos os membros das Nações Unidas se manifestassem sobre os desdobramentos da crise em Israel e na Palestina e sobre formas de conter o conflito e retomar o processo de paz.

O Conselho de Segurança examinou quatro projetos de resolução sobre o conflito. O projeto apresentado pelo Brasil, submetido a votação em 18/10, obteve o maior número de apoios (12 votos a favor e 2 abstenções), mas não foi adotado devido ao voto contrário dos Estados Unidos, membro permanente do Conselho, que configurou voto.

Na qualidade de presidente de turno do Conselho de Segurança, o Brasil buscou acordo em torno da cessação de hostilidades, da proteção da população civil e do alívio da situação humanitária na Faixa de Gaza. Até as últimas horas de sua presidência, o país trabalhou para aprovar um documento que determinasse a realização de pausas humanitárias, a libertação de reféns e a saída de civis que assim o desejassem de Gaza.

O Conselho de Segurança também se reuniu em cinco ocasiões para tratar do conflito na Ucrânia, sem lograr avanços na promoção do diálogo. O Brasil tem enfatizado sua preocupação com a falta de progressos que penalizam, em primeiro lugar, as populações civis.

Durante sua presidência, em 20/10, o Brasil organizou evento autoral intitulado “Paz pelo Diálogo”. O debate contou com a participação da ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet; do ex-presidente da África do Sul, Thabo Mbeki; e da representante do Instituto Kroc para Estudos Internacionais de Paz, Josefina Echevarria (Colômbia). A reunião valorizou a tradição diplomática brasileira de privilegiar vias políticas e diplomáticas para a solução de conflitos, em especial em momento de grandes tensões geopolíticas.

Em 25/10, o Ministro Mauro Vieira presidiu o debate aberto “A participação das mulheres na paz e na segurança internacionais: da teoria à prática”. O evento reuniu representantes de mais de 80 países, inclusive dez ministros, e destacou a importância fundamental da participação plena, igualitária e significativa das mulheres nos processos de paz e segurança.

A atuação brasileira à frente do Conselho de Segurança, com ênfase na busca da paz e da proteção de civis, reforçou as credenciais do país para atuar, de forma permanente, no órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. O uso recorrente do voto e as dificuldades para que o Conselho desempenhe adequadamente suas funções, tal como exemplificado durante a presidência brasileira, confirmam a necessidade de uma reforma para tornar o Conselho mais representativo, legítimo e eficaz.

O Brasil integra o Conselho de Segurança até 31 de dezembro de 2023, quando se encerra seu 11º mandato no órgão. A atuação brasileira continuará a pautar-se pela busca do diálogo e da construção de pontes, com o objetivo de encontrar saídas pacíficas e duradouras para os conflitos, sempre primando pela preservação da vida humana.

Nota à imprensa nº 511, publicada em 01/11/2023

1.20. Repatriação de brasileiros da Faixa de Gaza

O Ministério das Relações Exteriores registra, com grande satisfação, a chegada ao Brasil, na noite de ontem (13/11), de grupo de 32 brasileiros e familiares que se encontravam na Faixa de Gaza.

O retorno do grupo ao Brasil, em segurança, é resultado do empenho pessoal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que realizou inúmeros contatos com líderes estrangeiros em favor da pronta saída dos brasileiros da Faixa de Gaza.

O Ministro Mauro Vieira e os embaixadores do Brasil no Cairo, em Tel Aviv e no Escritório de Representação em Ramalá somaram-se aos esforços do Presidente Lula em frequentes gestões junto aos parceiros internacionais para viabilizar a repatriação.

Com a chegada do voo de ontem, a Operação Voltando em Paz concluiu a repatriação de 1477 brasileiros e familiares que estavam na região de conflito, em 10 voos da Força Aérea Brasileira oriundos de Israel (8), Cisjordânia (1) e Gaza (1).

O Itamaraty continua a oferecer assistência aos brasileiros localizados na região e prestará todo apoio possível a cidadãos que manifestem eventual interesse em regressar ao Brasil.

Nota à imprensa nº 525, publicada em 14/11/2023

1.21. Aprovação de resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a crise humanitária e dos reféns em Gaza

O governo brasileiro recebe, com satisfação, a notícia da aprovação pelo Conselho de Segurança da ONU, na tarde de hoje, da primeira resolução relativa à atual crise humanitária e de reféns na Faixa de Gaza, resultante do conflito entre Israel e o Hamas. A resolução, com foco na proteção de crianças, proposta por Malta e apoiada pelo Brasil e pelos demais membros não permanentes (E-10), foi aprovada com 12 votos a favor. Estados Unidos, Reino Unido e Rússia optaram pela abstenção.

A resolução pede a implementação de “pausas e corredores humanitários urgentes e prolongados em toda a Faixa de Gaza por um número suficiente de dias”, para que ajuda humanitária de emergência possa ser prestada à população civil por agências especializadas da ONU, pela Cruz Vermelha Internacional e por outras agências humanitárias imparciais.

A resolução pede também a “libertação imediata e incondicional de todos os reféns” mantidos pelo Hamas e por outros grupos, rejeita o deslocamento forçado de populações civis e demanda a normalização do fluxo de bens e serviços

essenciais para Gaza, com prioridade para água, eletricidade, combustíveis, alimentos e suprimentos médicos.

Exige ainda que as partes cumpram suas obrigações em matéria de direito internacional e do direito internacional humanitário, em especial no que se refere a civis e crianças.

O Brasil participou das articulações no E-10 e apoiou a resolução.

A resolução aprovada prevê também que o Conselho continue a ocupar-se do conflito.

Nota à imprensa nº 528, publicada em 15/11/2023

1.22. Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores

A convite dos Ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, teve lugar, no Palácio Itamaraty, em 22 de novembro, a Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, ao amparo do Consenso de Brasília, adotado na Reunião de Presidentes da América do Sul, celebrada no dia 30 de maio.

O evento integra o calendário de atividades realizadas no contexto de relançamento da integração sul-americana, conforme estabelecido no Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul, aprovado no último dia 5 de outubro.

O encontro teve por objetivo propiciar reflexões a respeito da atual conjuntura de paz e segurança internacional e regional, bem como dos elementos que deverão nortear a retomada do diálogo e da cooperação sul-americana em matéria de defesa.

Na reunião, também foram exploradas possíveis linhas de ação para o estabelecimento de diálogo regular entre os doze países sul-americanos em áreas consideradas prioritárias pelos Ministros de Defesa e Relações Exteriores. Na agenda do evento, foram realizados debates sobre temas de ajuda humanitária, segurança de fronteiras, defesa cibernética e indústria de defesa.

Adotou-se, ao final do encontro, declaração com diretrizes para a retomada do diálogo e da cooperação sul-americana em matéria de defesa, além de declaração especial sobre a questão das ilhas Malvinas. Para dar seguimento

às iniciativas, também se decidiu estabelecer Rede de Contato, que permitirá manter espaço de coordenação permanente sobre os temas tratados na ocasião.

Nota à imprensa nº 542, publicada em 22/11/2023

1.23. Presidência brasileira do G20

O Brasil assume hoje, 1º de dezembro, a presidência do G20, grupo formado pelas maiores economias do mundo, além da União Africana e da União Europeia. Ao longo do próximo ano, o Brasil irá sediar mais de uma centena de reuniões oficiais – incluindo mais de 20 encontros ministeriais – a serem realizadas em cerca de 15 cidades em todo o território nacional. A programação da presidência do G20 irá culminar na Cúpula de Líderes no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024.

O G20 conta com a trilha sherpa, que tem múltiplas dimensões, inclui diversos ministérios e compreenderá 15 grupos de trabalho, e a trilha de finanças, mais focada em temas específicos sob responsabilidade do Ministério da Fazenda e do Banco Central, que conta atualmente com oito mecanismos de trabalho. Por proposta do Brasil, a presidência brasileira do G20 também contará com duas forças tarefas e uma iniciativa: a Força Tarefa para o Lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a Força Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima e a Iniciativa para Bioeconomia. A presidência brasileira buscará aproximar o trabalho das trilhas sherpa e de finanças e as duas forças tarefas terão participação de representantes de ambas as trilhas.

Tendo como preocupação central o imperativo da redução das desigualdades nos seus mais diversos aspectos, a presidência brasileira do G20 terá como prioridades a inclusão social e o combate à fome e à pobreza; a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental e transições energéticas; e a reforma das instituições de governança global, incluindo as Nações Unidas e os bancos multilaterais de desenvolvimento. A presidência brasileira tenciona organizar um G20 inclusivo, com participação da sociedade civil e a realização de G20 Social, ancorado na construção de consensos e voltado para a obtenção de resultados concretos e soluções que beneficiem todos os povos.

Historicamente, as presidências do G20 convidam países não membros do agrupamento e organizações internacionais para participar das reuniões do seu calendário de eventos. A presidência brasileira convidou Angola, Egito,

Emirados Árabes Unidos, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal e Singapura. Outros países deverão ser convidados para participar da Cúpula de Líderes e de instâncias específicas do grupo nas quais possam dar contribuição particular.

Adicionalmente, a presidência brasileira convidou as seguintes organizações internacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Monetário Internacional (FMI), Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Outras organizações deverão ser convidadas para participar exclusivamente da trilha de finanças ou de grupos de trabalho específicos.

Nota à imprensa nº 559, publicada em 01/12/2023

1.24. Assinatura do Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e Singapura – Nota Conjunta MRE-MDIC

Foi assinado em 07/12, por ocasião da LXIII Cúpula do MERCOSUL, o Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e Singapura, o primeiro instrumento dessa natureza firmado com parceiro da região da Ásia-Pacífico, cuja negociação foi concluída durante a Presidência “pro tempore” do Brasil no bloco. A assinatura marca o renovado vigor da agenda de negociações comerciais extrarregionais do MERCOSUL, depois de 12 anos desde a assinatura mais recente de um acordo de livre comércio pelo bloco.

O Acordo MERCOSUL-Singapura abre oportunidades comerciais e de investimentos, ao mesmo tempo em que salvaguarda o espaço para a formulação de políticas de interesse público. Entre outros temas, o Acordo possui compromissos em matéria de comércio de bens e serviços, investimentos, micro e pequenas empresas, compras governamentais, propriedade intelectual e medidas sanitárias e fitossanitárias.

Singapura é um dos principais destinos das exportações do MERCOSUL e importante parceiro de investimentos do bloco. A corrente de comércio MERCOSUL-Singapura, em 2022, foi de aproximadamente US\$ 10 bilhões.

No comércio com o Brasil, Singapura foi, em 2022, o 7º principal destino das nossas exportações no mundo, com vendas no valor de aproximadamente US\$ 8,4 bilhões. Singapura foi o 2º principal mercado das exportações brasileiras na Ásia, atrás apenas da China. Em termos de investimentos, em 2021 Singapura ocupou a 12ª posição como origem de investimento estrangeiro direto no Brasil.

O Acordo MERCOSUL-Singapura deverá dinamizar ainda mais esses sólidos laços econômicos.

Versão preliminar do texto do acordo poderá ser obtida neste endereço eletrônico da Secretaria do MERCOSUL.

Nota à imprensa nº 577, publicada em 07/12/2023

1.25. Brasil é formalmente eleito como país-sede da COP30

Foi aprovada hoje, 11/12, a decisão de sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30 da UNFCCC) no Brasil, entre 10 e 21 de novembro de 2025.

A decisão foi tomada por consenso em sessão plenária da COP28, em Dubai. Após adoção da decisão, a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima e chefe da delegação brasileira, Marina Silva, anunciou formalmente que a COP30 será realizada na cidade de Belém do Pará. Será a primeira vez que a Amazônia, bioma essencial para o combate à mudança do clima, sediará uma COP da UNFCCC.

A candidatura para sediar a COP30 em Belém havia sido endossada pelo Grupo dos Estados da América Latina e do Caribe em maio de 2023.

Nota à imprensa nº 590, publicada em 11/12/2023

1.26. Resultados da COP28

Foi concluída hoje, 13/12, em Dubai, Emirados Árabes Unidos, a 28ª Conferência das Partes (COP28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). A COP28 aprovou por consenso a candidatura do Brasil para sediar a COP30, em 2025, a ser realizada em Belém. A COP29 será realizada no Azerbaijão.

O principal resultado das negociações da COP de Dubai foi a conclusão do primeiro balanço global sob o Acordo de Paris, que avaliou o estado da arte da resposta global à mudança do clima. Ao reconhecer o senso de gravidade e urgência alertado pela ciência, o balanço global apontou avanços na luta climática desde a adoção do Acordo de Paris, identificando, porém, lacunas significativas de implementação de compromissos climáticos, principalmente por parte de países desenvolvidos, em termos de esforços passados de cortes de emissões e de obrigações financeiras junto a países em desenvolvimento.

Em decisão histórica, a COP de Dubai tratou, pela primeira vez de forma explícita, do tema de combustíveis fósseis, estabelecendo objetivos globais para a transformação de sistemas energéticos rumo à neutralidade climática até 2050 e ao alcance do objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento de temperatura a 1,5°C em relação a níveis pré-industriais. Foram também aprovados o Fundo de Perdas e Danos e o Objetivo Global de Adaptação, para tratar dos impactos da mudança do clima.

Refletindo proposta brasileira, a COP28 lançou o "Mapa do Caminho para a Missão 1.5", voltado ao reforço da cooperação internacional e ao estímulo da ambição dos países em seus próximos compromissos a serem apresentados em 2025, quando o País sediará a COP30, em Belém do Pará. Sob a liderança das presidências de Emirados Árabes Unidos (COP28), Azerbaijão (COP29) e Brasil (COP30), a Missão 1.5 será implementada de Dubai a Belém, para o alcance do objetivo de temperatura do 1,5°C, de forma alinhada com o desenvolvimento sustentável e esforços de erradicação da pobreza.

Os resultados positivos da COP28 reforçam o comprometimento global com o multilateralismo, a cooperação internacional e a justiça climática, em momento crítico para a luta contra a mudança do clima.

Nota à imprensa nº 600, publicada em 13/12/2023

1.27. Situação entre Guiana e Venezuela

O governo brasileiro acompanha com preocupação os últimos desdobramentos do contencioso em torno da região de Essequibo.

O Brasil considera a "Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz", assinada por Guiana e Venezuela em 14 de dezembro, sob os auspícios da CELAC e da CARICOM, um marco nos esforços para abordar pacificamente a questão,

tendo em mente o espírito de integração que nos move, como uma região de paz, cooperação e solidariedade.

A declaração estabeleceu o compromisso de Guiana e Venezuela de não utilização da força ou da ameaça do uso da força, de respeito ao direito internacional e de comprometimento com a integração regional e a unidade da América Latina e o Caribe. Os dois países concordaram, ademais, em cooperar para evitar incidentes no terreno e medidas unilaterais que possam levar a uma escalada da situação.

O governo brasileiro acredita que demonstrações militares de apoio a qualquer das partes devem ser evitadas, a fim de que o processo de diálogo ora em curso possa produzir resultados, e está convencido de que instituições regionais como a CELAC e a CARICOM são os fóruns apropriados para o tratamento do tema. O Brasil conclama as partes à contenção, ao retorno ao diálogo e ao respeito ao espírito e à letra da Declaração de Argyle.

Nota à imprensa nº 627, publicada em 29/12/2023

2. COMUNICADOS CONJUNTOS

2.1. Declaração Conjunta relativa à situação na Venezuela – Bruxelas, 18 de julho de 2023

Paralelamente à Terceira Cúpula de Líderes da União Europeia e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), o presidente da República Francesa, Emmanuel Macron, o presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da República da Colômbia, Gustavo Petro, o presidente da República Argentina, Alberto Fernandez, e o alto representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, Josep Borrell, reuniram-se com Delcy Rodriguez, vice-presidenta do Governo da República Bolivariana da Venezuela, e Gerardo Blyde, negociador-chefe da Plataforma Unitária da oposição venezuelana. Essa iniciativa dá seguimento ao debate sobre a situação na Venezuela, organizado pelo presidente da República Francesa no Fórum pela Paz de Paris, em novembro de 2022.

Os presidentes da Argentina, Brasil, Colômbia e França, assim como o alto representante, expressaram sua solidariedade com os países que acolhem cidadãos venezuelanos que deixaram seu país. Eles saudaram a assinatura na Cidade do México de um acordo social inter-venezuelano, em 26 de novembro de 2022, e solicitaram sua implementação efetiva o mais rapidamente possível, em prol do povo venezuelano.

Os chefes de Estado e o alto representante instaram o governo venezuelano e a plataforma unitária da oposição venezuelana a retomar o diálogo e a negociação no âmbito do processo do México, com o objetivo de chegarem a um acordo, entre outros pontos da agenda, sobre as condições para as próximas eleições. Eles fizeram um apelo em prol de uma negociação política que leve à organização de eleições justas para todos, transparentes e inclusivas, que permitam a participação de todos que desejem, de acordo com a lei e os tratados internacionais em vigor, com acompanhamento internacional. Esse processo deve ser acompanhado de uma suspensão das sanções, de todos os tipos, com vistas à sua suspensão completa.

Os chefes de Estado e o alto representante concordaram que o relançamento das relações entre a UE e a CELAC representa uma oportunidade de trabalhar em conjunto em prol da resolução da situação venezuelana. Eles propuseram que os participantes da reunião continuem a dialogar, no marco das iniciativas estabelecidas, de forma a fazer um novo balanço no Fórum de Paz de Paris em 11 de novembro de 2023.

Nota à imprensa nº 301, publicada em 18/07/2023

2.2. Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica – Belém, 9 de agosto de 2023

Os Líderes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), reunidos na cidade de Belém do Pará, no dia 9 de agosto de 2023,

Conscientes da urgência do desafio da proteção integral da Amazônia, do combate à pobreza e às desigualdades na Amazônia e da promoção do desenvolvimento sustentável, harmônico, integral e inclusivo da região;

Tendo em conta os resultados das consultas internas realizadas pelos Estados Partes em âmbito governamental e com a sociedade civil de seus respectivos países com vistas a esta Cúpula;

Convencidos de que a cooperação, a visão integrada e a ação coletiva são fundamentais para fazer frente aos desafios políticos, sociais, econômicos e ambientais da região amazônica, em particular aqueles relacionados à crise climática, à perda da biodiversidade, à poluição da água e do solo, ao desmatamento e aos incêndios florestais e ao aumento da desigualdade, da pobreza e da fome, com o intuito de evitar que a Amazônia chegue ao ponto de não retorno;

Decididos, portanto, a dar novo impulso à agenda comum de cooperação entre nossos países, adaptando-a às novas realidades regionais e globais, para garantir a conservação, a proteção e a conectividade ecossistêmica e sociocultural da Amazônia, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de suas populações, com especial atenção aos povos indígenas e às comunidades locais e tradicionais em situação de vulnerabilidade;

Enfatizando a face humana da Amazônia, a centralidade dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais na conservação da biodiversidade e

dos recursos naturais da região, a necessidade de garantir o bem-estar das populações amazônicas e a solidariedade com as gerações presentes e futuras;

Salientando a urgência de pactuar metas comuns para 2030 para combater o desmatamento, erradicar e interromper o avanço das atividades de extração ilegal de recursos naturais e promover abordagens de ordenamento territorial e a transição para modelos sustentáveis, tendo como ideal alcançar o desmatamento zero na Região;

Reafirmando os princípios do respeito à democracia, à dignidade dos povos, ao Estado de Direito e aos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento e os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, da justiça social, da autodeterminação dos povos e da soberania territorial, no âmbito do compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia;

Reafirmando os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Declaração de Princípios sobre Florestas, de 1992, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Acordo de Paris, da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e seu Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, da Convenção para o Combate à Desertificação (UNCCD), da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do documento “O Futuro que Queremos”, adotado pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Convenção de Minamata sobre Mercúrio e do Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030;

Tomando nota das Diretrizes de Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento e em Contato Inicial da Amazônia, Grande Chaco e Região Oriental do Paraguai do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Relatório dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial nas Américas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, os Princípios e Diretrizes para a Atenção à Saúde dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial da OTCA e o Marco Estratégico para a Proteção dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e Contato Inicial da OTCA;

Recordando as Declarações adotadas nas Reuniões anteriores de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica realizadas em 1989, 1992 e 2009;

Ressaltando a importância das Reuniões de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica como mecanismo político estratégico para a tomada de decisões e a adoção de prioridades no contexto da cooperação amazônica, e a conveniência de que essas reuniões ocorram de forma mais regular, com rodízio entre os Estados Partes;

Reconhecendo que soluções efetivas para os problemas da região amazônica só podem ser alcançadas com a participação plena e efetiva de suas populações, tanto urbanas quanto rurais, dos governos subnacionais e da sociedade civil, com destaque para povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, dando especial atenção às mulheres, aos jovens e a outros atores sociais, de acordo com a legislação nacional e as especificidades locais;

Reconhecendo que mulheres e meninas são desproporcionalmente afetadas pelos efeitos adversos da mudança do clima e da degradação ambiental e que sua participação na tomada de decisões é fundamental para o desenvolvimento sustentável, a promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas e a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões;

Reconhecendo a centralidade das riquezas naturais e da diversidade cultural para a construção de estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo para a região, conscientes da importância da proteção desse patrimônio cultural, econômico e ambiental e observando que o respeito à diversidade e à identidade cultural de cada comunidade exerce papel fundamental na construção de um futuro sustentável e harmônico para a Amazônia;

Reconhecendo a relevância da água como fonte de vida na região amazônica e a necessidade de continuar fomentando sua gestão sustentável, no âmbito dos esforços nacionais e regionais na Amazônia;

Reconhecendo as inter-relações entre a Amazônia e os demais biomas e regiões dos Estados Partes, que estão estreitamente vinculados a ela, e a necessidade de preservar essas inter-relações para garantir a integridade e o equilíbrio da região amazônica;

Tomando nota da importância que os países andino-amazônicos atribuem ao ciclo da água e aos rios que nascem na região andina e formam a bacia amazônica;

Ressaltando que a erradicação da fome, da pobreza e da violência contra as populações amazônicas em todas suas formas e dimensões, no âmbito do cumprimento da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável da região amazônica e que o fortalecimento do multilateralismo nas esferas ambiental, social e econômico-comercial constitui ferramenta importante para esses fins;

Condenando a proliferação de medidas comerciais unilaterais que, com base em requisitos e normas ambientais, resultam em barreiras comerciais, afetam principalmente os pequenos produtores em países em desenvolvimento, a busca do desenvolvimento sustentável, a promoção de produtos amazônicos e os esforços de erradicação da pobreza e de combate à fome, e ameaçam a integridade do sistema de comércio internacional;

Exortando os países desenvolvidos a cumprirem suas obrigações de proporcionar e mobilizar um apoio previsível e adequado aos países em desenvolvimento, incluindo financiamento para o desenvolvimento, financiamento climático e para a proteção da biodiversidade, com escopo, escala e velocidade necessários e comensuráveis, bem como acesso à tecnologia e a seus mercados, como medidas fundamentais de cooperação internacional para a implementação de políticas e programas nacionais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia;

Reiterando a promoção e o respeito aos Propósitos e Princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, que promovem a solução pacífica de controvérsias e um sistema internacional baseado em relações respeitosas, de amizade e cooperação, livre de ameaças, agressões e medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional, em uma atmosfera de paz, estabilidade e justiça;

Reafirmando os princípios de igualdade dos Estados e de respeito à soberania dos países sobre seus territórios, bem como o objetivo de fortalecimento da cooperação regional, expressos no Tratado de Cooperação Amazônica firmado em 3 de julho de 1978, e que motivaram a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA);

Considerando que alguns países reconhecem os direitos da natureza ou da Mãe Terra no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável e expressam a convicção de que, para alcançar um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras, é necessário promover a harmonia com a natureza com vistas ao bem-viver,

e observam a importância, para alguns, do conceito de “justiça climática”, ao adotarem medidas para fazer frente à mudança do clima;

Tomando nota dos entendimentos promovidos por alguns Ministros de Finanças, Fazenda/Economia e Planejamento dos países amazônicos para acelerar os esforços conjuntos para aumentar o financiamento, compartilhar conhecimento e melhorar a coordenação regional para o desenvolvimento sustentável, abordando as prioridades dos Estados Parte da região amazônica;

Reconhecendo a independência dos outros poderes públicos existentes nos Estados Partes, e convidando-os a considerar ações relevantes no âmbito de suas competências para a implementação efetiva desta declaração;

Reconhecendo que a OTCA é a única instância de coordenação intergovernamental dos oito países amazônicos para o desenvolvimento conjunto de projetos e ações que produzam resultados equitativos e benéficos para os países amazônicos, em razão de sua institucionalidade, do seu amplo conhecimento da região e da relevante experiência de sua Secretaria Permanente na coordenação do diálogo e na execução de iniciativas de cooperação para o desenvolvimento;

Observando ainda que, com base nessa coordenação, os Estados Partes promoverão o diálogo, a troca de experiências e a cooperação com os países em desenvolvimento que possuem áreas significativas de florestas tropicais, em diferentes regiões do mundo;

Valorizando a orientação pragmática e operacional adotada pela OTCA, que se evidencia na ampliação e implementação de projetos e programas e nos esforços para dar visibilidade à agenda de cooperação amazônica nos debates multilaterais e regionais em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável;

DECIDEM:

Objetivos e princípios transversais para a implementação da Declaração de Belém

1. Combinar os esforços de seus governos, no mais alto nível, para fazer avançar uma nova agenda comum de cooperação na Amazônia que seja implementada sob a égide do desenvolvimento sustentável, da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, das florestas e da água, da ação urgente para evitar o ponto de não retorno na Amazônia, do combate ao desmatamento e às atividades ilegais na

região, do desenvolvimento econômico com inclusão social e geração de renda e emprego, com base em mecanismos de participação social, em especial dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, e do fortalecimento da OTCA. Para tanto, deverão observar os seguintes princípios:

- a. A participação ativa, o respeito e a promoção dos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade;
- b. A proteção e promoção dos direitos humanos, a igualdade de todas as pessoas, sem distinção de raça ou de qualquer outro tipo, e a luta contra todas as formas de discriminação;
- c. A igualdade de gênero, com a participação ativa e a promoção dos direitos das mulheres, com vistas ao seu empoderamento;
- d. Uma abordagem intercultural e intergeracional que promova o reconhecimento, o respeito à identidade e à diversidade cultural da Amazônia;
- e. A soberania dos Estados, incluindo o respeito às leis nacionais de cada país;

Fortalecimento institucional da OTCA

2. Expressar seu firme apoio ao fortalecimento institucional da OTCA e à expansão de suas áreas de coordenação, cooperação e meios de implementação, como instrumento para o desenvolvimento sustentável, harmônico e inclusivo da Amazônia e o aprimoramento das capacidades nacionais dos Estados Partes, por meio do intercâmbio de boas práticas, conhecimentos e políticas públicas, da cooperação Sul-Sul e da mobilização de recursos da cooperação internacional;
3. Encarregar os Ministros das Relações Exteriores da negociação de um Protocolo Adicional ao Tratado de Cooperação Amazônica que estabeleça a Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica como instância de tomada de decisões e adoção de prioridades políticas estratégicas no âmbito da OTCA. Ademais, instruir que, como parte do processo preparatório para as reuniões presidenciais, sejam realizadas reuniões que congreguem representantes do governo, da academia, da sociedade civil e dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, para identificar

possíveis recomendações a serem consideradas pela Reunião de Presidentes;

4. Reativar as Comissões Especiais, em nível ministerial, quando apropriado, no âmbito da OTCA, incluindo aquelas sobre (i) Meio Ambiente, (ii) Ciência e Tecnologia, (iii) Saúde, (iv) Educação, (v) Assuntos Indígenas, (vi) Transporte, Infraestrutura e Comunicações e (vii) Turismo, sem prejuízo do estabelecimento de novas comissões dedicadas a outras áreas temáticas, como segurança pública;
5. Reativar e fortalecer o funcionamento efetivo das Comissões Nacionais Permanentes (CONAPERs) em cada um dos Estados Partes, incumbindo a tais órgãos a aplicação das disposições do TCA em seus respectivos territórios, bem como a implementação das decisões adotadas nas reuniões dos Ministros das Relações Exteriores e no Conselho de Cooperação Amazônica, sem prejuízo de outras atividades que lhes sejam atribuídas por cada Estado;
6. Estabelecer o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas para promover o diálogo entre governos e povos indígenas da Amazônia, tendo em vista a gestão e coordenação de questões relativas aos povos indígenas que contribuam para os objetivos da OTCA;
7. Determinar o estabelecimento de Grupo de Trabalho para avaliar Mecanismo Financeiro voltado para a cooperação amazônica no marco da OTCA, que permita a captação e capitalização de recursos financeiros não reembolsáveis de diversas fontes, incluindo contribuições voluntárias dos Estados Partes, recursos da cooperação internacional, de bancos de desenvolvimento e de outros doadores endossados pelos Estados Partes, com a finalidade de financiar projetos, programas, estudos e outras iniciativas de alcance nacional e regional, reforçando as capacidades humanas e institucionais, bem como a permanente troca de experiências entre os países amazônicos;
8. Institucionalizar o Observatório Regional da Amazônia (ORA) dentro da estrutura da OTCA, com o fortalecimento de seus diversos módulos sobre temas econômicos, sociais, ambientais e culturais, como instrumento permanente de monitoramento e consolidação de informações, dados e conhecimentos científicos, aprovados pelos Estados Partes, e orientar as diferentes áreas de seus governos para que colaborem regularmente com dados e informações que alimentem os diferentes módulos do ORA. A OTCA fornecerá aos

Estados Partes e suas instituições acesso em tempo real à ORA e seus vários módulos;

9. Estabelecer um Grupo de Trabalho para elaborar proposta de modernização e fortalecimento da Secretaria Permanente da OTCA e de novo Regulamento do Processo Sucessório, com base em trabalhos anteriores, para fortalecer a institucionalização e a governança da Organização em suas diversas instâncias;
10. Retomar as negociações sobre a atualização da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA);
11. Fortalecer a cooperação regional para o desenvolvimento por meio do estabelecimento de um Grupo de Trabalho sobre a cooperação Sul-Sul no âmbito da OTCA para melhor coordenar, articular e racionalizar a cooperação para o desenvolvimento e as atividades dos órgãos responsáveis por cooperação dos Estados Partes, em favor da região amazônica, especialmente em áreas fronteiriças;
12. Fortalecer os canais de comunicação e a troca de experiências entre os programas de pesquisa científica e inovação tecnológica e seus mecanismos associados no âmbito da OTCA com outros mecanismos internacionais semelhantes;
13. Reafirmar o compromisso com a implementação de projetos, programas, estudos, negociações e outras iniciativas em andamento, tais como os Programas Florestais, o Programa de Biodiversidade, o Memorando de Entendimento para o Manejo Integrado do Fogo, os projetos Amazonas, Aquíferos Amazônicos, Bacia Amazônica, Biomaz, Bioamazônia, Apoio à Elaboração e Implementação da AECA, os Planos de Contingência para Proteção da Saúde nos Povos Indígenas Altamente Vulneráveis e em Contato Inicial, a Plataforma dos Povos Indígenas, os Estudos sobre Lacunas Sociodemográficas de Desigualdade na Região Amazônica e a Avaliação Rápida da Diversidade Biológica e Serviços Ecossistêmicos, o ORA e a Sala de Situação de Recursos Hídricos, o Grupo de Trabalho para a formulação de um regulamento de navegação comercial nos rios da Amazônia, além do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde na Amazônia e do Plano Regional de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos;

Cidades amazônicas

14. Criar, no âmbito da OTCA, o Foro de Cidades Amazônicas para o fortalecimento da cooperação entre autoridades locais dos Estados Partes, em especial de cidades em áreas fronteiriças, para a implementação, em nível local, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para o fortalecimento de lideranças femininas, indígenas, locais e tradicionais e para a promoção da interculturalidade, no qual poderão ser identificadas propostas de ação para os principais desafios urbanos da Amazônia, tais como o acesso das populações amazônicas aos serviços públicos, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas;

Parlamento Amazônico

15. Estabelecer um Grupo de Trabalho, no âmbito da OTCA, para avançar no exame de um vínculo institucional entre o Parlamento Amazônico (PARLAMAZ) e a Organização;

Ciência, educação e inovação: conhecimento e empreendedorismo na Amazônia

16. Determinar a criação do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia, no âmbito da OTCA, que reunirá anualmente representantes dos Estados Partes, entre técnicos, cientistas e pesquisadores especializados na região amazônica, com participação permanente de organizações indígenas, de comunidades locais e tradicionais e da sociedade civil, com o intuito de promover a troca de conhecimentos e o debate aprofundado sobre estudos, metodologias, monitoramento e alternativas para reduzir o desmatamento, impulsionar o desenvolvimento sustentável e evitar que o desequilíbrio ambiental na Amazônia se aproxime de um ponto de não retorno. O painel promoverá a sistematização de informações e a elaboração de relatórios periódicos sobre temas prioritários, além de analisar a dinâmica social e econômica da região, para facilitar o planejamento de ações preventivas e identificar gargalos e potencialidades da produção científico-tecnológica na região amazônica, com recomendações para os governos dos Estados Partes, de acordo com suas prioridades e necessidades;

17. Promover intercâmbios sobre desenho, atualização e articulação de Políticas Nacionais de Educação Ambiental, buscando garantir a integração da dimensão ambiental no currículo educacional para a formação de cidadãos éticos, responsáveis, com conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos voltados para a gestão sustentável do meio ambiente, e preparados para tomar decisões informadas sobre a gestão ambiental, respeitando a si mesmos, aos outros e ao seu entorno;
18. Fomentar redes de contato que articulem instituições de pesquisa e ensino da região amazônica, inclusive universidades indígenas e instituições voltadas à educação profissional e tecnológica, e criar programas de ação para a mobilidade acadêmica e estudantil na Amazônia, incluindo estágios e bolsas, de modo a contribuir para a redução de desigualdades, a prevenção de desequilíbrios socioambientais, o desenvolvimento científico-tecnológico, a geração de oportunidades de desenvolvimento profissional para jovens na região e o fortalecimento e valorização de práticas sustentáveis de produção e consumo, com especial atenção à promoção da interculturalidade e à proteção dos conhecimentos dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais;
19. Fomentar e apoiar programas de formação e intercâmbio de docentes e pesquisadores na região amazônica, em todos os níveis de ensino, visando o reconhecimento de experiências pedagógicas e científicas relevantes que permitam a qualificação de educadores e atores do setor acadêmico, de forma contextualizada;
20. Retomar o diálogo e a cooperação entre a OTCA e a Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), espaço privilegiado para a gestão do conhecimento e da informação científica e tecnológica na Amazônia;
21. Promover o desenvolvimento de estratégias, programas e projetos para o desenvolvimento e fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação na região amazônica, como parte de políticas de pesquisa e inovação voltadas para a conservação e reconhecimento do valor intrínseco da biodiversidade e seu uso sustentável, o uso sustentável da fauna e flora e do território, a promoção do direito humano à alimentação, a transição energética, a saúde e a ciência para a paz e o desenvolvimento, entre outros;

22. Fortalecer as capacidades técnicas e tecnológicas para o planejamento, o desenho e construção, a coleta, o processamento, a validação, a análise, a divulgação e a melhoria contínua das informações relativas ao meio ambiente e à gestão sustentável da água, contribuindo para o estabelecimento de ações e estratégias prioritárias de curto, médio e longo prazo que permitam alcançar os objetivos da OTCA em termos de monitoramento e avaliação ambiental e hídrica, em conformidade com a Agenda 2030, seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros instrumentos internacionais ratificados e em vigor nos Estados Partes;
23. Fortalecer os modelos nacionais de governança para a geração e a gestão de informações, promovendo a interação e a interconexão dos atores, de modo a permitir uma integração entre as informações ambientais e a gestão sustentável da água, preenchendo as lacunas identificadas em termos de acesso às informações e participação pública nas decisões ambientais, e compartilhando lições aprendidas entre Estados Partes;
24. Instituir a Rede de Inovação e Difusão Tecnológica da Amazônia, com o propósito de estimular o desenvolvimento regional sustentável e o empreendedorismo de base tecnológica sustentável e de facilitar a criação de soluções voltadas para os desafios ambientais, econômicos e sociais da região. A Rede reunirá atores dos ecossistemas amazônicos de inovação, incluindo povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, e promoverá rodadas de negócios entre agentes públicos, companhias locais e startups, além de facultar o intercâmbio de boas práticas entre parques tecnológicos, universidades, instituições de pesquisa, incubadoras e aceleradoras e agências de promoção comercial, respeitando os direitos humanos e os direitos dos povos indígenas. Além disso, facilitará a difusão do empreendedorismo junto a jovens da região, por meio de cursos especializados, com especial foco em famílias de baixa renda, valorizando os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, e trabalhará de forma integrada com a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA) e uma agenda estratégica para o desenvolvimento integrado da produção baseada no uso sustentável dos recursos da biodiversidade nos Países Amazônicos;
25. Incentivar a recuperação, expansão e consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na Amazônia, bem como estimular

cursos de pós-graduação sobre temas amazônicos e programas de cooperação internacional para sua integração e utilização por pesquisadores dos Estados Partes, além do fortalecimento de ações para a redução das desigualdades socioeconômicas, digitais e tecnológicas, em especial nas áreas fronteiriças

26. Apoiar a implementação de programas e iniciativas de assistência técnica e extensão rural voltados para agricultores familiares, pescadores artesanais e comunidades tradicionais da região, com foco na produção sustentável de alimentos e na geração de renda por meio de espaços de comercialização;
27. Promover a criação de um Observatório das Mulheres Rurais para a Amazônia, no âmbito da OTCA, com plataforma interativa de dados e demais ferramentas para informar o desenvolvimento de estratégias, projetos, programas e políticas públicas para as mulheres que atuam em atividades agrícolas, florestais e aquáticas e apoiar a organização de redes de conhecimento para o empreendedorismo feminino;
28. Promover o estabelecimento, no âmbito do Mecanismo dos Povos Indígenas da Amazônia, de um fórum de povos indígenas e comunidades locais e tradicionais que contribua com seus conhecimentos ancestrais, dados e informações técnicas e científicas interculturais para o avanço de tecnologias adequadas à preservação e sustentabilidade da Amazônia no campo da gestão e formulação de políticas públicas;

Monitoramento e cooperação na gestão de recursos hídricos

29. Promover ações coordenadas para assegurar o direito humano à água potável e ao saneamento, o equilíbrio e a harmonia com os ecossistemas ligados à água e uma consonância saudável com as necessidades alimentares e energéticas na Amazônia;
30. Criar a Rede de Autoridades de Águas dos Estados Partes da OTCA para a cooperação na gestão sustentável dos recursos hídricos da região, com o objetivo de que os Estados Partes estabeleçam protocolos regionais de monitoramento, cooperação e apoio mútuo no manejo dos recursos hídricos da Amazônia pelos Estados Parte para a revitalização, a conservação e proteção das fontes de água, de critérios e parâmetros de qualidade da água; e apoiar a implementação de projetos e iniciativas regionais sobre águas superficiais e subterrâneas, o planejamento e gestão cooperativa e sustentável dos recursos

hídricos, inclusive transfronteiriços, o fortalecimento progressivo das capacidades técnicas, tecnológicas e institucionais, a inovação tecnológica e o diálogo intercultural, de acordo com as circunstâncias nacionais, incluindo os compromissos políticos, sociais e culturais de cada país;

31. Fortalecer a cooperação e harmonização dos sistemas integrados de monitoramento e alerta hidrometeorológico dos Estados Partes para a troca de experiências, informações e conhecimento efetivo, e aprimoramento das capacidades de monitoramento por meio do fortalecimento das redes nacionais de monitoramento, para a geração de alertas de riscos ambientais, saúde humana, desastres e eventos extremos de natureza hidrometeorológica às populações da Amazônia, para o planejamento ambiental, desenvolvimento de protocolos e ações para a prevenção, gestão e mitigação dos impactos dos desastres naturais, e para apoiar a gestão da água como instrumento de prevenção, adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, de combate à fome, garantindo a qualidade e quantidade das águas da bacia amazônica, para esta e para as futuras gerações;
32. Promover o fortalecimento de ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano na região, incluindo estudos e pesquisas técnico-científicas conjuntas, com foco na exposição a mercúrio e outras substâncias perigosas derivadas de atividade mineral/mineração de pequena e grande escala, em particular quando povos indígenas e comunidades locais e tradicionais são afetados, realizar atividades de prevenção e reparação e fortalecer a cooperação regional e internacional no combate à mineração ilegal, ao tráfico ilícito e a outros crimes relacionados;]

Mudança do clima

33. Acolher a candidatura brasileira endossada pelo Grulac para sediar a COP-30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) em Belém, na Amazônia, em 2025, expressando seu compromisso de unir esforços pelo seu pleno êxito e ressaltando que o processo da COP-28 até a COP-30 será crítico para o próprio futuro da resposta global à mudança do clima;

34. Estabelecer um diálogo entre os Estados Partes sobre o tratamento adequado a ser dado à Amazônia diante da mudança do clima, com o objetivo de trabalhar para construir posições comuns dos países amazônicos sobre a questão, em declarações e outras ações em fóruns internacionais e instituições financeiras multilaterais;
35. Exortar os países desenvolvidos a cumprirem seus compromissos de fornecer e mobilizar recursos, incluindo a meta de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático para apoiar as necessidades dos países em desenvolvimento, e a reconhecerem a necessidade de fazer progressos substanciais nas deliberações sobre a nova meta coletiva quantificada para o financiamento climático, a ser concluída até 2024, diante da necessidade urgente de ampliar a ação climática, levando em conta as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento;
36. Promover mecanismos inovadores de financiamento para ações climáticas, incluindo a troca de dívidas por ações climáticas por parte dos países desenvolvidos;
37. Incentivar a coordenação e o intercâmbio de experiências no planejamento e na implementação de políticas públicas relacionadas à mudança do clima, bem como a cooperação para canalizar fluxos financeiros para a implementação de ações de redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. O objetivo será incorporar, nessas políticas e ações públicas, oportunidades sustentáveis de emprego e renda para as populações locais, com especial atenção às famílias de baixa renda, mulheres, povos indígenas, comunidades tradicionais e produtores da agricultura familiar, de acordo com as realidades locais e em sinergia com os planos e iniciativas nacionais dos países amazônicos;
38. Promover a implementação da agenda de adaptação à mudança do clima nos Estados Partes, impulsionando o acesso a recursos externos não onerosos para a redução de vulnerabilidades dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, de acordo com as realidades e os planos nacionais;
39. Fortalecer a cooperação entre as instituições científicas e universitárias nos Estados Partes para o aprofundamento da compreensão das interrelações entre a mudança do clima e os ecossistemas florestais e as turfeiras na Amazônia, com vistas a subsidiar a tomada de

decisões sobre políticas públicas sobre mudança do clima, adaptação e resiliência, sobre recuperação ou recomposição da vegetação nativa em áreas desmatadas, degradadas ou alteradas, sobre conservação florestal e manejo florestal sustentável e sobre a transição para novas formas sustentáveis de produção e consumo, observando os planos nacionais;

40. Sistematizar, intercambiar e disponibilizar, no contexto da ação climática, tecnologias e estratégias para consolidar e aprimorar os sistemas agroflorestais e outras práticas agrícolas ligadas ao manejo florestal sustentável, inclusive a agricultura familiar ou camponesa, com base nos planos nacionais;
41. Fortalecer o protagonismo e a participação de mulheres, povos indígenas e jovens nos foros e espaços de tomada de decisão, aprofundando e construindo propostas que os tornem protagonistas das soluções climáticas, e criar um fórum de debate interseccional de gênero, etnicidade e clima para construção e implementação de políticas públicas de adaptação e mitigação entre os Estados Partes, em articulação com os planos nacionais;
42. Iniciar diálogo sobre as perspectivas comuns quanto à implementação do Art. 6.8 relativo a abordagens não baseadas no mercado, incluindo a possibilidade de estabelecer um Mecanismo Amazônico Conjunto de Mitigação e Adaptação para o Manejo Florestal Integrado e Sustentável, no lastro da decisão 16/CP.21 da UNFCCC, apresentando experiências concretas dos países e promovendo a busca de recursos de cooperação financeira para esse fim;
43. Fortalecer a participação, a partir de uma perspectiva amazônica, na Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em coordenação com o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas;
44. Garantir os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, de acordo com os diferentes marcos normativos dos Estados Partes, em particular por meio da implementação, monitoramento, relatoria e verificação das salvaguardas sociais e ambientais;

Proteção das florestas, das zonas costeiras amazônicas, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade

45. Estabelecer a Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento entre os Estados Partes, com o objetivo de promover a cooperação regional no combate ao desmatamento e de evitar que a Amazônia atinja o ponto de não retorno, reconhecendo e promovendo o cumprimento das metas nacionais, inclusive as de desmatamento zero, por meio da eliminação da atividade madeireira ilegal, do fortalecimento da aplicação da legislação florestal nos Estados Partes, do manejo florestal sustentável, do manejo integrado do fogo para a redução dos incêndios florestais, da recuperação e aumento das reservas de vegetação nativa mediante incentivos financeiros e não financeiros e outros instrumentos para a conservação e o manejo florestal sustentável, da promoção da conectividade dos ecossistemas, do intercâmbio de tecnologias, experiências e informações para facilitar ações de prevenção, monitoramento e controle, incluindo a promoção de programas regionais de apoio ao controle florestal, da oferta de programas de capacitação para gestores de áreas protegidas e guardas florestais e do fortalecimento dos ecossistemas amazônicos diante dos impactos da mudança do clima;
46. Assegurar e possibilitar que, em conformidade com os compromissos assumidos no nível multilateral, nossas áreas terrestres e de águas interiores, marinhas e costeiras, que são de particular importância para a biodiversidade e a provisão de funções/serviços ecossistêmicos, sejam efetivamente conservadas e protegidas como unidades de conservação, reconhecendo e respeitando os direitos dos povos indígenas e comunidades locais, inclusive sobre seus territórios tradicionais;
47. Garantir os direitos dos povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, incluindo o direito aos territórios e terras habitados pelos referidos povos, sua posse plena e efetiva, considerando os conhecimentos e práticas de conservação ancestral, inclusive por meio dos processos de definição, delimitação ou demarcação, e titulação de seus territórios e terras, em consonância com os diferentes marcos regulatórios nacionais, bem como o desenvolvimento de políticas de gestão territorial e ambiental indígena, como condição indispensável para a conservação da biodiversidade;

48. Estabelecer, no âmbito da OTCA, a Rede Amazônica de Autoridades Florestais para fortalecer a implementação do Programa Florestal da OTCA e as ações relevantes da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica, com o intuito de melhorar o manejo florestal e as capacidades locais, intercambiar avanços tecnológicos, estabelecer projetos de desenvolvimento sustentável e promover o acesso a financiamento para tais projetos, entre outros;
49. Promover, no âmbito do Programa de Florestas da OTCA, o intercâmbio de boas práticas sobre os marcos regulatórios nacionais para regularização ambiental dos usos da terra, a fim de fortalecer os mecanismos de ordenamento territorial e promover o reconhecimento das terras e territórios dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, inclusive de sua contribuição para os esforços de conservação;
50. Aprofundar a cooperação na gestão de riscos e desastres, em particular no enfrentamento a inundações, secas intensas e incêndios florestais, com a coordenação em diferentes áreas da resposta emergencial dos sistemas nacionais de proteção civil e de cooperação humanitária, de acordo com a demanda do Estado onde os fenômenos ocorram;
51. Desenvolver uma estratégia comum para prevenir e mitigar os efeitos do fenômeno El Niño na Amazônia, de acordo com as legislações nacionais dos Estados Partes, recomendando que a OTCA explore a troca de informações científicas com entidades internacionais, como a Comissão Permanente do Pacífico Sul (CPPS) e o Centro Internacional de Pesquisa do Fenômeno El Niño (CIIIFEN);
52. Aprofundar a cooperação e as ações conjuntas no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação e Assistência Mútua para o Manejo Integrado do Fogo entre os Estados Partes, para enfrentar os incêndios florestais, por meio do desenvolvimento de políticas, instrumentos, ações técnicas e uso de inovação e tecnologia, visando sua prevenção, manejo do fogo, promoção de alternativas ao uso do fogo em áreas rurais, combate a incêndios e fortalecimento das capacidades técnicas, científicas e institucionais, bem como comunitárias;
53. Fortalecer o mapeamento e monitoramento de áreas degradadas, contaminadas ou alteradas e identificar áreas prioritárias para restauração e/ou recuperação de ecossistemas, dando ênfase para a

vegetação nativa, com o objetivo de promover atividades econômicas sustentáveis, incentivar o manejo florestal sustentável e contribuir para a sustentabilidade, produtividade e resiliência de sistemas produtivos locais;

54. Fomentar oportunidades de geração de emprego e renda sustentáveis para as populações locais nos programas e projetos, inclusive de fundos multilaterais acordados pelos Estados Partes e da cooperação internacional, voltados à proteção das florestas e da biodiversidade, ao reflorestamento e à recuperação de áreas degradadas;
55. Unir esforços para criar um fundo destinado ao financiamento de programas que promovam o manejo integrado e sustentável, a agregação de valor aos produtos florestais e da biodiversidade e a reconversão social e laboral dos atores sociais, camponeses e agricultores, para que participem dos esforços de conservação dos ecossistemas, reduzindo o desmatamento e a degradação das florestas e do solo, os incêndios florestais e a perda de biodiversidade, com a participação ativa dos povos indígenas e das comunidades locais;
56. Apoiar a identificação, o reconhecimento, a manutenção e a sustentabilidade de planos e da gestão de conservação das zonas de agrobiodiversidade e dos sistemas agrícolas tradicionais da Amazônia, aproveitando a experiência do Programa Internacional de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM), criado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), por meio do Estado e/ou de cooperantes que estabeleçam fundos para a manutenção e a sustentabilidade desses sistemas;
57. Fortalecer a conservação e o manejo sustentável dos ecossistemas marinhos, costeiros e de águas interiores, assim como os seus recursos, levando em conta suas funções ecológicas, seus usos múltiplos e os modos de vida das comunidades locais e tradicionais, inclusive por meio da sinergia entre iniciativas nacionais e regionais voltadas para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade dos ecossistemas aquáticos da região amazônica, incluindo a implementação do Plano de Manejo e Conservação (CMP) para os botos da Amazônia, adotado pelos membros da Comissão Internacional das Baleias;
58. Promover a gestão participativa e a sustentabilidade da atividade pesqueira artesanal, fortalecendo a coordenação de medidas comunitárias e coletivas de planejamento, assim como as de monitoramento

dos estoques pesqueiros e da qualidade do pescado, com especial atenção às contaminações oriundas de atividades econômicas e despejos de resíduos, incluindo mineração ilegal;

59. Promover ações para a conservação e o manejo de espécies ameaçadas de extinção na região amazônica, fomentar seu monitoramento e promover a captação de recursos para essas iniciativas;
60. Criar Grupo de Trabalho, no âmbito da OTCA, voltado à integração e harmonização dos Sistemas Nacionais de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) dos países amazônicos, relativos à utilização sustentável do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados em processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos explorados comercialmente, de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica, seu Protocolo de Nagoia e a legislação nacional dos Estados Partes, bem como ao diálogo e à coordenação de posições sobre a agenda de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados (ABS) em diferentes fóruns multilaterais;

Cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais

61. Reforçar e ampliar a cooperação policial e de inteligência para a prevenção, repressão e investigação de atividades ilícitas, inclusive crimes ambientais e violações aos direitos de pessoas defensoras dos direitos humanos, aos direitos dos povos indígenas e aos direitos socioambientais, que afetem a região amazônica, por meio da troca de informações, inteligência e experiências, da realização de operações e investigações conjuntas e da capacitação de recursos humanos, entre outras ações, sempre em conformidade com a proteção da biodiversidade e dos direitos de povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, em particular aqueles constantes de acordos internacionais aplicáveis; e promover, no âmbito da OTCA, discussões técnicas entre os representantes governamentais, com o objetivo de identificar áreas prioritárias para a cooperação;
62. Enfatizar, ainda, a necessidade de efetiva cooperação, por parte dos países de destino, para o combate ao tráfico de espécies e produtos amazônicos, incluindo espécies endêmicas, sementes nativas e produtos derivados de atividade ilícita de mineração e delitos conexos, nos termos da legislação dos países de origem, para

impedir a entrada e desestimular a demanda por esses produtos nos mercados consumidores;

63. Desenvolver a cooperação regional e intersetorial entre os atores da fiscalização administrativa de contravenções, da investigação e do julgamento de delitos ambientais e conexos, incluindo a troca de informações, o fortalecimento das capacidades de inteligência e o desenvolvimento de diretrizes para ação conjunta, tendo em vista harmonizar a legislação e desenvolver protocolos abrangentes e comuns de ação, com o objetivo de prevenir, investigar e julgar esses delitos que afetam o desmatamento e a perda de biodiversidade da Amazônia, ameaçando os direitos das gerações presentes e futuras, dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais;
64. Trabalhar em conjunto na implementação de ações para erradicar a exploração ilícita de minerais e delitos conexos, incluindo lavagem de dinheiro, especialmente no que diz respeito à troca de informações sobre comércio e contrabando de mercúrio e outros metais pesados e à harmonização de políticas públicas para sua regulamentação e controle;
65. Saudar o futuro estabelecimento do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia, com sede em Manaus, que se coordenará com as autoridades competentes de cada Estado Parte, para o intercâmbio de informações, inteligência e o desenvolvimento de investigações, alertas e atividades de capacitação para fortalecer a cooperação regional e apoiar a erradicação de atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais e conexos;
66. Iniciar processo de diálogo para a criação de um Sistema de Controle de Tráfego Aéreo Integrado entre os Estados Partes, em coordenação com os órgãos nacionais competentes, com vistas a colaborar no monitoramento do tráfego aéreo ilícito e no combate ao narcotráfico e outros delitos conexos, ao desmatamento e à exploração ilegal de recursos naturais na Região Amazônica;
67. Tomar nota, com satisfação, da proposta de convocação de uma Reunião de Ministros e autoridades dos setores de Segurança Pública dos Estados Partes, a ser realizada na Colômbia, para avaliar a situação atual dos fenômenos criminais e do crime organizado transnacional na Amazônia e promover a troca de informações e a cooperação

policial e de inteligência, tendo em vista combater atividades ilícitas e crimes ambientais que afetam a Região Amazônica;

Infraestrutura sustentável

68. Fortalecer as políticas públicas, a cooperação e o diálogo aberto sobre a incorporação de padrões de sustentabilidade no planejamento e na execução de projetos de infraestrutura na Amazônia, considerando seus impactos ambientais, sociais e econômicos, diretos e indiretos, em harmonia com a conservação de ecossistemas, paisagens, funções ambientais e serviços ecossistêmicos associados, em consulta e com o devido enfoque de direitos humanos em relação às comunidades afetadas, incluindo povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, desde a fase do planejamento, nos termos das respectivas legislações nacionais;
69. Aprofundar a cooperação com o intuito de promover a inclusão tecnológica, a eliminação dos hiatos digitais e a capacitação, o desenvolvimento sustentável e o apoio ao monitoramento ambiental, inclusive em matéria regulatória para mapeamento conjunto de infraestruturas e de demanda de conectividade; promoção de novos pontos de interconexão; coordenação sobre o uso de faixas de frequências; e certificação/homologação de equipamentos para proteção pública, alívio de desastres, segurança, sensoreamento remoto e telecomunicações por satélite;
70. Aprofundar as iniciativas existentes de integração e fortalecimento de sistemas elétricos para localidades isoladas dos Estados Partes, bem como identificar novos projetos de geração e de interconexão elétrica e novos modelos energéticos limpos, de forma a promover o acesso à energia, a segurança energética, o desenvolvimento sustentável e a integração da região, com vistas ao pleno aproveitamento de complementaridades dos diferentes recursos de cada país;

Economia para o desenvolvimento sustentável

71. Promover a inovação de tecnologias para a sustentabilidade das cadeias produtivas da agropecuária, da pesca e da aquicultura, da silvicultura, da agrossilvicultura, da agricultura familiar e de outras áreas prioritárias, por meio do manejo integrado da floresta em pé e do uso sustentável dos recursos naturais, da geração de conhecimento,

da recuperação de áreas degradadas, do fomento a práticas agrícolas sustentáveis e da agroecologia, reconhecendo os conhecimentos e as práticas da produção agrícola tradicional, outras abordagens inovadoras, sistemas de produção aquícola mais sustentáveis, a produção e o uso de energias renováveis e a promoção da economia circular para aprimorar os sistemas agroalimentares e a segurança alimentar das populações amazônicas, de acordo com as legislações nacionais e mecanismos de monitoramento existentes em seus respectivos territórios na Amazônia;

72. Incentivar e fortalecer os estudos geoquímicos sobre solos e recursos hidrográficos da região amazônica para desenvolver instrumentos de zoneamento agroecológico e de risco climático, com o intuito de definir áreas adequadas para as atividades produtivas e sua escala, aproveitando a necessidade de incremento da sustentabilidade na Amazônia, de recuperação de áreas degradadas e de contenção do desmatamento em áreas sensíveis, além de reforçar a conservação da biodiversidade;
73. Desenvolver, no âmbito da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica da OTCA, uma agenda estratégica para o desenvolvimento integral da produção baseada no uso sustentável dos recursos da biodiversidade na Amazônia, a fim de promover um modelo de desenvolvimento econômico justo e ético para a geração de produtos, processos e serviços baseados no uso sustentável dos recursos biológicos, particularmente da biodiversidade, e nos conhecimentos da ciência, inovação, tecnologia, conhecimentos ancestrais e tradicionais, com inclusão social, especialmente dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, bem como políticas de promoção e consolidação de cadeias de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção baseadas no uso sustentável da biodiversidade dos países amazônicos e dos conhecimentos tradicionais associados;
74. Estabelecer, no âmbito dessa agenda, um programa de cadeias produtivas de uso sustentável da biodiversidade, de interesse dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, baseado, entre outros, no objetivo de manejo e recuperação florestal, para mapear essas cadeias produtivas, com a proteção e o reconhecimento do valor de suas práticas e conhecimentos, com geração de renda e promoção de sua qualidade de vida e do meio ambiente, capacitação e fortalecimento das organizações produtivas desses povos e

comunidades, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias para maior agregação de valor, promoção de estratégias de comércio justo e reconhecimento de serviços/funções ambientais e intercâmbio de boas práticas produtivas de forma complementar às atividades dos Programas de Florestas e Biodiversidade da OTCA;

75. Desenvolver programa de promoção conjunta de produtos e serviços da Amazônia e produtos compatíveis com a floresta no mercado internacional, para agregação de valor aos produtos e promover iniciativas de qualificação voltadas a povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, extrativistas e organizações comunitárias, como associações e cooperativas de agricultores familiares e ribeirinhos, por meio das agências de promoção comercial e outros órgãos e entes públicos dos Estados Partes, com o apoio da cooperação internacional;
76. Atuar coordenadamente, junto a parceiros e organizações internacionais, em particular a Organização Mundial das Aduanas (OMA), com o objetivo de facilitar, quando apropriado, o registro de produtos amazônicos no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias;
77. Estabelecer diálogo para o desenvolvimento de um marco de cooperação regional nas áreas de certificação e valorização de produtos amazônicos e de incentivo ao reconhecimento de serviços/funções ambientais e ecossistêmicos;
78. Promover investimentos conjuntos em atividades e redes regionais de pesquisa e inovação que permitam o desenvolvimento de novas soluções e tecnologias, resgatando conhecimentos e saberes tradicionais, de modo a ampliar as possibilidades de geração de riqueza associadas ao uso sustentável e à conservação florestal do território amazônico;
79. Iniciar um diálogo entre os Estados Partes sobre a sustentabilidade de setores tais como mineração e hidrocarbonetos na Região Amazônica, no marco da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e de suas políticas nacionais soberanas;
80. Fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, em especial as tipologias e morfologias mais associadas à região, como turismo de natureza, cultural, indígena, regenerativo, comunitário e agroecoturismo, como vetor de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, de modo a oferecer, entre outros benefícios,

alternativas de renda, inclusive por meio de capacitação e melhoria dos serviços de turismo;

81. Adotar medidas urgentes para conciliar atividades econômicas com o objetivo de eliminar a poluição do ar, dos solos e da água, com ênfase nos rios amazônicos, com vistas à proteção da saúde humana e do meio ambiente. Saudar o protagonismo de países amazônicos na presidência do Comitê de Negociações Intergovernamentais para o acordo internacional vinculante voltado à eliminação da poluição por plásticos, com uma abordagem que contemple todo o ciclo de vida dos plásticos e inclua meios suficientes de implementação para os países em desenvolvimento, com fundamentação na ciência e no conhecimento. A este respeito, os países da região se comprometem a contribuir para a elaboração de um acordo ambicioso, a adotar políticas públicas que levem em conta todo o ciclo de vida dos plásticos, inclusive aquelas relacionadas à produção sustentável e ao fortalecimento da gestão de resíduos, à reciclagem de materiais e à sustentabilidade econômica das cadeias de reciclagem de produtos, reconhecendo o importante papel desempenhado pelos catadores de materiais recicláveis, pelos demais trabalhadores dessas cadeias e pelos sistemas de conhecimento tradicional indígenas, e a promover soluções sustentáveis que não exacerbem as pressões existentes na Amazônia ou criem novos impactos negativos;
82. Convidar os bancos de desenvolvimento dos Estados Partes com atuação na região amazônica a trabalhar de forma integrada e concertada no desenvolvimento sustentável da região mediante a formação e anúncio de uma Coalizão Verde, que promova soluções financeiras que estejam em conformidade com as programações dos Estados Partes e que, respeitando as características locais e regionais, criem e potencializem as atividades produtivas locais e viabilizem empreendimentos que sejam social, ambiental e economicamente sustentáveis. O apoio financeiro aos projetos públicos e privados aderentes aos objetivos da Coalizão permitirá a estruturação e apoio a alternativas econômicas sustentáveis e inclusivas, com geração local de oportunidades de emprego e renda, em especial para famílias de baixa renda. As soluções financeiras propostas deverão utilizar recursos catalíticos públicos e privados para promover a diminuição de riscos e alavancar a participação do setor privado, objetivando ampliar e acelerar o desenvolvimento sustentável da região;

83. Trocar informações sobre as ações realizadas pelos Estados Partes para obter financiamento bilateral ou multilateral não reembolsável para o desenvolvimento sustentável e, quando apropriado, articular essas ações em favor de projetos conjuntos na Amazônia a serem implementados pela OTCA;

Saúde

84. Promover sistemas de saúde universais e com abordagem intercultural que garantam acesso e respondam às características do território e das populações da região amazônica, com ênfase especial nas necessidades das mulheres;
85. Promover ações e serviços que proporcionem conhecimento e detecção de mudanças nos fatores socioambientais determinantes que interferem na saúde humana, levando em conta a abordagem “Saúde única” (One Health), com a finalidade de recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou problemas de saúde;
86. Cooperar para o desenvolvimento e implementação de planos nacionais de saúde dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, reduzindo as barreiras persistentes de acesso aos serviços de saúde, respeitando o direito à consulta prévia e informada e fortalecendo a participação social na construção de ações, programas e políticas voltadas a essas populações;
87. Promover a divulgação, para os fornecedores dos países amazônicos, de editais de compras e aquisições de tecnologias e produtos em saúde, bem como de produtos da medicina tradicional com registro sanitário, de acordo com os marcos regulatórios nacionais, que contribuam para o desenvolvimento sustentável;
88. Melhorar o desempenho dos programas de saúde pública ambiental e das instituições relacionadas, priorizando comunidades e cidades ambientalmente sustentáveis e resilientes, e promover estudos epidemiológicos ambientais em saúde e gerar programas de intervenção que priorizem a incidência de determinantes sociais e ambientais sobre a saúde dos povos indígenas;
89. Fortalecer, no âmbito da OTCA, programas e planos de contingência voltados para a proteção da saúde de povos indígenas altamente vulneráveis, em contato inicial ou em condição de dispersão geográfica,

com o objetivo de criar um contexto favorável para a mitigação de ameaças de pandemias e doenças tropicais endêmicas e emergentes, bem como doenças reemergentes e doenças associadas aos impactos da mudança do clima;

90. Ampliar a cooperação em saúde na região amazônica, com especial atenção às ações de saúde na fronteira e às populações que lá habitam, por meio de ações conjuntas de atenção em saúde e de nutrição dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais, primando pelo respeito à cultura e aos hábitos alimentares dos povos, com atenção especial à saúde da mulher, ao combate à desnutrição infantil crônica, à luta contra HIV/AIDS, tuberculose, hepatite viral, parasitose, malária, dengue, Zika, Chikungunya, doenças tropicais negligenciadas e outras doenças transmissíveis, oferecendo ações de cooperação humanitária em saúde e expansão da cobertura vacinal. Essa cooperação incluirá capacitação dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais para o desenvolvimento de terapias de reabilitação de incapacidades e manejo da dor, entre outras medidas;
91. Iniciar processo de diálogo com vistas a desenvolver um sistema regional de vigilância epidemiológica; e solicitar apoio da Secretaria Permanente da OTCA para coordenação dos Estados Partes nesse sentido;
92. Fortalecer as ações de vigilância em saúde de populações expostas a substâncias químicas, em particular mercúrio, resíduos perigosos e contaminação por plásticos, e de vigilância da qualidade do ar para poluentes atmosféricos na Amazônia, promovendo a troca de experiências para mitigar riscos e impactos negativos na saúde humana e na qualidade ambiental, considerando os compromissos assumidos pelos países amazônicos nas convenções, tratados e acordos internacionais sobre mercúrio, produtos químicos, resíduos perigosos e poluição plástica;
93. Promover a articulação dos sistemas de medicina ocidental ou alopática com a medicina ancestral ou tradicional, respeitando os conhecimentos e saberes das pessoas que os praticam, e incentivar uma abordagem integral e holística baseada na realidade dos povos indígenas da Amazônia;

Segurança e soberania alimentar e nutricional

94. Coordenar ações voltadas para a segurança e soberania alimentar e nutricional, de acordo com a legislação e os acordos internacionais aplicáveis, privilegiando os sistemas de produção tradicionais, familiares e comunitários, e melhorando o fluxo e a qualidade de produtos florestais, da biodiversidade e agrícolas no mercado regional amazônico, bem como sua presença internacional, incluindo o acesso e a difusão de tecnologias;
95. Iniciar um processo de diálogo para o desenvolvimento de uma estratégia amazônica de segurança e soberania alimentar e nutricional, com atenção à produção, disponibilidade, oferta e acesso a alimentos da biodiversidade amazônica, em que seja priorizado o combate à desnutrição infantil crônica;
96. Solicitar apoio da Secretaria Permanente da OTCA para a organização de eventos e iniciativas de promoção de troca de experiências e colaboração em segurança e soberania alimentar e nutricional, assistência técnica e extensão rural, em particular para fomentar sistemas de produção alimentar baseados na agricultura tradicional, na agricultura familiar, na aquicultura e na pesca artesanal, com foco nos produtos e nas particularidades da região. Tais ações devem levar em conta desafios e soluções específicas para garantir a dignidade, o sustento e o direito humano a uma alimentação adequada especialmente aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e às populações empobrecidas dos centros urbanos da região, com respeito às suas particularidades culturais, visando a promoção da alimentação adequada e saudável e a prevenção das múltiplas formas de desnutrição;

Proteção social

97. Considerar a Proteção Social como uma política com abordagem intercultural, estruturante para a preservação do bem-estar, dos modos e planos de vida e da sociabilidade da população amazônica;
98. Cooperar no desenvolvimento conjunto de tecnologias de conectividade e no apoio mútuo, coordenado e programado, para facilitar o acesso a localidades isoladas por vias hídricas e aéreas para atendimento social;
99. Desenvolver e compartilhar formatos de serviço de atendimento que identifiquem e tratem fenômenos de vulnerabilidade em comunidades

específicas, reconhecendo a necessidade da participação plena e efetiva dessas populações nos processos decisórios, buscando o reconhecimento das suas particularidades e evitando impactos negativos em seus modos de vida;

Direitos humanos e participação social

100. Implementar políticas setoriais de governo, incluindo de governos subnacionais, no intuito de adotar medidas para assegurar a participação plena e efetiva dos povos indígenas, das populações urbanas e das comunidades locais tradicionais da região amazônica nos processos de tomada de decisões e formulação de políticas públicas, de acordo com as respectivas legislações nacionais e em conformidade com a Convenção 169 da OIT, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham em Áreas Rurais, em especial os protocolos de consulta livre, prévia e informada para os povos indígenas;
101. Promover ações para proteger e garantir os direitos humanos dos povos indígenas e seus direitos coletivos sobre seus territórios e terras localizados na Região Amazônica, especialmente os povos indígenas isolados e em contato inicial, fortalecendo os recursos disponíveis e as políticas públicas adaptadas a essa região;
102. Adotar medidas para prevenir e evitar os impactos negativos dos projetos de infraestrutura em terras e territórios indígenas e tradicionais e para resgatar e valorizar a diversidade de práticas, conhecimentos, práticas e visões de mundo tradicionais e ancestrais dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais;
103. Fortalecer a cooperação regional para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero, da misoginia e do racismo na Região Amazônica, em todas as suas formas e dimensões, e com a incorporação da promoção e da proteção dos direitos humanos de pessoas afrodescendentes, de meninas e de todas as mulheres, como temática transversal às ações de conservação, restauração, manejo e uso sustentável da biodiversidade;
104. Implementar medidas para garantir um ambiente seguro e propício no qual as pessoas, os grupos e as organizações que promovem e

defendem os direitos humanos, o meio ambiente, as terras, territórios e recursos dos povos indígenas e os direitos culturais possam atuar livres de racismo, violência, ameaças, restrições e insegurança, promovendo ações para garantir o mais elevado nível possível de saúde física e mental de pessoas defensoras de direitos humanos e das vítimas de violência no território onde realizam suas atividades, nos termos das legislações dos Estados Partes;

105. Promover, no âmbito da OTCA, a criação de um Observatório sobre a situação das pessoas defensoras de direitos humanos, dos direitos dos povos indígenas e do meio ambiente na Amazônia, com vistas a fomentar a troca de experiências e a cooperação entre os Estados Partes e identificar metodologias, fontes de financiamento e melhores práticas para a promoção de suas atividades de proteção;

Reconhecimento das culturas amazônicas

106. Promover a preservação, a revitalização e reconhecimento das expressões culturais amazônicas, em particular as línguas e culturas indígenas, inclusive no âmbito da Década Internacional das Línguas Indígenas da UNESCO, incentivando a colaboração entre os Estados Partes e o apoio a iniciativas que fomentem a troca de conhecimentos e experiências;
107. Promover e apoiar, no marco da OTCA, encontros de promotores e gestores da cultura da região amazônica, para estimular o diálogo entre agentes e instituições culturais, fortalecer a compreensão coletiva das culturas amazônicas como um patrimônio compartilhado e proporcionar oportunidades para organizar atividades culturais conjuntas, de geração de renda e de inclusão social;
108. Cooperar para a construção de políticas nacionais e regionais que garantam a proteção e o uso respeitoso e digno dos conhecimentos e saberes dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais que moram na Amazônia;

Cooperação diplomática

109. Instruir, por meio dos Ministérios das Relações Exteriores, que as Embaixadas e Missões dos Estados Partes junto a organismos internacionais e países doadores possam, quando apropriado, trocar informações e coordenar ações em apoio a temas de interesse dos

- Estados Partes relacionados à OTCA e à cooperação amazônica em negociações internacionais;
110. Confiar à OTCA a organização, de forma regular e alternada entre os diferentes Estados Partes, de novas edições do Curso de Diplomacia Amazônica para Jovens Diplomatas dos Estados Membros da OTCA, para promover o diálogo e a cooperação em uma área de importância estratégica para as academias diplomáticas ou equivalentes na região, e acolher a primeira edição, organizada pelo Governo do Brasil, no contexto desta Cúpula;

Implementação da Declaração de Belém

111. Instruir a Reunião de Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) a adotar as medidas correspondentes para a implementação e incorporação progressiva das ações desta Declaração, com cronograma, prazos e meios de implementação, às áreas de trabalho da Organização e à próxima versão da Agenda Estratégica da OTCA, a ser concluída o mais rápido possível;
112. Saudar a realização da Reunião Técnico-Científica da Amazônia (Letícia, 5 a 8 de julho de 2023) e dos Diálogos da Amazônia (Belém, 4 a 6 de agosto de 2023), de que participaram representantes de diferentes setores das sociedades dos Estados Partes, e tomar nota de suas conclusões, que serão igualmente consideradas pela Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica para decidir sobre a sua implementação e incorporação progressiva às áreas de trabalho da Organização; e
113. Agradecer a proposta do Presidente da República da Colômbia de convocar e realizar a V Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica em agosto de 2025.

Nota à imprensa nº 331, publicada em 08/08/2023

2.3. Unidos por Nossas Florestas – Comunicado Conjunto dos Países Florestais em Desenvolvimento em Belém – Belém, 9 de agosto de 2023

Nós, os Presidentes e Chefes de Delegação de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Indonésia, Peru, República Democrática do Congo, República

do Congo, São Vicente e Granadinas, Suriname e Venezuela, reunidos em Belém do Pará, no dia 9 de agosto de 2023,

1. Reconhecemos a inestimável contribuição dos povos indígenas e das comunidades locais, bem como das mulheres e dos jovens, para a conservação das florestas tropicais.
2. Observamos que, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC AR6), “a mudança do clima já está impactando as florestas tropicais em todo o mundo, incluindo transformações na distribuição dos biomas florestais, alterações na composição de espécies, biomassa, pragas e doenças, e aumento da quantidade de incêndios florestais”.
3. Reiteramos nosso compromisso com a preservação das florestas, a redução das causas do desmatamento e da degradação florestal, a conservação e valorização da biodiversidade e a busca por uma transição ecológica justa, convencidos de que nossas florestas podem ser centros de desenvolvimento sustentável e produtoras de soluções para os desafios de sustentabilidade nacionais e globais, conciliando prosperidade econômica com proteção ambiental e bem-estar social, em especial para os povos indígenas e comunidades locais, inclusive por meio do desenvolvimento de mecanismos inovadores que reconheçam e promovam os funções/serviços ecossistêmicos e a conservação e uso sustentável da biodiversidade.
4. Manifestamos nossa preocupação com o não cumprimento, por parte dos países desenvolvidos, do compromisso de financiamento para o desenvolvimento equivalente a 0,7% do rendimento nacional bruto; de financiamento climático de US\$ 100 bilhões por ano em recursos novos e adicionais aos países em desenvolvimento, conclamamos os países desenvolvidos a cumprirem suas obrigações de financiamento climático; e a contribuir para a mobilização de US\$ 200 bilhões por ano, até 2030, previstos pelo Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal para a implementação dos planos de ação e estratégias nacionais de biodiversidade, por meio da provisão de recursos financeiros novos, adicionais, previsíveis e adequados;
5. Manifestamos também nossa preocupação com o não cumprimento, por parte de alguns países desenvolvidos, de suas metas de mitigação e relembramos a necessidade dos países desenvolvidos de liderar e acelerar a descarbonização de suas economias, atingindo a neutralidade

de emissões de gases de efeito estufa o mais rápido possível e preferencialmente antes de 2050.

6. Observando que a cooperação internacional é a via mais eficaz para apoiar nosso compromisso soberano de redução das causas do desmatamento e da degradação florestal, condenamos a adoção de medidas para combater as mudanças climáticas e proteger o meio ambiente, incluindo as medidas unilaterais, que constituam um meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional.
7. Reforçamos nosso entendimento de que o acesso preferencial para produtos florestais nos mercados dos países desenvolvidos será importante alavanca para o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento.
8. Convidamos os demais países em desenvolvimento detentores de florestas tropicais ao diálogo, baseado na solidariedade e na cooperação, com vistas à COP-28 da UNFCCC e à COP-16 da CDB e demais conferências internacionais relevantes, a respeito dos temas constantes deste Comunicado.
9. Conclamamos também os demais países em desenvolvimento detentores de parcela significativa da biodiversidade global a lutar para que nossos países tenham maior influência sobre a gestão de recursos destinados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade.
10. Tomamos nota de diferentes iniciativas conduzidas por países em desenvolvimento relevantes para a conservação e uso sustentável de ecossistemas florestais, como a Cooperação Trilateral sobre Florestas Tropicais e Ação Climática, promovida por Brasil, República Democrática do Congo e Indonésia, e a iniciativa da República do Congo de sediar uma Cúpula das Três Bacias dos Ecossistemas da Biodiversidade e Florestais Tropicais.

Nota à imprensa nº 333, publicada em 09/08/2023

2.4. Comunicado Conjunto por ocasião da Visita de Estado do senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à República de Angola – Luanda, 26 de agosto de 2023

1. No quadro do reforço da excelente relação político-diplomática e da cooperação entre a República de Angola e a República Federativa do Brasil, realizou-se nos dias 25 e 26 de Agosto de 2023, em Luanda, República de Angola, a Visita de Estado de Sua Exceléncia Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil.
2. Sua Exceléncia João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola e Sua Exceléncia Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, chefiam as respectivas delegações.
3. Durante a Visita de Estado, Sua Exceléncia João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola, condecorou Sua Exceléncia Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, com a Ordem António Agostinho Neto, a mais alta distinção do País. Igualmente, Sua Exceléncia Luiz Inácio Lula da Silva, condecorou Sua Exceléncia João Manuel Gonçalves Lourenço, com o Grande Colar da Ordem Nacional Cruzeiro do Sul, a mais alta distinção que a República Federativa do Brasil atribui a personalidades estrangeiras.
4. No decorrer dos trabalhos, as duas delegações reafirmaram a importância de consolidar e aprofundar os laços históricos, culturais e de amizade entre os dois Povos e Países, bem como elevar as relações de cooperação estratégica diversificada e mutuamente vantajosas a um novo patamar.
5. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudou o trabalho desenvolvido pela República de Angola, durante a Presidência “pro tempore” 2021-2023, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a prioridade que atribuiu ao novo pilar econômico da Organização, tendo reiterado o compromisso com o fortalecimento da CPLP, na busca de resultados concretos para as populações dos Estados Membros da Organização.
6. Igualmente, o Presidente Lula congratulou o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, por ter assumido recentemente a Presidência rotativa da Comunidade de Desenvolvimento dos Estados da África Austral (SADC), enaltecendo o papel que o Presidente angolano tem

desempenhado, em torno da pacificação do Continente africano, na qualidade de líder da paz e mediador em África, designado pela União Africana (UA), nomeadamente, na Região dos Grandes Lagos.

7. O Presidente Lula reiterou que a África é uma prioridade da política externa brasileira, razão pela qual sua Visita de Estado se dá acompanhado de uma grande comitiva de Ministras e Ministros, Parlamentares e Empresários. Segundo o Chefe de Estado brasileiro, a cooperação brasileira, as instituições e as empresas devem estar ao lado de Angola, junto com seus pares angolanos, para enfrentar e encontrar soluções para os significativos desafios deste país vizinho do Brasil, separado pelo Atlântico, fronteira de oportunidades, de paz e de desenvolvimento.
8. Por sua vez, o Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, saudou o Presidente Lula da Silva pela assunção da República Federativa do Brasil à Presidência “pro tempore” do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), oportunidade que poderá ser aproveitada pelos dois Presidentes, para estabelecerem parcerias entre a SADC e o MERCOSUL, bem como desenvolverem projetos comuns, no âmbito da cooperação Sul-Sul.
9. Os dois Chefes de Estado trocaram impressões sobre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e concordaram em revitalizar o compromisso dos dois Países com a paz e a segurança internacional, com a consolidação da ZOPACAS e com o combate à pirataria no Golfo da Guiné. Nesse sentido, recordaram a cooperação entre as Marinhas de Angola e do Brasil nos exercícios realizados no âmbito da Operação Obangame Express 2022, voltada à repressão da pirataria, do roubo armado, da pesca ilegal e do tráfico de drogas no Golfo da Guiné.
10. As Partes analisaram o atual contexto político internacional, pós pandemia da Covid-19, e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que tem causado um impacto adverso nas economias dos países em nível global. Os Presidentes convergiram que a solução para a resolução da crise na Ucrânia deve ser pela via pacífica e, que é chegado o momento de se por fim àquele conflito, que tem causado inúmeras perdas humanas e materiais.

11. As Partes acordaram a necessidade de se estabelecer um novo mecanismo de apoio financeiro, com a abertura de linhas de crédito ancoradas nas normas de garantias internacionais.
12. As Partes analisaram diversos aspectos da cooperação bilateral, tendo os Presidentes saudado a colaboração e encorajamento no incremento dos programas e projetos em setores como a Agricultura, Saúde, Turismo, Educação, Empreendedorismo, dentre outros. Neste contexto, os Presidentes presenciaram a assinatura dos seguintes instrumentos jurídicos:
 - Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura e Florestas da República de Angola sobre a Cooperação Agrícola;
 - Acordo sobre o exercício de atividades profissionais remuneradas pelos dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico das missões diplomáticas e postos consulares;
 - Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Cooperação no domínio do Turismo Sustentável;
 - Projeto de Cooperação – Diagnóstico e tratamento da hanseníase (ABC-MIREX);
 - Projeto de Cooperação – Escola de Todos (ABC-MIREX);
 - Memorando de entendimento entre SEBRAE e INAPEM; e
 - Memorando de Entendimento entre à Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX) e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).
13. Em discurso perante a Assembleia Nacional de Angola, o Presidente Lula da Silva agradeceu o firme apoio e a solidariedade do Presidente João Lourenço e da Casa Legislativa em defesa da democracia no Brasil, por ocasião da tentativa de golpe de 8 de janeiro passado contra o Estado democrático e de direito e as suas instituições republicanas no Brasil.
14. Os dois Chefes de Estado participaram do encerramento do Fórum Empresarial, dedicado à agricultura familiar e a segurança alimentar,

com representantes dos setores empresariais angolano e brasileiro, atuantes em Angola e no Brasil, ocasião em que foram identificadas oportunidades de investimento e de crescimento comercial entre Brasil e Angola, bem como novas linhas de financiamento ao comércio e investimentos bilaterais.

15. A República Federativa do Brasil assumirá a Presidência do G20, em Dezembro de 2023, e nesta qualidade, Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, convidou Sua Excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola, a participar da próxima Cimeira do G20, a ter lugar em Novembro de 2024, no Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil.
16. O Presidente brasileiro agradeceu a hospitalidade do Presidente João Lourenço e do povo angolano. Sublinhou que o Brasil continuará sendo parceiro com o qual o governo e o povo de Angola podem contar para alcançar as metas de desenvolvimento com justiça social.

Feito em Luanda, República de Angola, aos 26 de agosto de 2023.

Nota à imprensa nº 361, publicada em 26/08/2023

2.5. Declaração da Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre Ministros da Defesa e das Relações Exteriores

1. As Ministras e Ministros da Defesa e das Relações Exteriores e os representantes dos países da América do Sul reuniram-se em Brasília, em 22 de novembro de 2023, com o objetivo de realizar a “Primeira Reunião Sul-Americana de Diálogo entre as Ministras e Ministros da Defesa e das Relações Exteriores”, com base no mandato conferido pelos Presidentes da América do Sul no Consenso de Brasília, em 30 de maio, e no Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul, adotado em 5 de outubro.
2. Em um momento em que outras partes do mundo enfrentam conflitos armados, instabilidade política e crescentes tensões geopolíticas, as Ministras e Ministros recordaram a visão comum, registrada no Consenso de Brasília, de que a América do Sul constitui uma região de paz e cooperação, onde prevalecem o diálogo e o respeito à diversidade, comprometida com a democracia e os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, o Estado de Direito

e a estabilidade institucional, a defesa da soberania e da integridade territorial, a não interferência em assuntos internos e a solução pacífica de controvérsias.

3. Nesse contexto, reafirmaram seu compromisso de retomar o diálogo regular sobre temas de interesse estratégico para a região, com o objetivo de consolidar um espaço de concertação e diálogo que permita fortalecer a confiança mútua e aperfeiçoar a coordenação e a cooperação diante de eventuais desafios e ameaças à segurança enfrentados pela região, baseados no respeito à soberania de cada país e nos princípios de autodeterminação, integridade territorial e não intervenção.
4. Reconhecendo a importância de uma abordagem abrangente para a segurança que leve em conta a natureza multidimensional dos desafios de segurança na região, as Ministras e Ministros mencionaram, como foco inicial de atenção, as seguintes áreas prioritárias: avaliação da conjuntura de paz e segurança internacional e regional; intercâmbio de melhores práticas em defesa cibernética; intercâmbio de experiências em ajuda humanitária, bem como prevenção e resposta a desastres; cooperação em indústrias de defesa; diálogo regular entre as Ministras e Ministros da Defesa e das Relações Exteriores, entre outras.
5. Levando em conta os pontos 8 e 9 do Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul, acordaram:
 - a) realizar edições das Reuniões Sul-Americanas de Diálogo entre Ministras e Ministros da Defesa e das Relações Exteriores pelo menos uma vez por ano;
 - b) estabelecer uma Rede de Contatos composta por representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores de cada país para aprofundar a cooperação em áreas de interesse prioritário. Salvo decisão em contrário, a presidência rotativa do Consenso de Brasília atuará como facilitadora da Rede;
 - c) a Rede de Contatos manterá um diálogo regular e se reunirá, presencial ou virtualmente, quantas vezes sejam necessárias para avançar nas decisões adotadas no contexto das Reuniões Sul-Americanas de Diálogo entre Ministras e Ministros da Defesa e das Relações Exteriores. Grupos de trabalho ad hoc poderão ser criados para tratar temas específicos.

Nota à imprensa nº 361, publicada em 26/08/2023

2.6. Declaração dos Estados Partes do MERCOSUL, Chile, Colômbia, Equador e Peru sobre a situação entre Venezuela e Guiana – 7 de dezembro de 2023

Declaração dos Estados Partes do MERCOSUL, Chile, Colômbia, Equador e Peru sobre a situação entre Venezuela e Guiana

Os Estados Partes do MERCOSUL, Chile, Colômbia, Equador e Peru manifestam sua profunda preocupação com a elevação das tensões entre a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativa da Guiana. A América Latina deve ser um território de paz e, no presente caso, trabalhar com todas as ferramentas de sua longa tradição de diálogo.

Nesse contexto, alertam sobre ações unilaterais que devem ser evitadas, pois adicionam tensão, e instam ambas as partes ao diálogo e à busca de uma solução pacífica da controvérsia, a fim de evitar ações e iniciativas unilaterais que possam agravá-la.

Nota à imprensa nº 580, publicada em 07/12/2023

3. DISCURSOS

3.1. Discurso do Ministro Mauro Vieira na sessão solene da Academia Brasileira de Letras pelo lançamento da Coleção Hélio Jaguaribe – Rio de Janeiro, 20 de julho de 2023

É com grande satisfação que venho a esta Academia participar do lançamento da Coleção Hélio Jaguaribe. Celebramos hoje a memória de um pensador cujo legado é um patrimônio comum de nossas duas casas, a de Machado de Assis e a de Rio Branco. Hélio Jaguaribe deixou-nos uma obra de abrangência única, como homem de letras e também de Estado, estudioso do mundo das ideias e das ideias sobre o mundo, na dualidade que costumava empregar.

Sua contribuição de intelectual público se fez sentir desde lugares muito diferentes, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o famoso ISEB, à Universidade de Harvard, e desta à Nacional Autônoma do México, entre tantos outros. Representou um notável exemplo de pensamento crítico que, versando múltiplos temas, teve sempre como sentido de direção – cito aqui as palavras do Professor Celso Lafer – “promover e incrementar a racionalidade pública para ampliar democraticamente, com liberdade e igualdade, o poder de controle da sociedade brasileira sobre o seu destino”.

Diria até que essa preocupação poderia ser estendida para o conjunto das sociedades da América Latina, pois uma indagação constante da obra de Hélio Jaguaribe foi quanto à permissividade da política mundial a uma atuação mais autônoma dos países de toda a nossa região.

Não está nos meus propósitos, aqui, passar em revista o legado desse que é um dos nomes tutelares de nossa inteligência acadêmica, e em especial daquela voltada às relações internacionais. Nem me aventuraria a tanto, na presença de grandes especialistas como os que falarão hoje. Vou me limitar a destacar, nestas palavras introdutórias, um aspecto da atualidade de Hélio Jaguaribe desde a perspectiva da política externa brasileira.

Gostaria de retornar ao grande clássico de Jaguaribe nessa área, que é o seu livro de 1958, *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Digo que é um clássico porque, na definição muito lembrada de Ítalo Calvino, este é um daqueles livros que não acabam de dizer o que têm a dizer. Como não poderia deixar de ser, e em particular tratando-se de uma obra até certo ponto programática, alguns aspectos deste livro foram superados com o tempo.

Mas uma ideia-força de Hélio Jaguaribe em 1958, com a qual buscava alterar fundamentalmente os termos do debate público sobre política externa daquele momento, continua retendo grande vitalidade até os dias de hoje: refiro-me à sua reflexão sobre a centralidade da América do Sul e da América Latina e o Caribe para a inserção internacional do Brasil.

Não é demais lembrar, como sabem os especialistas em sua obra, que, escrevendo por aquela época, Hélio Jaguaribe enfrentava toda uma literatura contrária à aproximação entre o Brasil e seus vizinhos. Com grande descortino, fez em 1958 a afirmação de que a política externa brasileira devia ter sua pedra de toque no que chamava o “sistema sul-americano”.

A aliança com a Argentina e a proximidade com os demais vizinhos constituíam, em seu entendimento, um “imperativo estratégico”. Sem articulação sul-americana, Jaguaribe via um futuro de “satelitização” (a palavra é sua) dos países de nossa região. Por outro lado, com a integração sul-americana, gradualmente complementada pela solidariedade latino-americana, o autor de *O nacionalismo na atualidade brasileira* vislumbrava a ampliação daquelas margens de autonomia internacional que sempre buscou para nossa região.

É inevitável traçar um paralelo entre esse raciocínio e a política externa que o Brasil vem perseguindo, com uma única e melancólica recente fase de exceção, em toda a Nova República. Como é bem sabido, foi a própria Constituição Cidadã de 1988 que fixou a integração da América Latina como princípio orientador de nossas relações internacionais. A trajetória do Grupo do Rio, criado no governo José Sarney, até a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a CELAC, de que o Presidente Lula foi um dos fundadores, é bem conhecida.

A integração da América do Sul, em particular, também é uma obra que mobilizou distintos governos do período democrático. Um arco histórico já longo associa o ano de 2000, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu em Brasília a primeira cúpula de líderes sul-americanos, ao último mês de maio, quando o Presidente Lula recebeu, também em Brasília, dez chefes

de Estado e um chefe de governo para retomar a agenda integracionista entre os doze países da América do Sul após um hiato de nove anos.

O resultado dessa reunião em maio de 2023 foi o Consenso de Brasília, documento em que os doze líderes de nossa região imediata afirmam a retomada da construção de um destino comum para a América do Sul, entendida como um ator – e não como um mero campo de disputa – da política mundial: um polo próprio no mundo multipolar que se anuncia, livre de interferências externas de quem quer que seja e atuando em favor da paz, da prosperidade e da justiça no mundo.

Já em janeiro deste ano o Brasil havia anunciado seu retorno à CELAC, recuperando esse espaço para o diálogo com o conjunto de nossa região. Depois, ao completar cem dias de governo, em abril, o Presidente Lula anunciou o retorno do Brasil à Unasul, entidade que materializa aquele empenho de concertação política e de projeção da América do Sul como uma força própria no mundo.

E posso acrescentar que acabo de regressar de Bruxelas, onde realizamos, no início desta semana, a terceira cúpula CELAC-União Europeia, mecanismo que não era ativado desde 2015. Realizamos também, à margem desse encontro em Bruxelas, uma reunião do Grupo de Contato de chanceleres da América do Sul, encarregado de implementar o Consenso de Brasília.

Vamos reconstruir com obstinação as instituições regionais essenciais para a estabilidade, a segurança e a boa convivência no entorno regional do Brasil. Já disse, e repito, que a integração – latino-americana em geral, sul-americana em particular – é a nossa única ideologia.

Hélio Jaguaribe teve a visão extraordinária de identificar, naquele livro da fase “isebiana”, essa circunstância inescapável. É ao imperativo geoestratégico da América do Sul, somado ao ideal da solidariedade com a América Latina e o Caribe, que a diplomacia do governo Lula deseja fazer frente.

Temos, como é evidente, linhas prioritárias de ação nos quatro quadrantes do globo. Para o Brasil, país de vocação universalista, o elemento regional se complementa naturalmente com a projeção global. Mas não é este o momento de discutir essas outras vertentes de nossa ação externa.

Hoje, neste lançamento, recordar a corajosa reflexão integracionista de Hélio Jaguaribe equivale a reafirmar o objetivo do governo Lula de reconstruir as pontes com toda a vizinhança do Brasil.

Se com o Barão do Rio Branco o Brasil reconheceu seu destino sul-americano, Hélio Jaguaribe, junto a tantos outros, trabalhou para que esse destino fosse de cooperação cada vez mais estreita em benefício de todos os povos de nossa região. Sua obra ensina que a grandeza brasileira só tem a ganhar quando construímos, em nosso entorno, uma ordem regional colaborativa.

Fiéis a esse espírito, refletido na Constituição Cidadã, é que estamos renovando a política externa a partir da reafirmação destas que são coordenadas básicas do Brasil no mundo: a América do Sul e, mais amplamente, a América Latina e o Caribe.

3.2. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula dos Países Amazônicos – Belém, 8 de agosto de 2023

É uma grande satisfação recebê-los em Belém.

Foi nesta mesma cidade que, em 23 de outubro de 1980, se realizou a primeira reunião de chanceleres do então recém-criado Tratado de Cooperação Amazônico.

Retornamos hoje a Belém para voltar a pensar e agir juntos.

A partir desta Cúpula, nasce um novo sonho amazônico para a região e o mundo.

Durante muito tempo, nos impuseram sonhos alheios.

Por quase 500 anos, a Amazônia foi vista como uma barreira entre nossas sociedades.

O preconceito e o extrativismo predatório alimentaram a violência contra os povos indígenas e estimularam a pilhagem dos recursos naturais.

Da borracha aos minérios, sucessivos ciclos econômicos geraram prosperidade para poucos e pobreza para muitos.

Junto com a ocupação desordenada, os tratores e as motoserras, veio a destruição ambiental.

Nossas sociedades não souberam encontrar o equilíbrio entre o crescimento e a sustentabilidade, nem respeitar os saberes e direitos dos povos do campo, da floresta e das águas.

No Brasil, a partir da redemocratização, buscamos corrigir o rumo, valorizando o bioma e seus habitantes.

A Constituição de 1988 introduziu (em seu artigo 225) o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Também instituiu o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A Floresta Amazônica foi definida como patrimônio nacional.

Nos anos seguintes, ainda com muitas dificuldades, houve avanços no monitoramento da floresta, na demarcação de Terras Indígenas na regularização fundiária.

Criamos um ministério específico para o meio ambiente.

Lançamos satélites que ampliaram nossa coleta de dados ambientais.

Aprimoramos a fiscalização e criamos novas leis ambientais.

Em meus governos, intensifiquei esses esforços.

Entre 2004 e 2012, reduzimos o desmatamento na Amazônia em 83% e evitamos que 4 bilhões de toneladas de CO₂ fossem emitidas na atmosfera.

Essa foi a maior contribuição feita por um país para redução dos gases de efeito estufa oriundos do desmatamento até hoje.

E, ao mesmo tempo, conseguimos aumentar a produtividade agrícola na região, mostrando que é possível crescer sem derrubar a floresta.

Não resolvemos todos os problemas, mas começamos a trilhar um caminho mais justo e sustentável.

No entanto, a crise política que se abateu sobre o Brasil levou ao poder um governo negacionista com consequências nefastas.

Meu antecessor abriu as portas para os ilícitos ambientais e o crime organizado. Os índices de desmatamento voltaram a crescer.

Suas políticas beneficiaram apenas uma minoria que visa o lucro imediato.

Na tribuna da ONU, o Brasil ressuscitou noções de um nacionalismo primitivo e responsabilizou “índios e caboclos” pelas queimadas provocadas pela ação humana.

Nos tornamos um pária entre as nações e nos afastamos de nossa própria região.

Os que sempre atuaram em prol da preservação ambiental e dos direitos humanos foram perseguidos e atacados. Perdemos, de forma violenta, diversas lideranças que lutaram contra a destruição e o descaso.

Os que mais sofreram foram os indígenas e outros povos tradicionais.

A invasão da terra ianomâmi por garimpeiros evidenciou o desprezo pela vida humana e pelo meio ambiente.

A criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por uma ministra indígena, o primeiro na história do Brasil, simboliza o nosso compromisso com a reparação à invisibilidade a que foram submetidos os povos originários em nosso país.

Senhoras e senhores,

Felizmente, pela decisão soberana do povo brasileiro e seu compromisso com a democracia, conseguimos virar essa triste página da nossa história.

Queremos retomar a cooperação entre nossos países e superar desconfianças.

Queremos reconstruir e ampliar nossos canais de diálogo.

Isso requer mudar não apenas a compreensão da Amazônia, mas também sua realidade.

A Amazônia sul-americana é a maior floresta tropical do mundo, uma reserva de biodiversidade incomparável, e a mais extensa bacia hidrográfica do planeta.

Sua área corresponde a uma vez e meia a da União Europeia. Ela contém 10% de todos os plantas e animais conhecidos. A cada dia, em média, uma nova espécie é descoberta nesta floresta.

Juntos, seu solo e vegetação armazenam 200 bilhões de toneladas de carbono, o que a faz essencial para um clima estável para todo o planeta.

Mas a Amazônia não é só feita de flora e fauna.

São 50 milhões de pessoas espalhadas pelo seu vasto território e entre metrópoles como Belém, Manaus e Santa Cruz de la Sierra.

Cidades médias como Florência, Ciudad Bolívar e Iquitos.

E milhares de vilarejos e aldeias.

São 400 povos indígenas, que falam mais de 300 idiomas.

Para entendermos esse lugar, precisamos ouvir quem já o conhece bem.

O sonho amazônico tem que estar enraizado na ciência e nos saberes produzidos aqui. E tem que juntar todos os atores na busca por soluções.

Para resolvemos os problemas da região, precisamos reconhecer que ela também é um lugar de carências socioeconômicas históricas.

Não é possível conceber a preservação da Amazônia sem resolver os múltiplos problemas estruturais que ela enfrenta.

A Amazônia é rica em recursos hídricos, mas em muitos lugares falta água potável.

A despeito da sua grande biodiversidade, milhões de pessoas na região ainda passam fome.

Redes criminosas hoje se organizam transnacionalmente, aumentando a insegurança por toda a região.

Estamos empenhados em reverter esse quadro. Já podemos ver resultados. Os alertas de desmatamento na Amazônia tiveram uma redução de 42,5% nos primeiros sete meses deste ano. Assumimos o compromisso de zerar o desmatamento até 2030.

Vamos estabelecer, em Manaus, um Centro de Cooperação Policial Internacional para enfrentar os crimes que afetam a região. O novo Plano de Segurança para a Amazônia vai criar 34 novas bases fluviais e terrestres, com a presença constante de forças federais e estaduais.

O apoio das Forças Armadas, sobretudo na faixa de fronteira, também será essencial nesse esforço. Ele também permitirá a futura criação de um sistema integrado de controle de tráfego aéreo na região amazônica.

Meu governo está engajado no desenho de uma transição justa. Vamos planejar o crescimento apostando na industrialização e infraestrutura verdes, na sociobioeconomia, e nas energias renováveis.

O Brasil desempenhará papel central na transição energética, liderando a produção de fontes limpas como a energia solar, a biomassa, o etanol e o hidrogênio verde.

Com o Programa Nacional de Florestas Produtivas, vamos fomentar a restauração de áreas degradadas e a produção de alimentos, com base na agricultura familiar e nas comunidades tradicionais.

Enviamos para o Congresso o Acordo de Escazú, um instrumento da América Latina e do Caribe que irá ajudar a garantir os direitos dos defensores do meio ambiente e o acesso à informação.

Queremos que os benefícios desses esforços sejam compartilhados com nossos vizinhos.

O Tratado de Cooperação Amazônica que firmamos em 1978 é a principal plataforma para enfrentarmos juntos estes desafios.

Buscando o desenvolvimento harmônico entre nossos oito países, e respeitando a soberania de cada nação.

Com base neste acordo, fundamos o primeiro bloco socioambiental do mundo, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Nossa missão agora é dotá-la de recursos próprios e de um programa de ação mais amplo.

A criação de uma instância de Chefes de Estado será essencial para manter o tema da Amazônia no mais alto nível político.

A revitalização do Parlamento Amazônico permitirá ampliar o diálogo em sintonia com a sociedade.

Daremos atenção especial às mulheres, que estão na linha de frente da defesa das comunidades e do meio ambiente, aos jovens, que trazem novas ideias e olhares, e aos povos indígenas, que nos ensinam a preservar a floresta.

Esse fortalecimento institucional será fundamentado na ciência. O Observatório Regional Amazônico, que reúne dados sobre temas como recursos hídricos, saúde, biodiversidade e mudança do clima, fornecerá insumos para nossas políticas públicas e iniciativas de cooperação.

Estamos criando o Painel Técnico-Científico Intergovernamental, que vai juntar cientistas e especialistas da Amazônia para fundamentar nossas decisões, em colaboração com outros painéis científicos internacionais.

A Declaração Presidencial desta Cúpula mostra que o que começamos em Letícia e agora consolidamos em Belém não é apenas uma mensagem política: é um plano de ação detalhado e abrangente para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A Amazônia não é e não pode ser tratada como um grande depósito de riquezas. Ela é uma incubadora de conhecimentos e tecnologias que mal começamos a dimensionar.

Aqui podem estar soluções para inúmeros problemas da humanidade – da cura de doenças ao comércio mais sustentável.

A floresta não é um vazio a ser ocupado, nem um tesouro a ser saqueado. É um canteiro de possibilidades que precisa ser cultivado.

Sem ela, a América do Sul que conhecemos não existiria. Dela depende o regime de chuvas que sustenta a vida e mantém a maior parte de nossas atividades econômicas.

A floresta nos une. É hora de olhar para o coração do continente e consolidar, de uma vez por todas, nossa identidade amazônica.

Além de lidar com os desafios na nossa região, isso nos permitirá enfrentar uma ordem global cada vez mais incerta.

Em um sistema internacional que não foi construído por nós, foi nos reservado historicamente o lugar subalterno de fornecedores de matérias-primas. A transição ecológica justa nos permite mudar esse quadro.

A Amazônia é nosso passaporte para uma nova relação com o mundo – uma relação mais simétrica, na qual nossos recursos não serão explorados em benefício de poucos, mas valorizados e colocados a serviço de todos.

Que os Diálogos Amazônicos sejam um marco na retomada da interação entre as sociedades e os governos da nossa região.

É preciso valorizar o papel dos prefeitos, governadores e parlamentares. Não se faz política pública eficaz sem participação de quem conhece o território.

Espero que cada pessoa, cada cidade, cada rio e cada árvore da nossa vasta floresta encontre seu lugar nessa visão de uma nova Amazônia que nasce a partir desta Cúpula.

Vamos deixar para nossos descendentes um legado de bem-estar, prosperidade e justiça social.

A Amazônia será o que nós quisermos que ela seja.

Uma Amazônia com cidades mais verdes, ar mais puro, rios sem mercúrio e a floresta em pé.

Uma Amazônia com comida na mesa, trabalho digno e serviços públicos ao alcance de todos.

Uma Amazônia com crianças mais saudáveis, migrantes bem acolhidos, indígenas respeitados e jovens mais esperançosos.

Uma Amazônia que desperta e toma consciência de si mesma.

Esse é o nosso sonho amazônico.

Muito obrigado.

3.3. Discurso do Presidente Lula por ocasião da XIV Cúpula da CPLP – São Tomé e Príncipe, 27 de agosto de 2023

Quero agradecer ao presidente Carlos Manuel Vila Nova e ao primeiro-ministro, Patrice Trovoada, pela organização deste encontro e ao povo são-tomense pela calorosa hospitalidade.

Escolhi São Tomé e Príncipe como ponto final de meu primeiro périplo africano.

Em Joanesburgo, participei de uma Cúpula do BRICS dedicada à África.

Em Luanda, visitei o presidente João Manuel Lourenço, na minha primeira visita de Estado, neste meu terceiro mandato, a um país deste continente.

É muito oportuno retornar a este belo país para tratar de um assunto que nos une.

Falar de juventude e sustentabilidade, tema desta 14^a Cúpula da CPLP, é falar de futuro.

Quando eu era jovem, os dilemas da minha geração pareciam ser mais simples.

Meu objetivo era ter uma formação técnica que me abrisse as portas para uma profissão e um emprego estável, ter uma família e financiar a casa própria.

Na política sindical buscávamos organizar os trabalhadores para obter melhorias nas condições de vida.

Na esfera política, lutávamos pelo fim da ditadura.

Mas quando falo com a juventude de hoje, percebo que as coisas são muito mais complexas.

As novas gerações vivem com as incertezas de um mercado de trabalho que se transforma.

As novas tecnologias são uma conquista extraordinária da inteligência humana, mas com elas o desemprego e a precarização alcançam novos patamares.

O uso irresponsável das redes sociais, com a propagação de *fake news* e discursos de ódio, ameaça a democracia.

O culto ao individualismo leva à descrença de muitos jovens na ação coletiva.

Essas tendências foram exacerbadas pela pandemia, que afastou crianças e adolescentes da escola e do convívio social, ampliando as desigualdades.

Por isso é importante recorrer à própria juventude para entender essa nova realidade.

Há 10 anos, os jovens da CPLP tiveram uma atitude premonitória ao adotarem a Carta da Juventude.

Essa Carta é um instrumento visionário ao propor o conceito de Justiça Intergeracional.

As decisões de hoje afetam diretamente os direitos e oportunidades das próximas gerações.

Não podemos sacrificar o bem-estar dos que virão.

Eles já nos alertavam que a mudança do clima colocaria em xeque o futuro do planeta.

A maioria dos países da CPLP possui uma população jovem.

Para que eles tenham esperanças de um futuro melhor, a sustentabilidade tem de ser promovida, desde agora, nas suas três dimensões: a social, a econômica e a ambiental.

Sem alimentação adequada não há perspectiva de uma vida digna.

Na CPLP, podemos nos orgulhar do nosso trabalho conjunto na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Nossa cooperação em prol da agricultura familiar e do reforço dos programas de alimentação escolar são exemplos a serem multiplicados.

Saúdo a recém-concluída reunião do Conselho de Segurança Alimentar, realizada com a presença do Conselho Brasileiro – o CONSEA, recriado em meu governo.

A África tem tudo para se tornar uma potência agrícola, com capacidade para alimentar seu povo e o mundo.

O Brasil continuará a ser parceiro nessa empreitada.

O Programa Mais Alimentos, que relancei em junho passado, permite que pequenos produtores possam ter acesso a financiamento para compra de tratores e implementos agrícolas.

Assim como no passado, uma versão do Mais Alimentos para a África deve ser retomada como mais uma vertente da cooperação Sul-Sul brasileira.

A educação é outra área central de cooperação.

A formação técnica e acadêmica são o passaporte para autonomia da juventude na construção de seus projetos de vida.

Tenho muito orgulho de dizer que mais de 1.700 estudantes dos países lusófonos concluíram estudos de graduação no Brasil nos últimos 20 anos.

Cito aqui o nosso companheiro, presidente José Maria Pereira Neves, do Cabo Verde, que fez seu curso de graduação em Administração no Brasil.

Ontem, em Luanda, encontrei vários ex-estudantes angolanos que se formaram em universidades brasileiras.

Muito deles são altos funcionários governamentais e importantes lideranças da sociedade civil e do setor privado.

Além do envio e recebimento de alunos, devemos fomentar a pesquisa e a colaboração — presencial e à distância.

Para a efetiva implementação do Acordo de Mobilidade da CPLP, estamos regulamentando a emissão de vistos para a comunidade acadêmica, científica, cultural e empresarial.

Mas formar a nossa juventude não é suficiente.

Com as mudanças no mundo do trabalho, vivemos o desafio de dinamizar nossas economias garantindo trabalho digno, salário justo e proteção aos trabalhadores e trabalhadoras.

Esse é o espírito da iniciativa em defesa do trabalho decente que lançarei com o presidente Biden, à margem da próxima Assembleia Geral da ONU.

As transições digital e ecológica precisam ser aproveitadas para gerar oportunidades e evitar a concentração de renda e a desigualdade.

A promoção do comércio e de investimentos deve garantir empregos dignos e verdes, e ter como objetivo a diversificação de nossa pauta exportadora para além das *commodities*.

A iniciativa angolana de incorporar a cooperação econômica como novo pilar da nossa comunidade ajudará a interligar nossos mercados.

Somos quase 300 milhões de consumidores, espalhados por quatro continentes e com um PIB de 2,3 trilhões de dólares.

Meu caros amigos e amigas,

O enfrentamento à mudança do clima é um dos eixos centrais da minha política externa.

No início do mês reunimos em Belém os presidentes dos países amazônicos.

Realizamos também diálogos com a sociedade civil que contaram com quase 30.000 participantes.

Muitos ali eram jovens que se engajam de diversas formas na luta contra a mudança do clima.

Precisamos colocar as pessoas no centro das políticas públicas, criando soluções que remunerem de forma equitativa a preservação das florestas e da biodiversidade.

Temos de evitar o neocolialismo que leve a um novo ciclo de exploração predatória de minerais críticos e outros recursos naturais.

A transição ecológica tampouco deve servir de pretexto para novos protecionismos verdes.

Com sua energia e criatividade, os jovens são a força motriz na busca por soluções inovadoras para desafios do desenvolvimento sustentável.

Eles também manterão a língua portuguesa — o grande patrimônio comum que nos une — viva e em constante renovação.

Como nos ensina a poeta são-tomense Marcelo da Veiga:

A língua é que é a unidade
Ela é que é a consciência
Que desde a mais tenra idade
Diz do direito à independência.

Ou como diz o compositor brasileiro Caetano Veloso:

A língua é a minha pátria
Eu não tenho pátria, tenho mátria.
E quero frátria.

Que a CPLP seja a nossa “frátria”.

Uma grande fraternidade unida pelo idioma e pela busca de soluções sustentáveis e pacíficas em um tempo de grandes incertezas.

Muito obrigado.

3.4. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia da ONU – 19 de setembro de 2023

Meus cumprimentos ao Presidente da Assembleia Geral, Embaixador Dennis Francis, de Trinidad e Tobago.

É uma satisfação ser antecedido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Saúdo cada um dos Chefes de Estado e de Governo e delegadas e delegados presentes.

Presto minha homenagem ao nosso compatriota Sérgio Vieira de Mello e 21 outros funcionários desta Organização, vítimas do brutal atentado em Bagdá, há 20 anos.

Desejo igualmente expressar minhas condolências às vítimas do terremoto no Marrocos e das tempestades que atingiram a Líbia.

A exemplo do que ocorreu recentemente no estado do Rio Grande do Sul no meu país, essas tragédias ceifam vidas e causam perdas irreparáveis.

Nossos pensamentos e orações estão com todas as vítimas e seus familiares.

Senhoras e Senhores

Há vinte anos, ocupei esta tribuna pela primeira vez.

E disse, naquele 23 de setembro de 2003:

“Que minhas primeiras palavras diante deste Parlamento Mundial sejam de confiança na capacidade humana de vencer desafios e evoluir para formas superiores de convivência”

Volto hoje para dizer que mantenho minha inabalável confiança na humanidade.

Naquela época, o mundo ainda não havia se dado conta da gravidade da crise climática.

Hoje, ela bate às nossas portas, destrói nossas casas, nossas cidades, nossos países, mata e impõe perdas e sofrimentos a nossos irmãos, sobretudo os mais pobres.

A fome, tema central da minha fala neste Parlamento Mundial 20 anos atrás, atinge hoje 735 milhões de seres humanos, que vão dormir esta noite sem saber se terão o que comer amanhã.

O mundo está cada vez mais desigual.

Os 10 maiores bilionários possuem mais riqueza que os 40% mais pobres da humanidade.

O destino de cada criança que nasce neste planeta parece traçado ainda no ventre de sua mãe.

A parte do mundo em que vivem seus pais e a classe social à qual pertence sua família irão determinar se essa criança terá ou não oportunidades ao longo da vida.

Se irá fazer todas as refeições ou se terá negado o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar diariamente.

Se terá acesso à saúde, ou se irá sucumbir a doenças que já poderiam ter sido erradicadas.

Se completará os estudos e conseguirá um emprego de qualidade, ou se fará parte da legião de desempregados, subempregados e desalentados que não para de crescer.

É preciso antes de tudo vencer a resignação, que nos faz aceitar tamanha injustiça como fenômeno natural.

Para vencer a desigualdade, falta vontade política daqueles que governam o mundo.

Senhores e senhoras

Se hoje retorno na honrosa condição de presidente do Brasil, é graças à vitória da democracia em meu país.

A democracia garantiu que superássemos o ódio, a desinformação e a opressão.

A esperança, mais uma vez, venceu o medo.

Nossa missão é unir o Brasil e reconstruir um país soberano, justo, sustentável, solidário, generoso e alegre.

O Brasil está se reencontrando consigo mesmo, com nossa região, com o mundo e com o multilateralismo.

Como não me canso de repetir, o Brasil está de volta.

Nosso país está de volta para dar sua devida contribuição ao enfrentamento dos principais desafios globais.

Resgatamos o universalismo da nossa política externa, marcada por diálogo respeitoso com todos.

A comunidade internacional está mergulhada em um turbilhão de crises múltiplas e simultâneas: a pandemia da Covid-19; a crise climática; e a insegurança alimentar e energética ampliadas por crescentes tensões geopolíticas.

O racismo, a intolerância e a xenofobia se alastraram, incentivadas por novas tecnologias criadas supostamente para nos aproximar.

Se tivéssemos que resumir em uma única palavra esses desafios, ela seria desigualdade.

A desigualdade está na raiz desses fenômenos ou atua para agravá-los.

A mais ampla e mais ambiciosa ação coletiva da ONU voltada para o desenvolvimento – a Agenda 2030 – pode se transformar no seu maior fracasso.

Estamos na metade do período de implementação e ainda distantes das metas definidas.

A maior parte dos objetivos de desenvolvimento sustentável caminha em ritmo lento.

O imperativo moral e político de erradicar a pobreza e acabar com a fome parece estar anestesiado.

Nesses sete anos que nos restam, a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles deveria se tornar o objetivo-síntese da Agenda 2030.

Reducir as desigualdades dentro dos países requer incluir os pobres nos orçamentos nacionais e fazer os ricos pagarem impostos proporcionais ao seu patrimônio.

No Brasil, estamos comprometidos a implementar todos os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, de maneira integrada e indivisível.

Queremos alcançar a igualdade racial na sociedade brasileira por meio de um décimo oitavo objetivo que adotaremos voluntariamente.

Lançamos o plano Brasil sem Fome, que vai reunir uma série de iniciativas para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar.

Entre elas, está o Bolsa Família, que se tornou referência mundial em programas de transferência de renda para famílias que mantêm suas crianças vacinadas e na escola.

Inspirados na brasileira Bertha Lutz, pioneira na defesa da igualdade de gênero na Carta da ONU, aprovamos a lei que torna obrigatória a igualdade salarial entre mulheres e homens no exercício da mesma função.

Combatemos o feminicídio e todas as formas de violência contra as mulheres.

Seremos rigorosos na defesa dos direitos de grupos LGBTQI+ e pessoas com deficiência.

Resgatamos a participação social como ferramenta estratégica para a execução de políticas públicas.

Senhor presidente,

Agir contra a mudança do clima implica pensar no amanhã e enfrentar desigualdades históricas.

Os países ricos cresceram baseados em um modelo com altas taxas de emissões de gases danosos ao clima.

A emergência climática torna urgente uma correção de rumos e a implementação do que já foi acordado.

Não é por outra razão que falamos em responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

São as populações vulneráveis do Sul Global as mais afetadas pelas perdas e danos causados pela mudança do clima.

Os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por quase a metade de todo o carbono lançado na atmosfera.

Nós, países em desenvolvimento, não queremos repetir esse modelo.

No Brasil, já provamos uma vez e vamos provar de novo que um modelo socialmente justo e ambientalmente sustentável é possível.

Estamos na vanguarda da transição energética, e nossa matriz já é uma das mais limpas do mundo.

87% da nossa energia elétrica provem de fontes limpas e renováveis.

A geração de energia solar, eólica, biomassa, etanol e biodiesel cresce a cada ano.

É enorme o potencial de produção de hidrogênio verde.

Com o Plano de Transformação Ecológica, apostaremos na industrialização e infraestrutura sustentáveis.

Retomamos uma robusta e renovada agenda amazônica, com ações de fiscalização e combate a crimes ambientais.

Ao longo dos últimos oito meses, o desmatamento na Amazônia brasileira já foi reduzido em 48%.

O mundo inteiro sempre falou da Amazônia. Agora, a Amazônia está falando por si.

Sediamos, há um mês, a Cúpula de Belém, no coração da Amazônia, e lançamos nova agenda de colaboração entre os países que fazem parte daquele bioma.

Somos 50 milhões de sul-americanos amazônicos, cujo futuro depende da ação decisiva e coordenada dos países que detêm soberania sobre os territórios da região.

Também aprofundamos o diálogo com outros países detentores de florestas tropicais da África e da Ásia.

Queremos chegar à COP 28 em Dubai com uma visão conjunta que refletia, sem qualquer tutela, as prioridades de preservação das bacias Amazônica, do Congo e do Bornéu-Mekong a partir das nossas necessidades.

Sem a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos não há como implementar o que decidimos no Acordo de Paris e no Marco Global da Biodiversidade.

A promessa de destinar 100 bilhões de dólares – anualmente – para os países em desenvolvimento permanece apenas isso, uma promessa.

Hoje esse valor seria insuficiente para uma demanda que já chega à casa dos trilhões de dólares.

Senhor presidente,

O princípio sobre o qual se assenta o multilateralismo – o da igualdade soberana entre as nações – vem sendo corroído.

Nas principais instâncias da governança global, negociações em que todos os países têm voz e voto perderam fôlego.

Quando as instituições reproduzem as desigualdades, elas fazem parte do problema, e não da solução.

No ano passado, o FMI disponibilizou 160 bilhões de dólares em direitos especiais de saque para países europeus, e apenas 34 bilhões para países africanos.

A representação desigual e distorcida na direção do FMI e do Banco Mundial é inaceitável.

Não corrigimos os excessos da desregulação dos mercados e da apologia do Estado mínimo.

As bases de uma nova governança econômica não foram lançadas.

O BRICS surgiu na esteira desse imobilismo, e constitui uma plataforma estratégica para promover a cooperação entre países emergentes.

A ampliação recente do grupo na Cúpula de Joanesburgo fortalece a luta por uma ordem que acomode a pluralidade econômica, geográfica e política do século 21.

Somos uma força que trabalha em prol de um comércio global mais justo num contexto de grave crise do multilateralismo.

O protecionismo dos países ricos ganhou força e a Organização Mundial do Comércio permanece paralisada, em especial o seu sistema de solução de controvérsias.

Ninguém mais se recorda da Rodada do Desenvolvimento de Doha.

Nesse ínterim, o desemprego e a precarização do trabalho minaram a confiança das pessoas em tempos melhores, em especial os jovens.

Os governos precisam romper com a dissonância cada vez maior entre a “voz dos mercados” e a “voz das ruas”.

O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e política que hoje assola as democracias.

Seu legado é uma massa de deserdados e excluídos.

Em meio aos seus escombros surgem aventureiros de extrema direita que negam a política e vendem soluções tão fáceis quanto equivocadas.

Muitos sucumbiram à tentação de substituir um neoliberalismo falido por um nacionalismo primitivo, conservador e autoritário.

Repudiamos uma agenda que utiliza os imigrantes como bodes expiatórios, que corrói o Estado de bem-estar e que investe contra os direitos dos trabalhadores.

Precisamos resgatar as melhores tradições humanistas que inspiraram a criação da ONU.

Políticas ativas de inclusão nos planos cultural, educacional e digital são essenciais para a promoção dos valores democráticos e da defesa do Estado de Direito.

É fundamental preservar a liberdade de imprensa.

Um jornalista, como Julian Assange, não pode ser punido por informar a sociedade de maneira transparente e legítima.

Nossa luta é contra a desinformação e os crimes cibernéticos.

Aplicativos e plataformas não devem abolir as leis trabalhistas pelas quais tanto lutamos.

Ao assumir a presidência do G20 em dezembro próximo, não mediremos esforços para colocar no centro da agenda internacional o combate às desigualdades em todas as suas dimensões.

Sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, a presidência brasileira vai articular inclusão social e combate à fome; desenvolvimento sustentável e reforma das instituições de governança global.

Senhor presidente,

Não haverá sustentabilidade nem prosperidade sem paz.

Os conflitos armados são uma afronta à racionalidade humana.

Conhecemos os horrores e os sofrimentos produzidos por todas as guerras.

A promoção de uma cultura de paz é um dever de todos nós. Construí-la requer persistência e vigilância.

É perturbador ver que persistem antigas disputas não resolvidas e que surgem ou ganham vigor novas ameaças.

Bem o demonstra a dificuldade de garantir a criação de um Estado para o povo palestino.

A este caso se somam a persistência da crise humanitária no Haiti, o conflito no Iêmen, as ameaças à unidade nacional da Líbia e as rupturas institucionais em Burkina Faso, Gabão, Guiné-Conacri, Mali, Níger e Sudão.

Na Guatemala, há o risco de um golpe, que impediria a posse do vencedor de eleições democráticas.

A guerra da Ucrânia escancara nossa incapacidade coletiva de fazer prevalecer os propósitos e princípios da Carta da ONU.

Não subestimamos as dificuldades para alcançar a paz.

Mas nenhuma solução será duradoura se não for baseada no diálogo.

Tenho reiterado que é preciso trabalhar para criar espaço para negociações.

Investe-se muito em armamentos e pouco em desenvolvimento.

No ano passado os gastos militares somaram mais de 2 trilhões de dólares.

As despesas com armas nucleares chegaram a 83 bilhões de dólares, valor vinte vezes superior ao orçamento regular da ONU.

Estabilidade e segurança não serão alcançadas onde há exclusão social e desigualdade.

A ONU nasceu para ser a casa do entendimento e do diálogo.

A comunidade internacional precisa escolher:

De um lado, está a ampliação dos conflitos, o aprofundamento das desigualdades e a erosão do Estado de Direito.

De outro, a renovação das instituições multilaterais dedicadas à promoção da paz.

As sanções unilaterais causam grande prejuízo à população dos países afetados.

Além de não alcançarem seus alegados objetivos, dificultam os processos de mediação, prevenção e resolução pacífica de conflitos.

O Brasil seguirá denunciando medidas tomadas sem amparo na Carta da ONU, como o embargo econômico e financeiro imposto a Cuba e a tentativa de classificar esse país como Estado patrocinador de terrorismo.

Continuaremos críticos a toda tentativa de dividir o mundo em zonas de influência e de reeditar a Guerra Fria.

O Conselho de Segurança da ONU vem perdendo progressivamente sua credibilidade.

Essa fragilidade decorre em particular da ação de seus membros permanentes, que travam guerras não autorizadas em busca de expansão territorial ou de mudança de regime.

Sua paralisia é a prova mais eloquente da necessidade e urgência de reformá-lo, conferindo-lhe maior representatividade e eficácia.

Senhoras e senhores

A desigualdade precisa inspirar indignação.

Indignação com a fome, a pobreza, a guerra, o desrespeito ao ser humano.

Somente movidos pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo a nosso redor.

A ONU precisa cumprir seu papel de construtora de um mundo mais justo, solidário e fraterno.

Mas só o fará se seus membros tiverem a coragem de proclamar sua indignação com a desigualdade e trabalhar incansavelmente para superá-la.

Muito obrigado.

3.5. Declaração do Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Sérgio França Danese, sobre a proposta de resolução S/2023/773, sobre a crise israelo-palestina – Nova York, 18 de outubro de 2023

Nas sessões de consultas fechadas da sexta-feira passada, os membros do Conselho requisitaram a liderança do Brasil, como presidente de turno no mês de outubro, para facilitar uma resposta do Conselho à escalada da crise em Israel e na Palestina, em particular seus aspectos humanitários.

Nós atendemos ao chamado com um senso de urgência e responsabilidade. Em nossa opinião, o Conselho tinha de agir, e tinha de fazê-lo muito rapidamente. A paralisia do Conselho diante de uma catástrofe humanitária não é de interesse da comunidade internacional.

Portanto, durante todo o último fim de semana e nos dias seguintes, nós trabalhamos muito, mediante um engajamento amplo e colaborativo com os membros do Conselho, para ajudar a construir uma posição unificada.

Ao fazer um esforço de boa-fé para acomodar posições diferentes – às vezes opostas –, nosso foco esteve e continua a estar na grave situação humanitária no terreno. O realismo político nos orientou, mas a nossa visão sempre esteve voltada para o imperativo humanitário. Exatamente como em outros dossiês sensíveis na agenda do Conselho, nos quais o Brasil cumpriu um papel especial, o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos forneceram parâmetros claros para a ação.

O texto que propusemos condenava inequivocamente todas as formas de violência contra civis, inclusive os atos hediondos de terrorismo por parte do Hamas e a tomada de reféns. O texto conclamava à libertação imediata e incondicional desses reféns. Também conclamava todas as partes a cumprirem rigorosamente as suas obrigações internacionais, em particular as relacionadas com a proteção de civis, infraestrutura civil e pessoal humanitário. O projeto de resolução também salientava a necessidade urgente de acesso humanitário aos civis.

O texto incorporava apelos múltiplos e urgentes da ONU e de muitos outros atores em prol de pausas humanitárias para permitir a entrega de ajuda

e a passagem voluntária e segura de civis. Encorajava o estabelecimento de corredores humanitários e outros mecanismos para facilitar a prestação de ajuda humanitária sem obstáculos.

O projeto refletia ainda a necessidade ética de fornecer aos civis em Gaza eletricidade, água, combustível, alimentos e suprimentos médicos. A necessidade de serem protegidos contra deslocamentos forçados quando as condições no terreno não garantem um deslocamento seguro.

Assim, confrontados com atos terroristas hediondos contra civis israelenses, com a forte reação contra tais atos e com um desastre humanitário cada vez maior imposto sobre Gaza, a resposta que propusemos para o Conselho foi robusta e equilibrada.

Somos gratos a todos os membros do Conselho que se engajaram conosco desde sexta-feira passada e demonstraram um compromisso sincero e prático com o multilateralismo.

Infelizmente, muito infelizmente, o Conselho foi mais uma vez incapaz de adotar uma resolução sobre o conflito israelo-palestino. Mais uma vez, o silêncio e a inação prevaleceram.

Algo que não serve ao interesse verdadeiro e de longo prazo de ninguém.

Embora lamentemos profundamente que a ação coletiva tenha se tornado impossível no Conselho de Segurança, esperamos que os esforços de outros atores possam produzir resultados positivos.

Eles devem ser rápidos, eficazes e substanciais. Centenas de milhares de civis em Gaza não podem esperar mais. Na verdade, eles já esperaram demais. E em vão.

Obrigado.

3.6. Intervenção do Ministro Mauro Vieira durante a Cúpula da Paz do Cairo – Cairo, 21 de outubro de 2023

Chefes de Estado e Governo, Majestades, Altezas, Ministros e chefes de delegação,

Senhoras e senhores,

O mundo acompanha com ansiedade e com esperança a Conferência de Paz do Cairo no dia de hoje. Congratulo o governo egípcio pelos esforços na organização tão expedita desta cúpula. A missão que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva me confiou, quando me instruiu a representá-lo nesta reunião, foi

inequívoca: somar a voz do Brasil à de todos aqueles que apelam pela calma, pela contenção e pela paz na região.

O Brasil vem acompanhando com preocupação a escalada de violência e a deterioração na situação da região em matéria de segurança, recentemente e ao longo dos últimos meses. Lamentamos ter de testemunhar essas condições no ano do trigésimo aniversário dos Acordos de Oslo. Se houvessemos tido progressos desde então, estaríamos celebrando a paz e a amizade. Porém, a situação diante de nós é muito grave.

O governo brasileiro rejeita e condena, de maneira inequívoca, os atos terroristas perpetrados pelo Hamas em Israel no dia 7 de outubro, assim como a captura de civis como reféns. Brasileiros estão entre as vítimas, três compatriotas foram assassinados em Israel.

Como muitos outros países, o Brasil também tem cidadãs e cidadãos que esperam ser evacuadas de Gaza, enquanto assistimos, alarma dos, a deterioração da situação humanitária na região, e em especial a escassez de insumos médicos, alimentos, água, eletricidade e combustíveis. Israel, como potência ocupante, tem responsabilidades específicas em matéria de direitos humanos e da lei humanitária. Elas devem ser atendidas sob quaisquer circunstâncias.

Ao longo das últimas décadas, temos testemunhado um conflito sem vencedores, que se arrasta no tempo. E um conflito no qual a população civil continua a ser a principal vítima da falta de diálogo e de um ressentimento crescente.

O impasse no processo de paz; a estagnação econômica e social que tem prevalecido em Gaza; a corrente expansão de colônias israelenses nos territórios ocupados, a violência contra civis, a destruição de infraestrutura básica, violações do “status quo” histórico nos lugares sagrados de Jerusalém, todos esses fatores somados geram um ambiente social e cultural que põe em risco a “solução de dois Estados” e que provoca ódio, violência e extremismo.

Excelências,

A trágica situação em curso na Faixa de Gaza é de máxima preocupação. Enquanto sempre haverá aqueles que estão dispostos a atirar gasolina no fogo, o Brasil concluirá em favor do diálogo.

A destruição de infraestrutura civil, incluindo de atendimento à saúde, é inaceitável. Acompanhamos com consternação a explosão de bomba ocorrida no

hospital Al Ahli-Arab, e lamentamos as centenas de mortes de civis, incluindo pacientes, médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da área humanitária.

Todas as partes devem proteger integralmente civis e respeitar o direito internacional e o direito humanitário internacional.

A comunidade internacional deve empregar ao máximo seus esforços diplomáticos para assegurar o pronto estabelecimento de pausas e corredores humanitários, bem como de um cessar-fogo imediato.

Conforme afirmou o Presidente Lula, a atual crise requer com urgência uma ação humanitária multilateral com o propósito de acabar com o sofrimento de civis encerrados pelas hostilidades.

Na condição de presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas durante o mês de outubro, o Brasil convocou sessões de emergência e promoveu o diálogo.

Apesar desses esforços, lamentavelmente o Conselho de Segurança não pôde adotar uma resolução no dia 18 de outubro. No entanto, os muitos votos favoráveis - de 12 dos 15 membros - evidenciam o amplo apoio político em favor de uma ação rápida por parte do Conselho. Acreditamos que essa visão é compartilhada pela comunidade internacional em geral.

Permitam-me que seja claro: há um amplo chamado político em favor da abertura das pausas humanitárias urgentemente necessárias, do estabelecimento de corredores humanitários e da proteção dos profissionais da área humanitária.

Devemos encontrar maneiras para desbloquear a ação no plano multilateral. O Brasil não poupará esforços nesse sentido. No dia 24 de outubro, presidirei o debate aberto trimestral do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a situação no Oriente Médio, incluindo a questão palestina. Sugiro que continuemos esse diálogo lá, no mais alto nível possível, em uma tentativa de continuar buscando consensos em torno de ações imediatas. A paralisação do Conselho de Segurança vem tendo consequências negativas para a segurança e para as vidas de milhões de pessoas. Isso não é do interesse da comunidade internacional.

Devemos também esforçar-nos para evitar qualquer possibilidade de que o conflito se espalhe pela região.

Mais adiante no processo, devemos encontrar maneiras de revitalizar o processo de paz, de modo a fazer avançar negociações políticas na direção de uma paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio. A simples administração do conflito não é uma alternativa aceitável. Apenas a retomada de negociações

efetivas pode trazer resultados concretos no sentido de implementar a solução de dois Estados, em sintonia com todas as resoluções relevantes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, com Israel e Palestina convivendo em paz e segurança, com fronteiras acordadas mutuamente e internacionalmente reconhecidas.

O Brasil está pronto e à disposição para apoiar todos os esforços com esse objetivo.

Muito obrigado.

3.7. Intervenção do Ministro Mauro Vieira no debate do Conselho de Segurança sobre a Questão do Oriente Médio – Nova York, 24 de outubro de 2023

Agradeço ao Secretário-Geral, António Guterres, ao Coordenador para o processo de paz no Oriente Médio, Tor Wennesland, e à Subsecretária-geral adjunta para assuntos humanitários e coordenadora residente de operações de emergência, Lynn Hastings, pelas suas exposições.

Estamos presenciando níveis de violência sem precedentes na região: desde o dia 7 de outubro, mais de 5 mil vidas foram perdidas em ambos os lados, e mais de um milhão de pessoas fugiram de suas casas na Faixa de Gaza.

Permitam-me citar o Presidente Lula em seu chamado à razão: “o Hamas deve libertar crianças israelenses que foram tiradas de suas famílias. Israel deve cessar os bombardeios para que crianças palestinas e suas mães possam deixar a Faixa de Gaza e atravessar a fronteira com o Egito. É preciso que haja um mínimo de humanidade em meio à insanidade da guerra”.

O que o Presidente Lula ressalta é que estamos lidando tanto com uma crise de reféns como com uma crise humanitária.

Os atos de terrorismo contra civis em Israel resultaram em mais de mil vítimas fatais e no sequestro de centenas de pessoas inocentes, incluindo crianças e idosos. Três cidadãos brasileiros foram confirmados entre os mortos, como vítimas dos ataques do Hamas. Essas mortes nos consternam profundamente.

Não se pode tolerar atos de terrorismo. A violência gera apenas violência. Quero fazer um apelo em favor de uma imediata e incondicional libertação de reféns civis, em segurança, e especialmente de mulheres e crianças.

Atos de terrorismo são hediondos e criminosos, e o direito internacional é claro quanto às formas de responder a eles. O Conselho de Segurança criou um significativo conjunto de normas antiterrorismo. Quando desconsideram normas e princípios básicos, inclusive quanto ao uso da força, esforços antiterroristas reforçam as narrativas de grupos terroristas, em vez de enfrentá-las. Portanto, para uma estratégia eficaz contra ameaças terroristas, é imperativo assegurar o pleno respeito aos direitos humanos, ao direito humanitário e ao direito dos refugiados. Crianças devem ser sempre tratadas como vítimas, de modo consistente com seus direitos, dignidade e necessidades.

A escalada da violência em Gaza é igualmente inaceitável. Assim como também é a demolição de infraestrutura civil, que resultou na destruição de 42% de moradias da população local. Não podemos tolerar que as vidas de mais de 2 mil crianças palestinas tenham sido perdidas. Como potência ocupante, Israel tem uma obrigação legal e moral de proteger a população local, à luz do direito humanitário internacional. Os eventos recentes em Gaza são particularmente preocupantes, em especial a chamada “ordem de evacuação”, que tem levado a níveis sem precedentes de sofrimento para pessoas inocentes.

O número de caminhões com ajuda humanitária que cruzou o posto de fronteira de Rafah é absolutamente insuficiente para fazer frente às necessidades da população local. Todo o território continua desprovido de abastecimento de energia elétrica, com impacto direto no trabalho dos trabalhadores da saúde. Hospitais estão operando além da sua plena capacidade. O acesso a água potável tem sido negado. E muitos têm recorrido a fontes impróprias de água.

Civis devem ser respeitados e protegidos, sempre e onde quer que estejam. Todas as partes devem submeter-se rigorosamente às obrigações assumidas perante o direito humanitário internacional. E ressalto, a esse respeito, os princípios fundamentais da distinção, proporcionalidade, humanidade, necessidade e precaução, que devem guiar e informar todas as ações e operações militares.

Distintos delegados e delegadas,

Não se deve perder de vista as raízes deste conflito: opressão, desigualdades sociais e econômicas, e violações recorrentes de direitos humanos.

Este ano marca 75 anos desde o início do conflito israelo-palestino. É desanimador observar a falta de progresso no processo de paz entre palestinos e israelenses.

O impasse no processo de paz tem alimentado um perturbador aumento na violência. Mesmo antes da crise de Gaza, 2023 já era o ano com o maior número de mortes desde 2005. A situação na Cisjordânia permanece tensa, com sucessivos incidentes danosos escalando em violência e deixando um saldo de mortes de civis. O crescimento da violência associada a colonos também é alarmante.

A conquista da paz requer estrita adesão ao direito internacional, bem como trabalho com o objetivo de concretizar a solução de dois estados. Como foi claramente expressado por este Conselho, a ocupação continuada da Cisjordânia é ilegal e enfraquece as perspectivas de paz.

Israel deve interromper todas as atividades vinculadas a assentamentos nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental. A diferença de tratamento entre colonos e moradores locais é inaceitável. A expansão corrente e projetada anula a viabilidade de um futuro Estado palestino e gera violência e ódio.

Ressaltamos a importância de preservar o histórico status quo dos locais sagrados em Jerusalém e reconhecer o significado da Custódia Hashemita. O Brasil condena todas as partes a exercer o máximo de contenção e abster-se de provocações, inclusive no que diz respeito ao uso de retórica extremista.

A reconciliação intra-palestina é também fundamental. Registrados as reuniões no Egito voltadas a explorar os esforços de reconciliação entre facções palestinas. Encorajamos a continuidade de engajamentos diplomáticos em processos regionais de paz.

O Brasil saúda o inestimável trabalho humanitário da Agência da ONU DE Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) junto a uma das mais vulneráveis populações de refugiados do mundo, a Palestina. E manifesta seu pesar pelos corajosos trabalhadores da UNRWA que perderam suas vidas enquanto trabalhavam, desde o início das atuais hostilidades. Nossa compromisso com a UNRWA se reflete na nossa disposição de ocupar a vice-presidência e a presidência da Comissão Consultiva da Agência a partir de julho de 2024 e julho de 2025, respectivamente.

Distintas delegadas e delegados,

O conjunto do Oriente Médio tem estado envolvido em uma rede de conflitos há muito tempo. Esses conflitos levam a incomensuráveis sofrimentos, pesar, perdas e, o que é pior, desesperança. Eles também desestabilizam a

região de forma severa. Agora estamos diante do risco, muito concreto, de que a crise em Gaza transborde para outras partes da região.

Entre todos esses desafios assustadores, a diplomacia e o diálogo continuam a ser nossos ativos mais poderosos. A disputa marítima entre Israel e o Líbano foi pacificamente resolvida por meio de negociações. Da mesma forma, a recente aproximação entre a Arábia Saudita e o Irã realça o potencial do engajamento de boa fé. O estabelecimento de relações diplomáticas entre Israel e países árabes também mostra a disposição de engajar-se e cooperar. Tais iniciativas trazem esperança de paz para a região.

A Liga de Estados Árabes desempenha um papel vital nesse contexto, ao trabalhar de forma incansável para mediar e promover o diálogo entre atores em conflito.

Distintas delegadas e delegados,

O Conselho tem uma responsabilidade crucial, no que se refere à resposta imediata à crise humanitária e de reféns em andamento. Muito da reputação das Nações Unidas depende do tratamento que dará à atual crise.

Desde 2016 o Conselho não tem sido capaz de aprovar uma resolução sobre a situação na região. Estratégias de obstrução têm impedido que decisões cruciais em matéria de paz e segurança internacional sejam tomadas. Como resultado, a situação no Oriente Médio é, de longe, uma das mais frustrantes questões no Conselho de Segurança. Este Conselho deve estar à altura do desafio diante de nós. Nós seremos provavelmente julgados – e condenados – por futuras gerações por nossa inação e complacência.

Devemos encontrar maneiras de destravar a ação multilateral. Concentrarnos nas discordâncias não nos levará na direção de uma tão necessária solução para as trágicas crises humanas em curso.

O Conselho de Segurança não deve abdicar de sua responsabilidade de apelar pela libertação de pessoas inocentes sequestradas e tiradas do convívio com suas famílias, bem como por sua segurança, bem-estar e tratamento humano.

Há um amplo apelo político em favor da abertura dos corredores humanitários que são urgentemente necessários. Uma decisão sobre os aspectos humanitários das dimensões humana e de reféns da crise está ao alcance das mãos dos membros do Conselho, desde que evitemos a politização da já suficientemente complexa situação no terreno.

O Brasil continuará a promover o diálogo entre os membros e a necessidade de ação por parte do Conselho, por meio da abertura de possíveis vias de negociação. Com esse espírito, o Presidente Lula instruiu-me a representá-lo na Cúpula da Paz do Cairo, no último sábado, com uma mensagem inequívoca: somar a voz do Brasil à daqueles que apelam pela calma, contenção, e pela paz na região. Apesar das diferentes posições dos Estados lá representados, foi possível construir o consenso em torno de quatro aspectos principais: o fim da violência, a implementação do cessar-fogo, o estabelecimento de corredor humanitário e o pleno endosso à solução de dois Estados.

Basta de conflito, de sofrimento e de instabilidade. Precisamos que todos os atores vejam seus próprios interesses através de novas lentes, com perspectivas de largo alcance e de longo prazo. Precisamos de soluções, independentemente de quão difíceis de alcançar elas sejam. Um Oriente Médio pacífico e próspero beneficiará a todos nós.

Muito obrigado.

3.8. Intervenção do Ministro Mauro Vieira em sessão emergencial do Conselho de Segurança da ONU sobre situação na Faixa de Gaza – Nova York, 30 de outubro de 2023

Ilustres representantes,

Agradeço os relatores pela vasta informação sobre a situação humanitária no terreno e exalto o trabalho de suas equipes, tanto em campo quanto em outros lugares. Eles honram, mais uma vez, o trabalho desta Organização e tudo o que ela representa.

Seguindo as instruções do Presidente Lula, venho diante dos Senhores novamente hoje com um profundo senso de urgência e consternação.

Devemos sempre ter em mente os rostos humanos de ambos os lados do conflito.

Expresso, portanto, as mais profundas condolências do Brasil às famílias e amigos de todos os civis, incluindo a equipe corajosa e dedicada das Nações Unidas, que perderam suas vidas nas crises em curso decorrentes do conflito prolongado em Israel e na Palestina, tragicamente reacendido pelos atos terroristas do Hamas contra Israel em 7 de outubro. Nada justifica tais crimes. Todos os reféns devem ser imediata e incondicionalmente libertados, e o acesso a eles pela Cruz Vermelha deve ser imediatamente concedido.

Ao mesmo tempo, a situação atual em Gaza é assombrosa e indefensável, em qualquer padrão humano e segundo o direito humanitário internacional. Uma catástrofe humanitária alarmante desenrola-se diante de nossos olhos, com milhares de civis, inclusive um número avassalador e intolerável de crianças, sendo punidos por crimes que não cometem. Em três semanas, testemunhamos esse conflito ceifar a vida de mais de 8 mil civis, dos quais mais de 3 mil são crianças. Desde a última vez que falei neste Conselho, na semana passada, o número de mortes de crianças aumentou em mil.

Enquanto isso, o Conselho de Segurança realiza reuniões e ouve discursos, sem ser capaz de tomar uma decisão fundamental: pôr fim ao sofrimento humano no terreno. Enquanto milhares em Israel e Palestina choram por seus entes queridos, enquanto os israelenses agonizam com o destino dos reféns, enquanto a população na Faixa de Gaza sofre sob operações militares implacáveis que estão matando civis, inclusive um número intolerável de crianças, nós temos os meios para fazer algo e, ainda assim, repetida e vergonhosamente falhamos.

Desde 7 de outubro, encontramo-nos várias vezes e consideramos quatro projetos de resolução. No entanto, permanecemos em um impasse, em razão de discordâncias internas, especialmente entre alguns membros permanentes, e do uso persistente deste Conselho para atingir objetivos autocentrados, em vez de colocar a proteção de civis acima de tudo. A crise humana grave e sem precedentes diante de nós exige o abandono de rivalidades estéreis. O fato de o Conselho não ser capaz de cumprir sua responsabilidade de salvaguardar a paz e segurança internacionais em razão de antigas hostilidades é moralmente inaceitável.

Não nos enganemos. Os olhos do mundo estão voltados para nós e não se desviarão de nossa incapacidade perturbadora de agir. Todos veem que nossa incapacidade de nos unir em resposta às crises humanas que enfrentamos hoje leva a questionar a própria razão de ser deste Conselho. Alguém até escreveu que não apenas os civis, mas também este órgão está sob os escombros de Gaza. A diferença é que somos nossos próprios salvadores. Só precisamos fazer o que é certo: poupar vidas inocentes do flagelo das guerras.

Pode ser que ainda haja tempo para resgatar este Conselho e manter a esperança que muitos de nós ainda temos em nossa capacidade de ser fiel a nosso mandato sob a Carta das Nações Unidas. Mas isso só será possível se houver vontade política suficiente para alcançarmos compromissos e para sermos minimamente equilibrados e inclusivos em nosso diagnóstico e no

caminho a seguir. O fracasso em fazê-lo – mais um fracasso – acarretará um custo cada vez mais alto, acima de tudo em vidas humanas, mas também para o multilateralismo em geral, e para as Nações Unidas e este Conselho, em particular.

Na semana passada, uma esperança pelo consenso parecia surgir, ecoando o apelo do Secretário-Geral por um cessar-fogo humanitário, na medida em que a 10ª Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral aprovou uma resolução pedindo um cessar-fogo humanitário que levaria a um cessar das hostilidades. Uma luz no fim do túnel parecia vislumbrar-se também quando o Secretário-Geral, que esteve pessoalmente na região para avaliar a situação no terreno, anunciou a abertura da fronteira de Rafah para algumas entregas iniciais de ajuda, e alguns reféns foram libertados. As Nações Unidas, por meio de seu Secretariado, sob a liderança do Secretário-Geral Antonio Guterres, da UNRWA e de outros órgãos e agências, têm trabalhado incansavelmente para enfrentar as crises humanas que enfrentamos. Cabe ao Conselho de Segurança seguir adiante.

O preço da inação é inaceitavelmente alto. A urgência crescente para as famílias dos reféns e a dor insuportável para a população civil de Gaza não podem ser subestimadas. Os primeiros passos positivos dados pelos órgãos e agências da ONU não vão longe o suficiente, visto que a escalada do conflito torna a situação mais grave a cada hora. A relevância de uma resolução do Conselho de Segurança está na necessidade de ajuda humanitária sustentada e na garantia de condições de trabalho seguras para aqueles envolvidos no resgate de reféns e na prestação de assistência humanitária. O cessar das hostilidades, portanto, beneficia a população civil de ambos os lados. Com o risco de reafirmar o óbvio, quero colocar de forma direta: não pode haver resgate de reféns e ajuda humanitária sob bombardeios.

Por isso, o Brasil e os demais membros do E-10 têm trabalhado incansavelmente para tentar fazer com que este Conselho aja de forma mais decidida, desde a última divergência em torno de propostas de resolução.

Na visão do Brasil, os principais objetivos são claros: a libertação imediata e incondicional de todos os reféns e o fim da violência, de quaisquer formas que possam ser acordadas sem mais demora, para que a ajuda humanitária rápida, segura, suficiente e desimpedida possa ser entregue à sofrida população de Gaza. Além das 8 mil vidas perdidas, muitas mais estão prestes a encontrar seu destino fatal, uma vez que os hospitais não têm meios para fornecer tratamento básico aos pacientes. Portanto, é urgente e imperativo prover

recursos essenciais para aqueles que estão em Gaza, incluindo água, comida, suprimentos médicos, combustível e eletricidade.

Cirurgias estão sendo realizadas sem anestesia, e vidas estão sendo ceifadas nos hospitais, por falta de energia e dos mais básicos insumos médicos. Alimentos e água estão escassos, e os preços dispararam. E o fluxo de ajuda humanitária, até o momento, serve para muito pouco mais do que uma oportunidade de fotografia.

Tanques e tropas estão no terreno em Gaza, e o tempo para agir está se esgotando. Minhas perguntas a todos aqui são: se não agora, quando? Quantas vidas mais serão perdidas até que finalmente passemos da retórica à ação?

Também é crítico e urgente permitir a evacuação segura e imediata de estrangeiros de Gaza e de outras áreas da região, caso se sintam ameaçados.

Embora todo Estado tenha o direito e o dever de proteger seus cidadãos, suas ações devem ser consistentes com o direito internacional e o direito internacional humanitário, em particular com os princípios de distinção, proporcionalidade, precaução, necessidade militar e humanidade. O direito e o dever de proteger a população de um Estado não podem e não devem vir à custa de vidas de civis nem de destruição da infraestrutura civil. Como o Secretário-Geral António Guterres nos lembrou repetidamente: mesmo as guerras têm regras.

Quaisquer ataques indiscriminados contra civis e infraestrutura crítica, bem como a privação de civis de bens e serviços básicos, são moralmente injustificáveis e ilegais sob o direito internacional humanitário. O Brasil condena, veementemente, ações que apaguem a distinção entre civis e combatentes.

Hoje, a UNRWA lançou luz sobre a realidade sombria e desoladora em Gaza, ao destacar o nível condenável de destruição da infraestrutura civil e a trágica perda de vidas inocentes, incluindo mulheres, crianças e pelo menos 35 de seus funcionários. A Organização Mundial da Saúde tem constantemente recordado a necessidade urgente do cessar da violência e da ação humanitária, num momento em que a infraestrutura de saúde em Gaza está à beira do colapso.

Além das considerações humanitárias imediatas e urgentíssimas, paira a ameaça à estabilidade regional, e quaisquer repercussões poderiam ser catastróficas. O Brasil insta a uma guinada unida em direção à desescalada e apela a todas as partes para agirem com o máximo de contenção. É urgentemente necessário um cessar das hostilidades para criar as condições para um

cessar-fogo total, duradouro e respeitado e para a retomada de um processo de paz crível.

Tudo isso está em jogo, enquanto continuamos nossos esforços para fazer com que este Conselho aja com uma única voz.

Ilustres Membros do Conselho,

O direito internacional humanitário oferece um caminho claro para evitar ou, ao menos, aliviar significativamente o sofrimento de civis. O quadro para ação coletiva é claro.

Nossa resposta coletiva a essa crise, que todos tememos que só piorará se nada for feito, será um momento definidor para as Nações Unidas. O fato espantoso é que o Conselho de Segurança não tem um histórico razoável quando se trata da manutenção da paz e da segurança internacionais no Oriente Médio: questões relacionadas à região, em geral, receberam 35% dos 250 vetos dos Membros Permanentes. Desde 2016, o Conselho não conseguiu aprovar uma única resolução sobre a situação na Palestina. A situação no Oriente Médio é, portanto, de longe uma das questões mais bloqueadas no Conselho de Segurança. Esse fato expressa a ineficácia do sistema de governança e a falta de representação de certas partes do mundo neste órgão.

Uma decisão sobre os aspectos humanitários das crises atuais certamente não remediará o fracasso histórico do Conselho de Segurança a respeito da situação no Oriente Médio. No entanto, ela impedirá mais sofrimento humano agora. Obrigado.

3.9. Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião do Dia do Diplomata – Brasília, 21 de novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,

Senhora Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha,

Excelência reverendíssima, Arcebispo Giambattista Diquattro, Núncio Apostólico

Senhora Diretora-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixadora Glivânia Maria de Oliveira,

Senhora paraninfo da Turma Mônica de Menezes Campos, Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna,

Senhor orador da Turma Mônica de Menezes Campos, Secretário Essí Rafael Mongenot Leal,

Colegas do serviço exterior brasileiro,

Formandos, familiares, amigos, senhoras e senhores,

Estendo aos formandos da Turma Mônica de Menezes Campos as mais calorosas boas-vindas a esta cerimônia tão aguardada.

Os novos colegas participaram do concurso de admissão à carreira diplomática em período especialmente desafiador para o Brasil, marcado por graves retrocessos políticos, sociais e econômicos, e pela pandemia de Covid-19.

Felizmente para todos nós, eles perseveraram, e hoje somam-se, oficialmente, a essa grande missão em prol do povo brasileiro que é o serviço exterior.

Permitam-me ilustrar, com uma experiência recente, a complexidade e a urgência dessa missão, bem como a relevância dos servidores que a desempenham.

Há cerca de uma semana, quando a aeronave VC-2, da Força Aérea Brasileira, abriu suas portas no aeroporto de Brasília, o país comoveu-se diante da alegria das crianças que, junto com suas famílias, pisavam, finalmente, o solo brasileiro.

Vinham da Faixa de Gaza, zona conflagrada do Oriente Médio da qual conseguiram partir em segurança após semanas de gestões incansáveis do governo federal, em todos os níveis – desde os funcionários de nossas embaixadas na região, até o próprio Presidente Lula.

Esse foi o décimo voo da Operação Voltando em Paz, por meio da qual foram repatriados 1.477 brasileiros e familiares afetados pelo mais recente capítulo do conflito e da ocupação que seguem, há décadas, pendentes de resolução entre Israel e a Palestina.

Essa rápida resposta à crise mobilizou os principais instrumentos da política externa: da diplomacia bilateral, que cultiva o diálogo com todos os países, à diplomacia multilateral, que expressa nossa voz nos foros internacionais; da assistência a brasileiros no exterior à cooperação humanitária; das mais discretas tarefas administrativas a uma pujante diplomacia pública e presidencial.

Todas essas linhas de ação dependem de uma infraestrutura comum: a imprescindível rede de embaixadas, consulados e missões do Brasil no exterior. Essa presença política, logística e, sobretudo, humana no mundo,

onde quer que estejam em jogo os interesses nacionais e globais do país, tem importância existencial para o nosso povo.

Senhoras e senhores,

Vinte anos separam a formatura de hoje da cerimônia da Turma Sérgio Vieira Melo, em 2003, a primeira das oito presididas pelo Presidente Lula ao longo de seus dois primeiros mandatos.

Naquela ocasião, assim dirigiu-se Vossa Excelência, Senhor Presidente, aos formandos, e cito: “Vocês ingressaram na carreira diplomática em um momento de mudanças, em que o Brasil se afirma com crescente desenvoltura e confiança perante o mundo. [...] Ao mesmo tempo, é preciso que lutemos por um sistema internacional mais justo”.

Essas foram as bases da política externa que magnificaria a grandeza do Brasil no mundo, a partir de um reencontro consigo mesmo e com nossa região, e redefiniria os termos do debate sobre relações internacionais em nosso país neste primeiro quarto do século XXI.

Seu principal expoente, o chanceler, e caro amigo, Celso Amorim, definiria essa exitosa política como “desassombrada e solidária”, ao dirigir-se aos formandos do seu último ano à frente do Ministério das Relações Exteriores, em 2010.

A passagem do tempo confirmou o acerto dessa visão arrojada. Ensinou, também, que nenhuma conquista é suficiente, nem definitiva: todas requerem atenção contínua ao seu aprofundamento, bem como à sua proteção contra retrocessos.

A afirmação, pelo Presidente Lula, de que “nossa guerra é contra a fome” é tão pertinente hoje quanto o fora em 2003. A ordem internacional segue incapaz de “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra”, objetivo principal da quase octogenária Carta das Nações Unidas.

Países em desenvolvimento são crescentemente pressionados a alinhamentos automáticos. Nossa tradição diplomática é o melhor antídoto contra esse mau caminho. Ao longo de sua história, o Brasil soube navegar soberanamente a política do mundo, tendo como bússola os seus próprios valores, interesses e aspirações, além do direito internacional.

Recordo, aqui, um preceito de grande atualidade do ex-chanceler à época em que tomei posse como diplomata, Antonio Francisco Azeredo da Silveira, sob cuja liderança tive a honra de trabalhar em meu primeiro posto no exterior: o Brasil nunca será satélite de nenhum país ou bloco.

Como tem dito o Presidente Lula, o Brasil está de volta. Voltou, antes de tudo, a si mesmo, retomando o projeto da Constituição Federal de 1988 em sua plenitude. Voltou ao seu entorno geoestratégico na América do Sul e no Atlântico Sul e, a partir dele, ao contato com parceiros de todas as regiões do globo. Voltou, enfim, ao palco dos grandes debates internacionais.

A intensidade dessa correção de rumos evidencia-se nas mais de 200 interações do Presidente da República com autoridades estrangeiras, desde 1º de janeiro até o momento, na forma de participação em cúpulas e em reuniões bilaterais às suas margens; visitas realizadas e recebidas; telefonemas e videoconferências.

A recuperação do universalismo da política externa não poderia ter expressão mais clara.

Assim como o Brasil voltou ao mundo, o mundo também voltou ao Brasil. Nosso país será, nos próximos anos, a capital de foros internacionais da mais alta relevância, como o G20, a COP30 do Clima, o BRICS e a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, entre vários outros. Seguirá, igualmente, recebendo importantes visitas bilaterais.

Já no próximo mês, assumiremos duas imensas responsabilidades nessa caminhada.

A primeira delas será a assunção da presidência do G20, agrupamento que reúne as maiores economias do mundo e debaterá iniciativas concretas para enfrentar os principais desafios contemporâneos.

A segunda será a formalização da presidência brasileira da COP30 do Clima, a ser realizada em 2025, mas cuja preparação já começou. A COP constituirá oportunidade única para revitalizar o regime multilateral do clima; buscar limitar o aumento da temperatura global em 1,5 graus centígrados; e acelerar nossa própria transição ecológica e energética.

Essas duas linhas de ação receberão tratamento prioritário em 2024, em conjunto com uma terceira, de caráter permanente: seguir fortalecendo a integração regional, por meio do adensamento das relações bilaterais com os países latino-americanos e caribenhos e do seguimento dos resultados das cúpulas aqui sediadas no Brasil em 2023.

A aposta brasileira na integração, princípio constitucional que rege as relações internacionais do Brasil, seguirá sendo conduzida como projeto de Estado, que atende aos interesses de longo prazo do povo brasileiro, e transcende governos e orientações políticas.

Senhoras e senhores,

O ideal de política externa aqui enunciado, há 20 anos, pelo Presidente Lula segue mais atual do que nunca. Retomá-lo, em novas circunstâncias, exige análise atualizada do contexto internacional, atento aos desafios e aspirações contemporâneos de cada região e de cada país.

O sexagésimo aniversário do discurso proferido pelo chanceler Araújo Castro nas Nações Unidas, em 1963, sobre desenvolvimento, desarmamento e descolonização, convida-nos a reimpulsionar iniciativas diplomáticas voltadas para uma ordem internacional mais justa, pacífica, e capaz de reduzir desigualdades entre países e entre pessoas.

Os próprios parâmetros do exercício da diplomacia também devem ser atualizados, para internalizar o reconhecimento do protagonismo de mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, com deficiência e povos indígenas na história, e nos destinos, do Brasil e das relações internacionais.

A igualdade de gênero e a igualdade racial serão objetivos prioritários e transversais da política externa. O Brasil está em posição única para contribuir com formulações próprias para esse debate, a partir de suas múltiplas identidades como país do Sul, latino-americano, e da diáspora africana.

Prezados colegas,

A dedicação exemplar de seus servidores possibilitou que o Itamaraty conseguisse acompanhar a súbita, e muito bem-vinda, mudança do ritmo da política externa em janeiro deste ano – de um estado de inanição para o reengajamento simultâneo com todos os foros, temas e continentes.

Não obstante, é imperativo reconhecer um limite operacional inegável: a insuficiência de pessoal na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

A agenda da política externa para 2024 nos exigirá ainda mais: além do intenso trabalho habitual em suas áreas, os servidores farão o seguimento de iniciativas lançadas; realizarão cerca de 100 reuniões do G20; e prepararão, para as cúpulas a serem sediadas no Brasil em 2025, algo em torno de cem processos negociadores da COP30 do Clima e dezenas de reuniões do BRICS e do MERCOSUL.

Nesse quadro, questões relativas à gestão de pessoas – incluindo o ingresso, a alocação e a progressão de carreira dos servidores – revestem-se de fundamental importância para o êxito da política externa.

Serão tomadas medidas sistêmicas para, de um lado, mitigar o déficit de funcionários, a exemplo dos concursos já convocados para diplomatas e oficiais

de chancelaria; e, de outro, para alocar a força de trabalho do Itamaraty de modo mais eficiente e alinhado com as prioridades estabelecidas pelo senhor Presidente da República.

O planejamento institucional do Ministério para o período 2024-2027 conferirá especial atenção à ampliação da diversidade no quadro dos servidores, avançando a partir de conquistas já realizadas como o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco e da criação, neste governo, do sistema de diversidade e inclusão.

Trabalharemos para aprimorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho, com particular atenção à segurança e à saúde física e mental de servidores, e a uma política robusta de prevenção e combate a assédios e a qualquer forma de discriminação.

Tais medidas – combinadas a uma abordagem inclusiva na gestão do patrimônio físico, histórico e artístico da diplomacia – fortalecerão o Itamaraty, e os serviços que presta à sociedade, como espaço de pertencimento físico, político e simbólico para todos os brasileiros.

A diplomacia pública e as relações com os demais ministérios, o Congresso Nacional, e os entes federativos, serão intensificadas. Em seu governo, Presidente Lula, o Itamaraty será mais diverso e permeável ao diálogo com o Estado, a academia e a sociedade brasileira.

Caros formandos,

Compraz-me receber os novos diplomatas ao lado de colegas com quem iniciei minha carreira e com quem compartilho a celebração hoje de 50 anos de serviço público.

Deixo uma palavra de reconhecimento e afeto aos colegas Carlos Antonio da Rocha Paranhos, João Almino de Souza Filho e Andréia Cristina Nogueira Rigueira, e aos colegas de turma do meu curso do Instituto Rio Branco: Piragibe dos Santos Tarragô, Carlos Alberto Lopes Asfora, Eduardo Prisco Paraíso Ramos e Moira Pinto Coelho.

Esse encontro entre as turmas de 2023 e 1973 confere sentido especial a uma palavra muito cara ao Itamaraty: tradição, a qual expressa um ato de entrega. A importância simbólica dessa formação de vínculos, dessa troca de saberes entre gerações, reside tanto em quem passa o bastão, como em quem o recebe.

É nesse espírito que peço aos jovens colegas que recebam as múltiplas matrizes da tradição viva da diplomacia brasileira: prontos a conhecê-la, a

honrá-la e a transformá-la quando necessário. E a construir, a partir dela, as novas tradições que conduzirão o futuro do Brasil e do Itamaraty.

É, igualmente, nesse espírito que peço a todos os servidores do Ministério que recebam os formandos: abertos a seus valiosos aportes e ideias, dos quais todos temos muito a nos beneficiar.

Muitas felicidades a todos e muito obrigado.

3.10. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Reunião de Sherpas do G20 – Brasília, 12 de dezembro de 2023

Senhoras e Senhores,

É uma honra para o Brasil assumir a presidência rotativa do G20. É também uma honra para o Ministério das Relações Exteriores sediar sua primeira Reunião de Sherpas aqui mesmo no Itamaraty, um dos mais icônicos edifícios históricos brasileiros, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

A presidência do G20 pelo Brasil faz parte de uma sequência de quatro países em desenvolvimento a liderarem o grupo. Destaco esse ponto para ressaltar que os países em desenvolvimento têm assumido responsabilidades crescentes na busca de soluções para os muitos desafios de nossos tempos.

Devemos enfrentar problemas que vão desde conflitos geopolíticos até a fome e a desnutrição, das mudanças climáticas aos riscos de novas pandemias, da alta inflação ao aumento dos níveis de pobreza. Assim como no passado, o mundo espera do G20 soluções duradouras para os desafios globais compartilhados.

O G20 reúne parcela substancial do PIB e da população mundial. Mais importante, reúne uma ampla gama de economias desenvolvidas e em desenvolvimento de todas as regiões do mundo, borrando as divisões entre norte e sul, leste e oeste.

A inclusão da União Africana, nesse sentido, agrega muito ao bloco. Em nome do Brasil, mas certamente refletindo o senso comum na sala, gostaria de, mais uma vez, dar as boas-vindas à União Africana como membro de pleno direito do G20.

Senhoras e senhores,

Conforme amplamente discutido na sessão de hoje, a presidência do G20 pelo Brasil terá foco em três prioridades gerais:

Promover a inclusão social e combater a pobreza e a fome;

Promover transições energéticas e o desenvolvimento sustentável em seus três pilares: econômico, social e ambiental; e

Avançar na reforma das instituições de governança global.

Essas três prioridades ecoam a ambição do Brasil de “construir um mundo justo e um planeta sustentável”, o lema da nossa presidência do G20.

Em termos de métodos de trabalho, o Brasil pretende aproximar as duas vertentes do grupo – a Sherpa e a Financeira. Isso reflete nossa visão de que as discussões sobre política e coordenação macroeconômica devem andar de mãos dadas.

O Brasil também quer fomentar o diálogo com a sociedade civil e sua participação nas atividades do grupo. Um Fórum Social do G20 – que acontecerá no Rio de Janeiro nos dias anteriores à Cúpula de Líderes – reunirá representantes dos grupos de engajamento existentes e outros segmentos da sociedade civil que podem oferecer contribuições significativas ao G20.

A comunidade global está enfrentando várias crises simultâneas. Os conflitos em curso em diferentes partes do mundo exigem nossos esforços diplomáticos em escala nunca vista no passado recente. A crise climática é uma preocupação cada vez maior para todos nós, com recordes de altas temperaturas sendo registrados este ano em muitos países, inclusive no Brasil. Ao mesmo tempo, a desigualdade e a pobreza persistem, tornando cada vez mais difícil cumprir nossa promessa de “não deixar ninguém para trás”. Infelizmente, seres humanos estão sendo deixados para trás – e a emergência climática só vai agravar esse problema, pois quem mais sofrerá serão os mais pobres. Isso não é aceitável por nenhum padrão.

O Brasil é um grande país em desenvolvimento sem disputas geopolíticas; uma mistura cultural que une América, África, Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente, todos vivendo em paz e coesão; um grande exportador agrícola e, ainda assim, um dos países com a maior parcela de florestas nativas ainda em pé. Também temos credenciais únicas em matéria de paz e segurança. Nossa região – a América Latina – optou pela paz, pela desnuclearização, pela cooperação em vez de jogos de soma zero. Temos uma tradição centenária de resolver nossos problemas por meio da diplomacia e da negociação.

Ao assumir a presidência do G20, não pretendemos resolver os problemas do mundo. Nossa plano é apresentar a vocês um conjunto de bons pontos de partida, e estamos prontos para dar nossa parcela de contribuições.

Durante nossa presidência, trabalharemos para construir consenso dentro do grupo, ouvindo todos os membros e buscando um alto nível de ambição para um G20 orientado para resultados.

Contem com o Brasil como país presidente no próximo ano.

Muito obrigado.

3.11. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) – Brasília, 13 de dezembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Paulo Alexandre Barbosa,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas,

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores,

É uma satisfação retornar a esta Comissão e a esta Casa.

Esta é a quarta vez neste ano que tenho o prazer de me dirigir diretamente aos membros do Legislativo nacional, contando minha última participação nesta Comissão, em maio passado, e as duas vezes em que estive na Comissão de Relações Exteriores do Senado, também em maio e depois em outubro.

Gostaria, inclusive, de ter estado nesta Comissão em outubro, o que não foi possível por dificuldades de agenda.

Por outro lado, essa minha vinda um pouco mais tardia me dá a oportunidade de apresentar um quadro mais amplo e consolidado do conflito israelo-palestino, das posições assumidas pelo Brasil, das ações empreendidas pelo Governo em diversos temas da nossa política externa, inclusive durante nossa presidência rotativa no Conselho de Segurança da ONU no último mês de outubro.

Estar aqui neste momento também me dá a oportunidade de fazer um balanço geral da política externa do Governo brasileiro encaminhada pelo Presidente Lula neste primeiro ano de governo.

Caros deputados,

É lamentável que o conflito entre Israel e Palestina, que se arrasta há mais de sete décadas, tenha voltado ao topo da agenda internacional da forma

como ocorreu, com grau inédito de violência, destruição e mortes, colocando em risco a estabilidade regional e global.

Já na primeira hora, o Governo brasileiro, a começar pelo Presidente da República, manifestou o repúdio e a condenação aos atos terroristas realizados pelo Hamas em 7 de outubro contra a população civil em Israel, a partir da Faixa de Gaza, com grande número de mortos e feridos.

Na ocasião, transmitimos oficialmente, tanto por nota do Itamaraty, quanto por meio de telefonema do Presidente Lula ao Presidente de Israel, Isaac Herzog, bem como por telefonema meu ao chanceler de Israel, Eli Cohen, nossas condolências aos familiares das vítimas e nossa solidariedade ao povo de Israel.

Manifestamos, também, por nota do Itamaraty e por contatos pessoais diretos, nossas condolências e solidariedade aos familiares dos nacionais brasileiros Ranani Glazer, Bruna Valeanu e Karla Stelzer Mendes, que foram vítimas fatais desses atos terroristas quando participavam de festival de música eletrônica no território de Israel. Estendemos também condolências aos familiares de três filhos de brasileiros, igualmente vitimados: Gabriel Yishay Barel, Tchelet Zaarur e Noam Rotemberg. Quero aqui renovar nossas condolências e sublinhar que a Embaixada do Brasil em Tel Aviv segue à disposição para ajudar no que for necessário.

Nada, absolutamente nada justifica o recurso à violência, sobretudo contra civis. Foi por isso que, desde o primeiro momento, fizemos um chamamento a todas as partes para que exercessem a máxima contenção a fim de evitar uma escalada da situação. Defendemos que o Hamas libertasse os reféns, especialmente as crianças, que foram sequestradas de suas famílias. Pedimos a Israel cessar os bombardeios para que as crianças palestinas e suas mães tivessem condições de deixar a Faixa de Gaza através da fronteira com o Egito e de receber ajuda humanitária.

Destacamos, desde o princípio, a urgência de um cessar fogo humanitário e exortamos as partes a respeitarem o Direito Humanitário Internacional. É inadmissível que a população civil da Faixa de Gaza tenha sido submetida a tamanha destruição de sua infraestrutura mais básica, desde redes de eletricidade, saneamento e esgoto até o ataque ao Hospital Batista de Gaza, que resultou na morte de mais de 500 pessoas.

Podemos dizer que pelo menos uma parte das demandas que defendíamos pôde ser atendida durante a vigência da recente trégua humanitária, quando

foi libertado número significativo de reféns de Gaza e de prisioneiros palestinos em Israel (quase todos mulheres e crianças).

Infelizmente, como as senhoras e os senhores sabem, o conflito entre Israel e Palestina não é algo novo, que começou agora, nem é fato isolado, existente em um vazio de contexto. É um conflito que remonta ao fim do Império Otomano, após a Primeira Guerra Mundial, e ao término do subsequente Mandato Britânico da Palestina, logo após a Segunda Guerra Mundial, sempre com muitas disputas sobre como aqueles territórios deveriam ser compartilhados.

A Resolução 181 da ONU, aprovada na Segunda Sessão Especial da Assembleia Geral, em 29 de novembro de 1947, que estabeleceu as regras para a Partilha da Palestina, jamais foi integralmente respeitada por nenhuma das partes. Isso resultou em graves consequências para a população civil local. Já em maio de 1948, após uma guerra civil entre israelenses e árabes, foi declarada a Independência de Israel, seguida da Primeira Guerra Árabe-Israelense. Os sentimentos mútuos de revanche vêm desde então, e desaguaram em guerras como a de 1956, em Suez, a dos Seis Dias, em 1967, e a do Yom Kippur, em 1973, além das seguidas invasões, retaliações e intifadas desde então. É sintomático que esta guerra de hoje tenha ocorrido no momento do 30º aniversário dos Acordos de Paz de Oslo, de 1993, quando surgiram expectativas de uma solução pacífica que jamais foi implementada pelas partes.

Mais recentemente, a violência envolvendo a Faixa de Gaza já havia eclodido em 2006, 2009, 2011, 2014, 2018 e 2021. O bloqueio a Gaza já dura 16 anos, com sérias consequências humanitárias para a vida de seus dois milhões e trezentos mil habitantes.

Nos anos mais recentes, a dinâmica entre Israel e Palestina se tornou cada vez mais insustentável, sem avanços concretos no front político-diplomático. A ONU aponta que assentamentos ilegais israelenses aumentaram na Cisjordânia. Persistem violações ao “status quo” dos sítios sagrados de Jerusalém, com destaque para a Esplanada das Mesquitas, também conhecida como Monte do Templo, terceiro lugar mais sagrado do Islamismo, que é custodiado pelo Reino Hachemita da Jordânia.

As duras condições econômicas a que os palestinos são submetidos, especialmente em Gaza, leva à absoluta falta de perspectivas para a população, composta majoritariamente de crianças e jovens, contribuindo para o desespero e para a espiral de violência.

Por ocasião da primeira pausa humanitária, no fim de novembro último, após os 1.186 israelenses mortos no ataque de 7 de outubro e os 48 dias consecutivos de bombardeios incessantes que o seguiram, o número de vidas civis perdidas em Gaza ultrapassava naquele momento os 14 mil, sendo 70% mulheres e crianças. Agora, o número de mortos já passa de 18 mil.

Os números de deslocados internos são impressionantes, atingindo quase 1 milhão e oitocentas mil pessoas, equivalentes a 80% da população de Gaza, ou seja, 4 em cada 5 habitantes estão deslocados de suas cidades de origem. Estima-se que cerca de 41.000 casas foram destruídas totalmente ou gravemente danificadas. Dezoito hospitais foram fechados. O número de caminhões com assistência humanitária que puderam acessar a Faixa mostrou-se insuficiente para atender às necessidades básicas da população, como alimentos, água, medicamentos e combustível. A população de Gaza passou a sofrer com a fome crônica, a falta de água e com o aumento em 45 vezes da incidência de doenças sanitárias. O cenário é desolador.

Senhoras e senhores deputados,

Como país amigo de Israel e do Estado da Palestina, a posição e compromisso do Brasil é, como historicamente tem sido, em favor do diálogo e de negociações que conduzam a uma solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

O Brasil tem um compromisso histórico com o Estado de Israel. E temos também um compromisso histórico com a legítima aspiração nacional do povo palestino de estabelecer o seu próprio Estado.

Tivemos papel decisivo, como todos sabem, no processo que levou à criação do Estado de Israel quando, em 29 de novembro de 1947, como já mencionei, a Assembleia Geral das Nações Unidas, sob a presidência do brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou o plano de partilha da Palestina, que previu a criação de um Estado judeu, mas também um Estado palestino, além de um regime especial para a cidade de Jerusalém.

No auge da Crise de Suez, em 1957, enviamos os primeiros capacetes azuis brasileiros em uma das primeiras missões de Força de Emergência da ONU. Eles ajudaram a garantir e supervisionar a cessação das hostilidades, incluindo a retirada de forças armadas de França, Israel e Reino Unido do território egípcio.

E quis o destino que coubesse ao Brasil a presidência rotativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas justamente no mês de outubro último, quando eclodiu o atual conflito.

Temos orgulho de nossa posição equilibrada sobre o conflito israelo-palestino, que respeita o direito internacional, as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas. Graças ao diálogo que retomamos desde o início do Governo com todas as partes, bem como às posições tradicionalmente equilibradas do Brasil, pudemos dar nossa contribuição como interlocutor confiável e qualificado a essa complexa questão.

E foi assim que buscamos proceder durante nossa presidência no Conselho de Segurança, visando ao exercício da contenção entre as partes e buscando ajudar a construir posições comuns no Conselho, que segue paralisado pelas disputas entre os membros permanentes há um bom tempo. O dossiê israelo-palestino é, por sinal, o tema com o maior número de vetos na história do Conselho de Segurança: mais de 40, desde 1945.

O Brasil foi instado, na qualidade de presidente do Conselho, a facilitar um texto de consenso com foco em assegurar uma pausa humanitária, que permitisse a entrada de insumos de primeira necessidade aos civis de Gaza, e a saída de estrangeiros e outros cidadãos para o Egito.

É preciso ficar claro, portanto, que o Brasil, na qualidade de presidente do Conselho de Segurança, foi instado a facilitar e articular um projeto de resolução, com base em uma série de contatos e consultas de alto nível em Nova York e nas principais capitais do mundo, em busca de um mínimo denominador comum entre interesses tão díspares.

Desde a eclosão da crise em Gaza, fui a Nova Iorque quatro vezes, presidi sete sessões do Conselho de Segurança, e participei do Debate aberto sobre Oriente Médio no dia 29 de novembro último, sempre nesse espírito construtivo e de facilitação para a formação de consensos.

O projeto de resolução, que ajudamos a construir a partir dessa articulação com todos os demais membros do Conselho, foi posto em votação no dia 18 de outubro. Como os senhores sabem, recebeu 12 votos positivos dentre 15 possíveis – portanto foi formalmente aprovado –, apenas duas abstenções e um voto negativo de um dos membros permanentes do Conselho de Segurança, que nessa circunstância se transforma em voto.

Foi uma oportunidade perdida que postergou a ação do Conselho de Segurança em quase um mês, até que foi finalmente aprovada proposta

de Malta, em 15 de novembro, já na presidência chinesa do Conselho de Segurança. A resolução, que se assemelhava àquela articulada anteriormente pelo Brasil, instou a libertação de todos os reféns e o estabelecimento de pausas humanitárias para apoio à população civil, o que finalmente vimos acontecer em 24 de novembro. A pausa era prevista para durar inicialmente por quatro dias, mas seu prazo foi estendido por duas vezes. Infelizmente, os combates recomeçaram na manhã do dia 1º de dezembro.

Senhoras e senhores deputados,

O Brasil construiu, ao longo de décadas, uma capacidade de diálogo e interlocução com israelenses e com palestinos. Isso é um patrimônio diplomático que transcende governos. Essa nossa postura de equilíbrio é um patrimônio do povo brasileiro, que muitas vezes serve como uma espécie de escudo protetor dos cidadãos brasileiros no exterior que se vejam repentinamente afetados por uma situação de conflito.

Desde a eclosão do conflito, o Governo trabalhou incessantemente para garantir o retorno ao Brasil, em segurança, dos nossos cidadãos que assim desejassesem e que estivessem em Israel e na Palestina. Segundo os números que tínhamos naquele momento, eram cerca de 14 mil brasileiros ou binacionais residentes em Israel e cerca de 6 mil na Palestina, a grande maioria na Cisjordânia, mas alguns na Faixa de Gaza, que enfrentavam uma situação maior de risco e vulnerabilidade.

Em 7 de outubro, eu estava ainda no início de uma viagem que fazia à Ásia, em Jacarta, na Indonésia, quando determinei a convocação urgente de uma reunião, já no domingo, dia 8, com a participação da Ministra, interina, das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha, convidando o Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marcelo Damasceno, e o Assessor Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim.

Essa primeira reunião permitiu a tomada de importantes decisões e resultou na criação de um gabinete de crise no Itamaraty, reunindo o Ministério da Defesa, com o objetivo de acompanhar, em tempo real, os desdobramentos do conflito tanto na seara política quanto na assistência aos brasileiros.

Esse gabinete de crise ainda está em funcionamento, produzindo informações diárias sobre o andamento do conflito, que são transmitidas ao Senhor Presidente da República, e teve papel fundamental no apoio aos nossos cidadãos naquela região, trabalhando inicialmente em regime de plantão de

24 horas, 7 dias por semana, atendendo às famílias e coordenando o processo de repatriação.

Como os senhores sabem, o Brasil foi o primeiro país a anunciar e organizar uma missão de repatriação de nacionais, sem custos para as pessoas atendidas, após a eclosão do conflito. A Operação Voltando em Paz foi executada com altíssima eficiência, graças ao trabalho conjunto do Ministério das Relações Exteriores, em especial de seus funcionários nas Embaixadas em Tel Aviv, Ramalá e Cairo, e graças ao apoio do Ministério da Defesa e ao profissionalismo da Força Aérea Brasileira, que atenderam imediatamente ao chamado do Presidente Lula de não deixar nenhum cidadão para trás. Quero agradecer, igualmente, o apoio de muitos parlamentares que entraram em contato conosco e nos ajudaram a identificar pessoas que precisavam de ajuda tanto em Israel quanto na Palestina.

Foram, ao todo, 11 voos da Força Aérea que ocorreram em ritmo quase diário, a partir de 10 de outubro, tendo oito deles partido de Israel, um da Jordânia, para retirar cidadãos que estavam na Cisjordânia e, também, um voo em novembro, partindo do Egito, para repatriar os 32 brasileiros registrados que estavam na Faixa de Gaza. Foi com grande alegria que recebemos em Brasília, na madrugada desta última segunda-feira, 11 de dezembro, o 11º voo de repatriação com mais 47 brasileiros e familiares que estavam em Gaza. No total, a Operação Voltando em Paz concluiu com êxito a repatriação de 1,524 brasileiros e familiares que estavam na região do conflito.

Como os senhores sabem, atenção especial precisou ser dedicada ao atendimento dos cidadãos brasileiros que estavam na Faixa de Gaza, em decorrência do bloqueio físico à passagem de pessoas para Israel ou para o Egito. O Escritório de Representação do Brasil em Ramalá manteve contato constante com as famílias e conseguiu, inicialmente, alojar o grupo em uma escola católica na Cidade de Gaza, até que fosse possível sua passagem para o Egito. Um ônibus foi fretado para essa missão, e ficou à disposição junto das famílias, na escola. Vale lembrar que Ramalá fica na Cisjordânia, afastada fisicamente da Faixa de Gaza, o que tornava a comunicação sempre mais difícil.

Com a determinação, por parte de Israel, de evacuação da população do norte de Gaza – onde fica a Cidade de Gaza – para o sul, esses cidadãos foram, inicialmente, transportados para a cidade de Khan Younis, e depois para Rafah, na fronteira com o Egito, até que foi possível, finalmente, inclui-los na lista de cidadãos estrangeiros autorizados a cruzar a fronteira, em 11 de novembro.

Ao longo do processo, foram encaminhadas às autoridades militares israelenses, por meio de nossa Embaixada em Tel Aviv, endereços, telefones e “pins” de identificação geográfica dos locais em que se encontravam as famílias aguardando repatriação, na tentativa de evitar que fossem bombardeadas pela aviação de guerra.

Durante todo esse tempo, o Presidente Lula e eu próprio mantivemos uma série de contatos de alto nível para facilitar a repatriação dos nacionais brasileiros, criar um corredor para levar ajuda humanitária, libertar os reféns e criar espaços para a retomada do processo de solução política para o conflito.

O Presidente Lula conversou por telefone com o Presidente de Israel, com o Presidente do Egito, com o Presidente da Autoridade Palestina, com o Presidente da Turquia, com o Presidente do Irã, com o Emir do Catar e com o Primeiro-Ministro da Jordânia, entre outros. Eu conversei com o Chanceler do Egito duas vezes por telefone e pessoalmente, no Cairo. Também falei com os chanceleres de Israel, Arábia Saudita, Rússia, França, Irã e Catar.

A partir desse trabalho intenso, criaram-se as condições necessárias para avançar o esforço de repatriação. Creio que, com isso, concluo aqui esse panorama sobre nossa atuação a respeito do conflito israelo-palestino. Gostaria agora de fazer um breve balanço do primeiro ano de governo no que tange à política externa.

Senhoras e Senhores deputados,

Como tem dito o Presidente Lula, o Brasil voltou. Isso não é mera figura de linguagem. Ao longo deste ano, tivemos mais de 200 interações mantidas pelo Presidente da República e por mim mesmo, na forma de participação em cúpulas, reuniões bilaterais, visitas realizadas e recebidas, telefonemas e videoconferências. O Brasil também se reencontrou consigo mesmo, em um movimento de resgate dos princípios fundamentais que sempre nortearam a política externa brasileira. Princípios, por sinal, consolidados na Constituição Federal.

Fundamentos como a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, o respeito à autodeterminação dos povos, a não intervenção, o reconhecimento da igualdade entre os Estados e a defesa da paz e da solução pacífica das controvérsias estão na base da política externa brasileira em seus melhores momentos. A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina são também princípios constitucionais que o Brasil buscou em seus momentos de maior projeção internacional. São esses

fundamentos, aliados à vocação universalista brasileira de diálogo com todos os parceiros, sem noções pré-concebidas, e à busca incessante pelos melhores resultados possíveis para o interesse nacional, que buscamos aplicar ao longo deste primeiro ano de governo e que seguirão informando a política externa do governo Lula nos próximos anos.

O ponto de partida, como não poderia deixar de ser, foi a integração regional. Uma das primeiras medidas formais tomadas pelo governo, logo no início de janeiro, foi a reincorporação plena e imediata do Brasil à Comunidade de Países Latino-Americanos e Caribenhos, a CELAC, que é o único mecanismo de diálogo e cooperação que inclui todos os 33 países da América Latina e do Caribe. A CELAC é um espaço privilegiado para a construção de iniciativas concretas de cooperação em áreas nas quais temos desafios comuns, como saúde, segurança, cooperação científico-tecnológica, entre tantas outras.

Em julho, o Presidente Lula participou da Cúpula CELAC-União Europeia, em Bruxelas, que além de reforçar a cooperação entre os dois grupos e servir de ocasião para diversas reuniões bilaterais, resultou em um comunicado conjunto muito positivo, reafirmando princípios como a promoção do trabalho decente e da igualdade de gênero, bem como a condenação a medidas unilaterais com efeitos extraterritoriais, ao embargo a Cuba e ao tráfico negreiro transatlântico histórico, reconhecido como um crime contra a humanidade.

Com relação à América do Sul propriamente, o Brasil anunciou o seu regresso ao Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, a UNASUL, como forma de sinalizar nossa determinação de trabalhar com nossos vizinhos pela revalorização da América do Sul como um espaço de diálogo, paz e cooperação. Sempre fomos conscientes de que há diferentes expectativas e visões na região com relação à integração, mas mantemos também a convicção de que há denominadores comuns entre nós, a começar pelo reconhecimento da necessidade de trabalhar conjuntamente com nossos vizinhos imediatos para fazer frente aos múltiplos desafios comuns que compartilhamos.

Foi com esse espírito que o Presidente Lula convocou a Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul, a Cúpula de Brasília, que ocorreu aqui na Capital Federal em 30 de maio. A cúpula foi muito bem-sucedida: conseguiu reunir todos os presidentes sul-americanos e o Primeiro-Ministro do Peru. A reunião serviu de plataforma para a discussão de assuntos e interesses muito concretos da região e resultou em um comunicado conjunto muito importante, denominado “Consenso de Brasília”, consolidando esse objetivo geral de revitalizar o processo de integração regional. Foi criado um grupo de

contato, em nível ministerial, que eu mesmo já presidi por duas vezes, a primeira em julho, durante a Cúpula CELAC-União Europeia, realizada em Bruxelas, e a segunda vez em setembro, em Nova York, à margem da Assembleia Geral da ONU. Foi também definido um calendário de encontros regionais, como, por exemplo, a Reunião de Chanceleres e Ministros da Defesa – a chamada “reunião 12+12” –, que ocorreu aqui em Brasília, no dia 22 de novembro.

O esforço de retomada da integração regional se dá também na Amazônia. Em 8 e 9 de agosto, realizamos a Cúpula da Amazônia, em Belém do Pará, reunindo os presidentes de todos os oito países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica. Tivemos por objetivo fortalecer institucionalmente a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a OTCA, que tem sede aqui em Brasília, e estabelecer uma nova agenda comum de cooperação regional em favor do desenvolvimento sustentável e compartilhado da Amazônia, conciliando a proteção da floresta e da bacia hidrográfica, inclusão social, o fomento à ciência, à tecnologia e à inovação, o estímulo à economia local e a valorização dos povos indígenas e dos conhecimentos ancestrais das comunidades locais. A Declaração de Belém, resultante da Cúpula, consolida essas ideias em 113 objetivos e princípios transversais.

Ao longo do ano, o Presidente Lula manteve contatos com todos os mandatários da América do Sul. Visitou a Argentina, por duas vezes, em janeiro (para a Cúpula da CELAC) e em julho (para a Cúpula do MERCOSUL). Ainda em janeiro, o Presidente também visitou o Uruguai. Em julho, esteve na Colômbia para uma reunião preparatória da Cúpula da Amazônia. No caso do Paraguai, o Presidente Lula reuniu-se em março, em Foz do Iguaçu, com o então Presidente Mario Abdo Benítez e, em agosto, em Assunção, com o atual Presidente Santiago Peña.

Com relação à Venezuela, reabrimos nossa Embaixada em Caracas e designamos uma diplomata experiente, a Embaixadora Glivânia Oliveira, para assumir a chefia da nossa representação. Isso contribui não apenas para que avancemos nossos interesses junto a um vizinho importante, como também para que possamos prestar a devida assistência consular aos cerca de 20 mil brasileiros que residem naquele país. Procederemos, por sinal, em futuro próximo, à reabertura das quatro representações consulares do Brasil que foram fechadas em 2020.

Relançamos, também, nossa relação com Cuba, país onde também temos interesses importantes, e que o Presidente Lula visitou em setembro,

por ocasião da Cúpula dos Países do Grupo dos 77 e China, logo antes da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Para além dos parceiros regionais, esse ano também foi de retomada do trabalho junto a parceiros tradicionais do Norte desenvolvido, como Estados Unidos, Alemanha, França, Portugal, Espanha, União Europeia e Japão, com os quais mantemos agenda ampla de comércio, investimentos e cooperação, inclusive em setores estratégicos para o Brasil.

Ainda em janeiro, o Presidente Lula visitou os Estados Unidos. O encontro com o Presidente Joe Biden sinalizou o compromisso das duas maiores democracias do continente de voltar a trabalhar conjuntamente em uma gama de questões, como o combate ao extremismo político, o enfrentamento à mudança do clima, a luta contra a discriminação racial e a reforma da governança internacional. Em setembro, em um evento à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, Brasil e Estados Unidos, com a presença dos Presidentes Lula e Biden, lançaram a Parceria Global pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras e a Promoção do Trabalho Digno, que foi saudada pela OIT e deverá contar com a adesão de vários outros países.

O Presidente Lula visitou, ainda, Portugal e Espanha, em abril, acompanhado de importante delegação empresarial. Em maio, esteve no Reino Unido para a coroação do Rei Carlos III, quando manteve reunião com o Primeiro-Ministro Rishi Sunak. Ainda em maio, o Presidente Lula viajou ao Japão como convidado da Cúpula do G7, em Hiroshima, mantendo reuniões bilaterais com o Primeiro-Ministro do Japão e com os líderes dos demais países membros desse grupo. Recordo que, com o Japão, foi assinado um inédito acordo para isenção recíproca de vistos.

Em junho, o Presidente fez visita à Itália e à França, sendo um dos convidados de honra da Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, em Paris. Além disso, em julho, esteve em Bruxelas, na sede da União Europeia, para a já mencionada Cúpula CELAC-União Europeia. Na semana passada, o Presidente Lula liderou numerosa comitiva em visita à Alemanha para participar da Reunião de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível com aquele país.

Ao longo do ano, buscamos ainda valorizar a tradição universalista e ecumênica da nossa política externa, por meio do aprofundamento e da ampliação das nossas relações com parceiros do Sul Global, na Ásia, na África e no Oriente Médio.

Como as senhoras e os senhores sabem, o Presidente Lula realizou, em abril, a bem-sucedida Visita de Estado à China, nosso principal parceiro

comercial, principal destino de nossas exportações agrícolas e uma das principais fontes de investimentos estrangeiros diretos no Brasil. A visita, que contou com a participação de ampla delegação empresarial (e também parlamentar) foi marcada pela obtenção de resultados concretos, tanto políticos – como o aprofundamento da cooperação bilateral em setores estratégicos – quanto econômico-comerciais: foram assinados acordos que, juntos, somam mais de R\$ 50 bilhões em investimentos.

Na mesma ocasião, o Presidente visitou também os Emirados Árabes Unidos, gerando acordos que somam mais R\$ 15 bilhões em investimentos potenciais no Brasil.

Em julho, o Presidente esteve no Cabo Verde. Em agosto, visitou a África do Sul, para participar da Cúpula do BRICS. Em seguida fez visita bilateral a Angola e esteve em São Tomé e Príncipe por ocasião da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Agora em dezembro, o Presidente visitou a Arábia Saudita e o Catar, dirigindo-se em seguida, aos Emirados Árabes Unidos, para participar da COP28 de Mudança do Clima.

Em todos esses compromissos, eu normalmente acompanhei o Presidente, além de participar de outras reuniões, preparatórias ou de coordenação multilateral, em nível ministerial. O ano foi, portanto, bastante intenso para a Presidência da República e para o Ministério das Relações Exteriores.

Senhoras e senhores deputados,

Se, por um lado, como pude comentar, o Brasil voltou para si mesmo e para o mundo, por outro também o mundo voltou para o Brasil. E isso se dá não apenas pela retomada do volume de visitas bilaterais recebidas, como também pelo número de incumbências globais e multilaterais que o Brasil voltou a assumir, em papel de grande liderança. Nossa país será, nos próximos anos, a sede de foros internacionais de alta relevância, como o G20, a COP 30 do Clima e o BRICS.

A Cúpula da Amazônia, em agosto, contou com a presença, na qualidade de convidados especiais, de parceiros extrarregionais, como Noruega e Alemanha. Também foram convidados Indonésia, República do Congo, República Democrática do Congo e São Vicente e Granadinas, países com os quais firmamos, na ocasião, o comunicado “Unidos por Nossas Florestas”. Essa é uma iniciativa, liderada pelo Brasil, que visa à preservação das florestas tropicais no mundo, à qual foram convidados a aderir outros 80 países com importantes reservas florestais.

O Brasil também teve participação destacada na COP 28, em Dubai, encerrada ontem, 12 de dezembro, e na qual se discutiu a avaliação global (“global stocktake”) de execução dos objetivos nacionais que os países definiram na COP 21, em Paris. O Brasil, além de ter cumprido a maior parte de seus compromissos, foi confirmado como sede da COP 30, em 2025, cuja Cúpula pretendemos realizar também na cidade de Belém, no Pará.

A COP de Belém será uma grande oportunidade para revitalizarmos o regime multilateral do clima; para buscarmos limitar o aumento da temperatura global em 1,5 graus celsius; e para acelerarmos nossa própria transição ecológica e energética. Será na COP 30 que os países estabelecerão os seus próximos objetivos nacionais de redução de emissões, o que atesta a relevância dessa ocasião, no Brasil.

O Brasil já iniciou sua preparação para assumir, em 2025, a presidência do BRICS, que passará a contar, a partir do ano que vem, com novos membros. Essa é uma presidência que vai demandar significativo esforço diplomático, na medida em que envolve a realização de grande número de reuniões de comissões temáticas em diferentes níveis de representação. Acreditamos que esse esforço vai produzir resultados concretos para os países membros em termos de coordenação para a reforma da governança global e em outros temas. A ampliação do grupo deverá reforçar a relevância dos BRICS no mundo, e a presidência brasileira em 2025 valorizará a nossa relevância nesse contexto.

Neste ano de 2023, além de ter exercido a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro, como já comentei, o Brasil também assumiu a liderança de diversos outros processos diplomáticos e agrupamentos de países. Acabamos de concluir, por exemplo, nossa presidência pro-tempore do MERCOSUL, com a Cúpula realizada no Rio de Janeiro na semana passada. Exercemos a presidência do BASIC, grupo que coordena posições em temas ambientais entre Brasil, África do Sul, Índia e China. Além disso, o Brasil assumiu, em meados do ano, a presidência do Grupo de Países Supridores Nucleares (NSG). Antes disso, já vínhamos exercendo a presidência do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o MTCR.

Além disso, neste ano, o Brasil assumiu, até o final de 2024, a presidência do IBAS, grupo integrado por Índia, Brasil e África do Sul que promove ações de cooperação, sobretudo com países em desenvolvimento. Finalmente, mas não menos importante, assumimos, desde 1º de dezembro, a presidência do G20, que se estenderá até o final de 2024.

A presidência brasileira do G20 é um momento emblemático na retomada do protagonismo do país no cenário internacional. Pretendemos conduzir nossa presidência com foco em três temas prioritários, estabelecidos pelo Presidente Lula: o combate à fome, à pobreza e à desigualdade; a promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental; e a reforma da governança global, em favor de maior representatividade dos países do Sul Global.

Ao longo do mandato brasileiro, estão previstas mais de 100 reuniões dos grupos de trabalho e forças-tarefa que compõem o G20, tanto presenciais quanto por teleconferência, em nível técnico e ministerial, em diferentes cidades nas cinco regiões do Brasil. Essas reuniões culminarão na 19ª Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, dias 18 e 19 de novembro de 2024, reunindo os chefes de Estado e de Governo das maiores economias do planeta para discutir temas centrais para o mundo. A realização exitosa da presidência do G20 será, necessariamente, uma das prioridades da política externa brasileira ao longo dos próximos doze meses.

A preparação para essa presidência começou ainda em junho deste ano, a partir da publicação do decreto presidencial de governança do G20, atribuindo ao Ministério das Relações Exteriores a competência de coordenar a chamada “Trilha de Sherpas”. Essa é a instância do G20 responsável por organizar e facilitar as atividades de Quinze Grupos de Trabalho, envolvendo vários temas de relevância internacional, tais como meio ambiente, agricultura, tecnologia e inovação, energia, educação, saúde, empoderamento das mulheres, comércio e investimentos, entre outros.

A palavra “sherpa” inclusive, deriva da designação de uma etnia originária da região da Cordilheira dos Himalaias, notória por sua capacidade de guiar e conduzir nas trilhas locais todos aqueles que almejam alcançar o cume da mais alta das montanhas.

O decreto presidencial de governança do G20 também atribuiu ao Itamaraty a função de coordenador nacional do planejamento e da execução das medidas de organização e de logística das atividades a serem realizadas durante a presidência do G20.

Assim, desde março, o Itamaraty passou a conduzir um amplo processo de consultas interministeriais visando à preparação da presidência brasileira, que mobilizou mais de duas dezenas de ministérios e envolveu a definição das prioridades substantivas e dos resultados propostos de cada grupo de

trabalho, bem como a definição dos recursos humanos e orçamentários que serão necessários à execução da missão que caberá ao país.

A presidência brasileira, que se iniciou agora em dezembro e se realizará ao longo do ano de 2024, já vem funcionando plenamente, na realidade, ao longo da maior parte deste ano de 2023. Queremos um G20 que se dedique menos a debates e discussões sobre temas variados e mais à obtenção de resultados que tenham impacto real na vida dos nossos cidadãos e de pessoas em todo o mundo.

Senhores deputados,

Como podem ver, a agenda da política externa para 2024, exigirá bastante do nosso contingente diplomático, em Brasília e nos postos no exterior. Ademais do intenso trabalho habitual em suas áreas, os servidores farão o seguimento das iniciativas lançadas ao longo deste ano, que incluem as atividades ligadas à presidência do G20, à preparação das cúpulas que serão sediadas no Brasil em 2025, e os mais de cem processos negociadores da COP 30, do BRICS e do MERCOSUL.

Quero deixar aqui registro do meu agradecimento ao corpo de funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

Nesse quadro, as questões relativas à gestão de pessoas no Itamaraty – incluindo o ingresso, a lotação e a progressão de carreira dos servidores – revestem-se de fundamental importância para o êxito para política externa brasileira.

Além de medidas internas para buscar mitigar o déficit crônico de funcionários, aprimorar a alocação da força de trabalho do Ministério de forma mais eficiente, e promover a ampliação da diversidade no quadro de servidores, será eventualmente necessária a aprovação de uma nova Lei do Serviço Exterior, de modo a garantir o reenquadramento salarial e funcional dos diplomatas e demais servidores do Ministério, bem como o adequado fluxo de progressão da carreira.

Além disso, esse amplo conjunto de iniciativas internacionais em que o Brasil está engajado exigirá, naturalmente, recursos orçamentários adequados para financiar as presidências de turno lideradas pelo Brasil em 2024, as contribuições regulares do país aos órgãos internacionais de que participa, bem como o adequado funcionamento de nossa rede de postos no exterior.

Conto com o olhar dedicado e com o apoio desta Comissão às necessidades do Itamaraty, e agradeço pela atenção já dedicada ao longo deste ano, que

nos permitiu saldar grande parte da dívida que o país mantinha junto a organismos internacionais.

Senhoras e senhores deputados,

Agradeço novamente pela oportunidade de apresentar a Vossas Excelências uma visão de conjunto das iniciativas brasileiras em política externa neste primeiro ano de Governo do Presidente Lula e, ao mesmo tempo, ressaltar algumas das nossas prioridades para 2024.

Fico, evidentemente, à disposição de todos para esclarecer dúvidas e, sobretudo, trocar ideias.

Muito obrigado.

4. ARTIGOS E ENTREVISTAS

4.1. “Não somos candidatos à mediação” – entrevista com o Ministro Mauro Vieira sobre guerra na Ucrânia ao portal *Congresso em Foco*, em 24 de julho de 2023

Entrevista concedida pelo Senhor Ministro de Estado, Embaixador Mauro Vieira, ao portal Congresso em Foco, conduzida pelos jornalistas Carlos Lins e Edson Sardinha, publicada em 24 de julho de 2023

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, diz que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não se propõe a assumir o papel de mediador na guerra entre Rússia e Ucrânia. Em entrevista ao *Congresso em Foco*, o chanceler diz que o presidente vem apenas postulando a “necessidade urgente de se falar na paz, e não só na guerra” – e que, segundo ele, esse objetivo vem sendo alcançado.

“Não somos candidatos à mediação. O que temos dito é que estamos dispostos a apoiar qualquer esforço de paz, e que a guerra na Ucrânia requer um esforço coletivo, de vários países. Não é tarefa para um país só”.

O presidente vem recebendo críticas nos últimos meses por não se posicionar de forma mais contundente contra a Rússia e a invasão comandada por Vladimir Putin, que já dura um ano e meio. Em 25 de abril, quando estava em Portugal, Lula já disse que o conflito é uma “violação da integridade territorial” da Ucrânia. Mas também já chegou a falar que, para que a guerra acabe, “cada um vai ter que ceder um pouco”. Em 19 de julho, Lula disse ainda que o presidente do Chile, Gabriel Boric, estaria sendo “sequioso” e “apressado” por cobrar uma postura anti-Rússia dos países da América Latina.

De acordo com o chanceler Mauro Vieira, no entanto, há progresso: “Nosso objetivo, que é esse, de que se fale também de paz, está sendo atingido. Basta ver o recente engajamento dos países africanos, que enviaram delegação de alto nível a Kiev e Moscou para dialogar com as partes. E também outras lideranças globais têm atuado nesse mesmo sentido. [...] Eventuais críticas

na mídia fazem parte do processo, mas o importante é que já contribuímos para que o debate sobre a paz ocupe também o primeiro plano”.

Vieira ainda não descarta um encontro presencial entre Lula e o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. Os dois líderes estiveram na Cúpula do G7 em Hiroshima, no Japão, mas não chegaram a se reunir. “Não há qualquer ansiedade a respeito”, diz Mauro Vieira. “Os canais estão abertos e estão funcionando, e o encontro pessoal entre os presidentes ocorrerá quando houver uma próxima oportunidade”.

“TODOS QUEREM CONVERSAR COM LULA”

Na entrevista ao *Congresso em Foco*, Mauro Vieira definiu o atual momento da política externa como uma “volta do Brasil ao mundo”. Segundo ele, a prioridade do Itamaraty no primeiro semestre do governo Lula 3 foi “reconstruir pontes com o mundo”, buscando compensar os danos produzidos pelo isolamento diplomático nos quatro anos de Jair Bolsonaro.

Nessa toada, o presidente Lula vem adotando agenda intensa de viagens. No Brasil, nenhum presidente pós-ditadura militar viajou tanto nos 6 primeiros meses de mandato quanto Lula em seu terceiro mandato. “A demanda desses primeiros meses foi muito grande, porque todos querem conversar com o Brasil e com o presidente Lula”, diz Mauro Vieira. Segundo ele, o presidente realizou reuniões bilaterais com chefes de Estado e de Governo de mais de 40 países nesse período.

Leia abaixo o que o chanceler falou ao *Congresso em Foco* a respeito de outros assuntos:

Política externa na gestão Bolsonaro – “Estamos trabalhando para repará-los [os danos], já a partir do processo eleitoral, quando as instituições democráticas brasileiras foram ameaçadas por discursos e orquestrações autoritárias e souberam dar a resposta adequada. O Brasil mostrou que é uma democracia madura e sólida, em um momento turbulento no mundo”;

Agenda para o segundo semestre de 2023 – “É natural que a confirmação de algumas viagens ocorra mais perto das datas de cada compromisso”. Citou a cúpula dos BRICS em Joanesburgo, na África do Sul (agosto), a cúpula do G20 em Nova Déli, na Índia (setembro), e a Assembleia Geral da ONU, em Nova York (setembro), ambas em setembro, além da COP 28 do clima, nos Emirados Árabes Unidos (novembro);

Congresso – “Boa parte da sociedade brasileira, e também do Congresso, já está convencida dos prejuízos do isolamento diplomático dos últimos anos [...] Desde o início da legislatura, temos contado com o apoio e com a compreensão de ambas as Casas do Congresso Nacional em relação ao nosso esforço de reconstruir pontes”;

Venezuela – “Para mim o mais importante foi a retomada das relações diplomáticas entre dois países vizinhos, após um afastamento que durou três anos, determinado pela decisão equivocada do governo anterior de fechar a embaixada e os consulados brasileiros naquele país. [...] Isso é a antidiplomacia, com prejuízos evidentes para o Brasil”;

Governo Maduro e violações à democracia – “Faremos chegar ao governo venezuelano nossas preocupações e críticas por meio de um diálogo diplomático franco, mas que será mantido pelos canais diplomáticos adequados, e não pela mídia ou pelas redes sociais”.

ÍNTEGRA

Leia abaixo a íntegra da entrevista concedida por Mauro Vieira ao *Congresso em Foco*. As perguntas e as respostas foram enviadas por e-mail.

Congresso em Foco: O presidente Lula tem priorizado a agenda internacional desde a sua posse, depois de quatro longos anos de isolamento internacional do Brasil. Nenhum outro presidente viajou tanto quanto ele nos seis primeiros meses do mandato. O que o governo espera conseguir ainda neste ano com esta agenda de viagens? O que já conseguimos até agora?

Mauro Vieira: Para um país da importância que o Brasil tem na sua região e no mundo, a agenda internacional se impõe entre as prioridades, até porque a política externa e a diplomacia presidencial são ferramentas indispensáveis para a promoção do País e dos seus produtos, para a atração de investimentos e para a defesa de regras internacionais que levem em conta os interesses da sociedade brasileira. Nestes seis primeiros meses, o que o Presidente Lula tem feito é reconhecer essa necessidade, atender a inúmeros convites e atuar para que o Brasil supere o isolamento que marcou o período anterior. Posso sintetizar esse momento novo, de volta do Brasil ao mundo, com uma frase do chanceler de um de nossos principais parceiros na Europa: “Como é bom poder voltar a conversar com o Brasil”, me disse ele, e outros parceiros disseram frases parecidas, na mesma linha, de que o mundo esperava pela volta do Brasil com saudades, para usarmos uma expressão bem nossa.

Com isso, a demanda desses primeiros meses foi muito grande, porque todos querem conversar com o Brasil e com o Presidente Lula. Ao final desse período inicial, o Presidente Lula tem um balanço de reuniões bilaterais com Chefes de Estado e de Governo de mais de 40 países, e em todas elas são discutidos assuntos de interesse do Brasil, seja na atração de investimentos, seja no fortalecimento de laços econômico-comerciais com nossos vizinhos, ou, para ser mais específico, na venda de aviões brasileiros para a China ou na atração de novos parceiros para o Fundo Amazônia, como ocorreu com os Estados Unidos e o Reino Unido, entre outros países. É uma política externa pragmática e que prioriza as necessidades de geração de oportunidades no nosso país, por meio dos laços econômicos e políticos com o mundo.

Já conseguimos sair do isolamento, logramos recuperar o lugar do Brasil como um país que é respeitado e lidera discussões relevantes no mundo, e que defende suas posições a partir do diálogo com a sociedade brasileira e de uma clara noção do interesse nacional em cada questão. O desenvolvimento sustentável e o combate à desigualdade, por meio da geração de oportunidades para todos, estão sempre entre essas questões.

Há algum dano irreparável que o Brasil tenha sofrido com esse isolamento internacional ao longo dos últimos quatro anos?

Os danos, tanto de imagem quanto na defesa de interesses concretos, foram muito grandes. Estamos trabalhando para repará-los, já a partir do processo eleitoral, quando as instituições democráticas brasileiras foram ameaçadas por discursos e orquestrações autoritárias e souberam dar a resposta adequada. O Brasil mostrou que é uma democracia madura e sólida, em um momento turbulento no mundo, e mais uma vez se credenciou como um ator responsável para a comunidade internacional. A partir da posse do Presidente Lula, a tarefa que ele me delegou foi a de reconstruir pontes com o mundo. A expressão “reconstruir pontes” dá a exata noção dos muitos danos a reparar, e temos trabalhado nesse sentido desde o primeiro dia de gestão.

Quais países o presidente pretende visitar ainda em 2023?

O Presidente tem uma série de convites para visitas bilaterais e para eventos multilaterais no segundo semestre, e temos definido a agenda de viagens em diálogo com o Planalto, e em sintonia com as demandas da agenda doméstica, que são prioritárias para o governo. Com isso, é natural que a confirmação de algumas viagens ocorra mais perto das datas de cada compromisso. Mas, no segundo semestre, entre outros compromissos, o Presidente já participou

da cúpula do Mercosul, em Puerto Iguazú, na Argentina, no começo de julho, está participando da cúpula CELAC-União Europeia em Bruxelas, e ainda terá a cúpula dos BRICS em Joanesburgo, na África do Sul, em agosto, a cúpula do G20 em Nova Délhi, na Índia, e a Assembleia Geral da ONU, em Nova York, ambas em setembro, além da COP 28 do clima, nos Emirados Árabes Unidos, entre o final de novembro e o início de dezembro.

Na cúpula do Mercosul o Brasil assumiu a Presidência pro tempore do bloco, e o Brasil também assumirá a Presidência do G20 no ano que vem, o que torna indispensável a presença no encontro em Nova Délhi. Além disso, na COP 28 do Clima será oficializada a escolha de Belém (PA) para sediar a COP 30, em 2025. Belém também sediará outro importante evento de política externa do segundo semestre, a cúpula da Amazônia, que reunirá os presidentes dos oito países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e mais alguns convidados, em agosto, com o objetivo de debater soluções e articular políticas para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável na região.

Uma das questões colocadas como prioridade pelo presidente da República na política externa é o meio ambiente. O Brasil não envia sinais contraditórios ao mundo quando uma das Casas do Congresso aprova medidas como o marco temporal para as terras indígenas ou diminui as atribuições do Ministério do Meio Ambiente, como já foi feito?

Não vejo contradição aí, vejo apenas os Três Poderes da República desempenhando suas funções, e o Executivo também já reagiu a algumas dessas decisões, no âmbito das suas competências constitucionais. É assim que uma democracia funciona. O compromisso do governo do Presidente Lula com o desenvolvimento sustentável, já demonstrado plenamente nas duas gestões anteriores dele, voltou a ser demonstrado a partir do primeiro dia de gestão. Foram tomadas medidas duras de combate à criminalidade ambiental, como foi o caso do garimpo ilegal no território ianomâmi, por exemplo, entre tantas outras políticas em favor da sustentabilidade. Como consequência imediata, dados do INPE mostram que houve uma redução de 33,6% no desmatamento na Amazônia no primeiro semestre, na comparação com o mesmo período de 2022.

Nesse contexto, quais são as ambições do Brasil com a realização da COP 30, em 2025, em Belém?

Não se trata de ambição, e sim de reassumir um papel de liderança que o Brasil tradicionalmente ocupou no debate global sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, agora somado ao desafio da mudança climática, que ameaça a todos. Esse papel significa dar voz às preocupações dos países em desenvolvimento e às populações de regiões como a Amazônia. O Presidente Lula tem sido muito claro no sentido de cobrar dos países desenvolvidos o cumprimento de reiteradas promessas de apoio financeiro a projetos de desenvolvimento sustentável, promessas que não têm se materializado. É preciso que elas se materializem, com urgência. O Brasil tem credenciais, tem credibilidade para fazer essas cobranças, e por isso é importante que reassuma seu papel no debate global sobre grandes desafios como o da mudança climática, e não só na COP. Já a partir da Presidência brasileira do G20, no ano que vem, esse assunto será uma das prioridades do período em que estaremos à frente do grupo. Muito tempo já foi perdido com promessas não cumpridas e, mais recentemente, com um negacionismo em relação à ameaça da mudança climática que é típico da era da desinformação em que vivemos.

Realisticamente, que tipo de suporte se pode esperar da atual composição do Congresso Nacional à política externa do governo Lula? O número alto de parlamentares mais à direita representa um obstáculo?

Pessoalmente, creio que boa parte da sociedade brasileira, e também do Congresso, já está convencida dos prejuízos do isolamento diplomático dos últimos anos, quando em muitos momentos se abdicou de fazer diplomacia por simples sectarismo ideológico. Diplomacia se faz por meio do diálogo com todos, e em especial com aqueles com os quais não concordamos, dessa forma se superam as dificuldades.

Essa tem sido a linha condutora da política externa brasileira ao longo de décadas, em governos de diferentes orientações ideológicas, e é essa a linha que estamos retomando, a da diplomacia, do diálogo, da busca do entendimento. E, desde o início da legislatura, temos contado com o apoio e com a compreensão de ambas as Casas do Congresso Nacional em relação ao nosso esforço de reconstruir pontes com o mundo e de retomar os princípios e linhas de ação tradicionais do País na política externa, com o pragmatismo e a responsabilidade que sempre nos caracterizaram no cenário mundial.

Eu mesmo já participei de audiências públicas tanto na Câmara como no Senado, e em ambas contei com uma ampla compreensão dos parlamentares a respeito da necessidade de retomada das linhas tradicionais de política externa brasileira.

Em relação aos Estados Unidos: é comum que se faça uma analogia entre o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, de inclinação pró-Trump, com os atos golpistas de caráter bolsonarista na Esplanada dos Ministérios em 8 de janeiro de 2023. O Itamaraty considera que a pré-candidatura de Donald Trump a presidente representa algum risco à democracia, seja nos Estados Unidos ou em uma escala maior?

Tanto as instituições democráticas norte-americanas quanto as brasileiras, que enfrentaram desafios muito semelhantes, demonstraram estar à altura desses desafios. Somos duas democracias sólidas, devemos estar atentos a eventuais ameaças, mas não vejo razão para temores quanto ao futuro.

Em relação à guerra entre Rússia e Ucrânia, o presidente Lula tem postulado o papel de mediador no conflito. Ele sofreu algumas críticas por declarações a respeito da posição da Ucrânia no conflito. Que grau de protagonismo o presidente brasileiro pode ter nessa negociação?

O que o Presidente Lula tem postulado é a necessidade urgente de se falar na paz, e não só na guerra. Não somos candidatos à mediação, o que temos dito é que estamos dispostos a apoiar qualquer esforço de paz, e que a guerra na Ucrânia requer um esforço coletivo, de vários países. Não é tarefa para um país só.

Nosso objetivo, que é esse, de que se fale também de paz, está sendo atingido, basta ver o recente engajamento dos países africanos, que enviaram delegação de alto nível a Kiev e Moscou para dialogar com as partes. E também outras lideranças globais têm atuado nesse mesmo sentido, recentemente no Vaticano o Papa Francisco e o Presidente Lula também falaram sobre os esforços de paz. Desde a posse, já mantive reuniões de trabalho com quase 60 chanceleres, e em todas as conversas nas quais a guerra na Ucrânia foi mencionada, o papel do Brasil e do Presidente Lula foi bem recebido, mesmo pelos países em conflito e pelos seus principais aliados. Eventuais críticas na mídia fazem parte do processo, mas o importante é que já contribuímos para que o debate sobre a paz ocupe também o primeiro plano.

A evolução desse processo depende fundamentalmente dos países envolvidos, e da sua disposição em negociar, mas o avanço recente fez com que o debate global não esteja mais exclusivamente focado no conflito. Ele já contempla posições como a do Brasil, e agora também dos países africanos, e isso é um avanço.

Encontrar-se com Volodymyr Zelensky é uma prioridade para o presidente Lula?

Como sabemos, não foi possível o encontro entre os dois líderes à margem da cúpula do G7, em Hiroshima, no Japão, mas não há qualquer ansiedade a respeito. O Presidente Lula já manteve contatos telefônicos tanto com o Presidente Zelensky como com o Presidente Putin, o Embaixador Celso Amorim esteve em Moscou e em Kiev, como enviado especial, e avistou-se também com ambos os líderes, e eu também já me encontrei com o chanceler ucraniano Kuleba e com o chanceler russo Lavrov. Os canais estão abertos e estão funcionando, e o encontro pessoal entre os Presidentes ocorrerá quando houver uma próxima oportunidade.

A indústria brasileira tem perdido terreno na América do Sul para a China. Que medidas comerciais concretas o governo Lula pretende adotar para recuperar esse espaço no subcontinente?

Um dos grandes avanços em matéria de política externa nesse início de gestão foi a reunião de Presidentes da América do Sul. Um encontro presidencial na América do Sul não ocorria havia nove anos, e ocorreu no final de maio, em Brasília, por iniciativa do Presidente Lula, com a presença de 11 Chefes de Estado e um Chefe de Governo, ou seja, todos os países sul-americanos estiveram representados no mais alto nível. Depois de nove anos de canais bloqueados para o diálogo. Esse é um dado significativo dos prejuízos do isolamento, que começamos a reverter. Os chanceleres da reunião reuniram-se em Bruxelas à margem da reunião CELAC-UE, desta semana, para dar seguimento à retomada do diálogo, e voltarão a reunir-se em setembro em Nova York, à margem da Assembleia Geral da ONU. A integração latino-americana é um mandamento constitucional, em democracia nossos países protagonizaram uma aproximação inédita, e construíram um patrimônio de laços econômicos que precisa ser aprofundado. A reunião presidencial é o primeiro passo nessa retomada, que tem impacto direto e positivo em matéria de integração e das oportunidades econômicas que ela é capaz de gerar.

Presidentes de esquerda de países da América do Sul criticaram o presidente Lula pelas declarações dele, no encontro em Brasília, de que há uma narrativa contra o governo de Nicolás Maduro na Venezuela. O governo brasileiro reafirma que a miséria e as violações de direitos humanos, apesar de reconhecidas por organismos internacionais, são uma narrativa?

Meu papel é o de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e não de comentarista das notícias da atualidade, por isso procuro ser bastante claro em questões complexas do contexto regional. E insisto no fato de que o grande avanço do semestre na região foi a realização da reunião dos presidentes sul-americanos, após nove anos de silêncio e de falta de diálogo. Para mim, é natural que divergências surjam, e é saudável que seja assim, não se convocou o encontro para que houvesse uma troca de elogios. No que diz respeito à situação na Venezuela e à relação bilateral, para mim o mais importante foi a retomada das relações diplomáticas entre dois países vizinhos, após um afastamento que durou três anos, determinado pela decisão equivocada do governo anterior de fechar a embaixada e os consulados brasileiros naquele país. O primeiro resultado foi o de que cerca de 20 mil brasileiros que vivem na Venezuela não tiveram, durante três anos, qualquer assistência do governo brasileiro. Se algum deles precisasse de algum documento oficial, só o obteria viajando à Colômbia ou voltando ao Brasil. Um governo não pode deixar seus nacionais sem qualquer apoio do Estado durante três anos. Mas foi justamente isso o que ocorreu na Venezuela. Além disso, o fechamento dos canais de diálogo afetou duramente o comércio, com impacto negativo para a região Norte do Brasil, e privou a população de Roraima do acesso à energia mais barata da usina hidrelétrica venezuelana de Guri.

Isso é a antidiplomacia, com prejuízos evidentes para o Brasil. O Itamaraty sempre soube fazer diplomacia, e voltou a praticá-la. É bom lembrar também que, mesmo com as relações virtualmente rompidas, durante a pandemia foi o oxigênio doado pela Venezuela que salvou centenas de vidas em Manaus, em um momento no qual a escassez de oxigênio gerou uma séria crise na capital amazonense.

O governo brasileiro, que já condenou publicamente o embargo econômico à Venezuela, pretende repudiar as violações à democracia atribuídas ao governo Maduro?

O Brasil tem como tradição, sempre que chamado, atuar na construção de consensos em momentos de dificuldades em países amigos. Também com

a Venezuela tem sido assim, em especial desde 2013. O Brasil tem estado à disposição para apoiar e, quando convidado, mediar o diálogo entre os atores políticos venezuelanos. Naquele momento isso ocorreu com o engajamento também da UNASUL. Vários dos esforços diplomáticos desde então produziram resultados positivos, enquanto o rompimento do diálogo não trouxe qualquer benefício ao longo dos últimos anos. Em 2019, ao decidir reconhecer como presidente “autoproclamado” o deputado Juan Guaidó, eleito em 2015 com pouco menos de 100 mil votos, na prática o governo anterior inviabilizou qualquer possibilidade de atuação efetiva da diplomacia brasileira para a superação da crise política na Venezuela.

A história recente demonstra claramente que o Brasil cometeu um grande equívoco.

Não repetiremos esse equívoco, e faremos chegar ao governo venezuelano nossas preocupações e críticas por meio de um diálogo diplomático franco, mas que será mantido pelos canais diplomáticos adequados, e não pela mídia ou pelas redes sociais. Os interesses do Brasil e da integração regional exigem de nós profissionalismo em uma relação que é estratégica para nós e também para a colaboração fronteiriça na Amazônia.

As previsões para a economia mundial são de baixo crescimento para 2023, mas vêm melhorando em comparação ao início do ano. De um modo geral, que oportunidades isso representa para o Brasil?

Economia não é minha especialidade, mas nos contatos que venho mantendo desde janeiro, percebo que o cenário global oferece boas perspectivas para a economia brasileira, tanto para o nosso setor exportador quanto para aqueles que investem em novas fronteiras tecnológicas, como a da transição energética. Há uma profunda transformação em curso no mundo, e é preciso que estejamos prontos para aproveitar as oportunidades que ela já está oferecendo. Em matéria de transição energética, por exemplo, nossas possibilidades são muito promissoras, desde que consigamos gerar, na política e na sociedade, os consensos necessários quanto aos rumos a seguir. Tenho a confiança de que não deixaremos passar essa oportunidade.

4.2 Risco de alastramento do conflito é real" - entrevista com o Ministro Mauro Vieira ao jornal *Correio Braziliense*, em 5 de novembro de 2023

O ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, disse que é necessário fazer um esforço diplomático para evitar que a guerra de Israel contra o grupo terrorista Hamas se alastre na região. Em entrevista ao Correio, o chanceler brasileiro aponta que o risco dessa escalada é real.

"O risco de escalada e alastramento do conflito é real, é motivo de preocupação, e tem merecido toda nossa atenção", aponta e complementa. "É preciso conter esse risco por meio da diplomacia, e é o que estamos fazendo", disse o embaixador.

À reportagem, disse que os voos de repatriação dos brasileiros foram um sucesso até o momento e comentou a promessa do ministro das Relações Exteriores de Israel, Eli Cohen, de que os brasileiros que ainda estão retidos na Faixa de Gaza serão autorizados a cruzar a fronteira com o Egito até a próxima quarta-feira. "Estamos trabalhando, há semanas, para que o grupo de brasileiros estivesse entre os primeiros a partir da reabertura do posto fronteiriço de Rafah", disse o chanceler.

Vieira avaliou ainda o discurso que fez no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), quando disse que os países falharam "miseravelmente". Para ele, a instituição não conseguiu dar resposta em tempo ao conflito. Quanto à proposta de resolução do Brasil para um cessar-fogo, vetada pelos Estados Unidos no Conselho, Vieira diz que só recebeu elogios quanto à atuação do país na presidência rotativa do colegiado, ao longo do mês de outubro.

"O Brasil é grande, é respeitado no mundo, e tem uma diplomacia à altura dessa importância", diz o chanceler, ao rejeitar a crítica de que o país faz "diplomacia nanica". Acompanhe os principais trechos da entrevista com o chanceler Mauro Vieira:

Há risco de uma escalada no conflito no Oriente Médio? Como isso afeta o Brasil?

O risco de escalada e alastramento do conflito é real, é motivo de preocupação, e tem merecido toda nossa atenção. Vários chanceleres e chefes de Estado ou governo com os quais conversei em Nova York e no Cairo me transmitiram essa preocupação. A instabilidade no Oriente Médio tem alcance global, tanto no plano político quanto no econômico, e o Brasil não estaria livre de eventuais

repercussões negativas do alastramento do conflito. É preciso conter esse risco por meio da diplomacia, e é o que estamos fazendo, em coordenação com outros parceiros importantes na região e no mundo.

Quando o senhor acredita que a situação dos brasileiros em Gaza pode ser resolvida?

Estamos trabalhando, há semanas, para que o grupo de brasileiros estivesse entre os primeiros a partir da reabertura do posto fronteiriço de Rafah, que ocorreu na quarta-feira. Já falei com o chanceler do Egito em quatro ocasiões, e com o de Israel, em três. O presidente Lula falou com ambos os presidentes e com vários líderes da região, estamos totalmente mobilizados, e nossas embaixadas também estão fazendo gestões para que a questão seja solucionada o mais rapidamente possível. Desde que o posto de Rafah foi aberto para a passagem de pessoas e que começou a evacuação dos cerca de 7 mil estrangeiros retidos em Gaza, a um ritmo de 500 pessoas por dia, telefonei para os chanceleres do Egito e de Israel para reiterar o pleito dos brasileiros que esperam pela sua vez em Rafah e em Khan Yunis. Ambos me responderam que se empenharão ao máximo para resolver a situação rapidamente.

E a guerra na Ucrânia, ficou congelada?

Não, o fato de ter saído do foco prioritário da mídia não afasta a necessidade de que continuemos a buscar a paz também na Ucrânia.

O senhor acredita que o Fórum pela Paz, no Egito, deve se repetir? Ele tem mais condições que a ONU de construir um caminho de paz na região?

Sim, foi um exercício muito válido e representativo, tanto em número e peso de países convidados quanto no nível em que estiveram representados. Foi uma iniciativa que se somou aos esforços da ONU, e que reforçou nossa atuação no Conselho. Mas um foro não exclui o outro, são ações que se complementam, e que devem ter continuidade. É sempre bom lembrar que a Cúpula para a Paz, no Cairo, obteve consenso em pontos essenciais, como a urgência da cessação de hostilidades e do atendimento à crise humanitária e, sobretudo, quanto à concretização da solução de dois Estados como caminho indispensável para a construção de uma paz duradoura, com a convivência em paz e segurança de Israel e da Palestina, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

Por que falhamos vergonhosamente, como o senhor diagnosticou no discurso da última reunião do Conselho de Segurança?

Porque, apesar dos esforços da presidência, ocupada em outubro pelo Brasil, e de um grupo amplamente majoritário de países, estivemos muito perto, mas não conseguimos fazer com que o Conselho de Segurança aprovasse uma resolução sobre o conflito. Por instrução do presidente Lula, que acompanhou e orientou nossa atuação passo a passo, em constante contato telefônico e com vivo interesse nos esforços em busca de uma solução, tentamos construir o consenso até o último momento da nossa presidência, na última terça-feira. Não pudemos fazer com que o Conselho se manifestasse com a contundência e a rapidez exigidas pelas duas crises que o mundo testemunha desde 7 de outubro: a dos reféns em poder do Hamas e a humanitária, que afeta toda a população civil de Gaza. Foi uma oportunidade perdida, mas não acabaram nem a esperança tampouco o empenho em se negociar uma resolução.

O Brasil saiu mais forte ou mais fraco depois da proposta de resolução ser vetada pelos americanos?

Nunca perdemos de vista que o que estava em jogo eram as vidas de milhões de pessoas – entre elas, milhares de brasileiros – afetadas diretamente pelo conflito na região, e não o Brasil e sua diplomacia. Por isso, o governo Lula foi além da ação diplomática na ONU e deu uma resposta tão rápida e eficaz em matéria de repatriação de brasileiros que se sentiram ameaçados pelo conflito, com 1.445 pessoas, entre compatriotas e familiares, atendidas até a sexta-feira. E, a partir da abertura da passagem fronteiriça de Rafah, intensificamos as gestões diplomáticas para que os mais de 30 brasileiros retidos em Gaza possam entrar no Egito, onde a equipe de apoio da Embaixada no Cairo e um avião da FAB os esperam há mais de duas semanas. No que diz respeito aos aspectos diplomáticos da atuação brasileira à frente do Conselho no mês passado, o julgamento cabe aos brasileiros e aos nossos parceiros da comunidade internacional. Nas minhas conversas por telefone e nas mantidas pessoalmente em Nova York e Cairo nas últimas semanas, só ouvi elogios ao equilíbrio, ao esforço e à ampla capacidade de interlocução do Brasil. O dado concreto é que os 12 votos a favor da resolução da presidência brasileira (apenas os EUA votaram contra) representam, por si só, um recado claro de que a ampla maioria do Conselho buscou romper o impasse, a partir de um texto equilibrado e focado na questão humanitária. Sempre soubemos que a tarefa era difícil: afinal, desde 2016 não se aprova nenhuma resolução sobre a questão palestina e, do total de vetos na história do Conselho, cerca de 250

(1/3) foram exercidos em votações ligadas a questões do Oriente Médio. Mas também sabíamos que era preciso tentar até o final. Nossa dever foi cumprido.

Qual o balanço desse período do Brasil na presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU?

O balanço é positivo. Além de cumprir toda a agenda prevista para outubro e de aprovar sete resoluções, duas delas sobre o Haiti, o Conselho dedicou todo o tempo necessário à crise em Israel e na Palestina, a partir dos atos terroristas do Hamas, em 7 de outubro. Nossas equipes do Itamaraty e da missão na ONU, em Nova York, trabalharam duro na preparação e na administração da agenda, em um momento no qual os trabalhos do Conselho foram acompanhados, em tempo real, pela opinião pública brasileira e internacional.

Esse imobilismo do Conselho de Segurança mostra um sistema multilateral desacreditado? A ONU mantém a relevância?

O multilateralismo e a ONU continuam a ter relevância e continuam a ser o melhor modelo de governança para o Brasil. Mas, há 30 anos, o Brasil vem cobrando a necessidade de mudanças na ONU e no Conselho de Segurança para que reflitam as realidades atuais do mundo, e não a realidade de 1945, herdado do fim da II Guerra Mundial. Os fatos da realidade internacional, incluindo a crise no Oriente Médio e seus últimos retrocessos em matéria de paz, dão razão à nossa argumentação. É urgente reformar o sistema de governança internacional e isso inclui também a Organização Mundial do Comércio.

É possível pensar nesse multilateralismo, sem os Estados Unidos, ou Rússia e China? Países que vêm polarizando a ONU.

Não, o multilateralismo é inclusivo por natureza, e a participação de grandes atores, como EUA, Rússia e China, é indispensável. Mas é igualmente indispensável um novo equilíbrio na representação e na divisão de poderes e responsabilidades. Um equilíbrio que leve em conta o peso cada vez maior dos países em desenvolvimento e de regiões como a América Latina, a África e a Ásia.

Apesar do mundo mais multipolar, as instituições internacionais estão fragilizadas. Para o Brasil, não seria melhor apostar no bilateralismo, focar mais nos seus interesses?

Não acredito nisso, o multilateralismo é o modelo que contempla melhor os interesses de países como o Brasil, que depende de uma ordem internacional mais justa e mais equilibrada. Uma ordem capaz de evitar que, por meio de regras e do direito, se imponham as assimetrias de poder, as medidas unilaterais e a lei do mais forte, tanto na política quanto na economia e em áreas de grande interesse para nós, como o meio ambiente.

Em 2014, no governo da presidente Dilma Rousseff, o Hamas e Israel entraram em conflito e o Brasil questionou a retaliação de Israel. Críticos disseram que o país fazia uma diplomacia nanica. A oposição ao governo retomou essa acusação neste novo conflito. Somos nanicos?

Essa frase infeliz caiu rapidamente no esquecimento por uma razão muito simples: se há um termo que não se aplica ao Brasil e a sua diplomacia é esse. O Brasil é grande, é respeitado no mundo e tem uma diplomacia à altura dessa importância. Não ouvi essa afirmação ser repetida agora, mas se ela foi feita, no Brasil ou fora, cairá rapidamente no esquecimento também, porque não tem o menor fundamento. Além disso, em 10 meses de gestão, ninguém mais discute que o presidente Lula retomou as linhas de atuação internacional da política externa brasileira, recuperou prestígio e espaços internacionais de atuação e devolveu ao Brasil uma posição central no debate internacional. Os tempos do isolacionismo provocado pelos erros, pelo sectarismo e pela imperícia diplomática do antecessor ficaram para trás, felizmente. Em um dos muitos eventos tradicionais dos quais participei desde que assumi o cargo, me encontrei no corredor com chanceler de um importante parceiro europeu que temos, e ele me saudou com um sorriso, e com a seguinte frase, que sintetiza o sentimento geral que percebo em minhas viagens de trabalho pelo mundo, e recentemente também em Nova York e no Cairo: “Que bom ter o Brasil de volta”.

4.3. “O Brasil no Conselho de Segurança e a guerra” – artigo do Ministro Mauro Vieira para *O Globo*, em 5 de novembro de 2023

Madrugada de 7 de outubro no Brasil.

O Hamas invade território israelense e perpetra um atentado terrorista que deixa como saldo mais de 1.400 pessoas assassinadas – entre elas três

compatriotas – e um número estimado de mais de 200 reféns, segundo cifras de autoridades israelenses.

Começava aí, durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), prevista no calendário para outubro, um intenso esforço diplomático que sempre teve como objetivo prioritário aliviar o drama humano. Uma tragédia que atingiu tanto reféns e suas famílias quanto civis moradores de Gaza, estes sob três semanas de intenso bombardeio, que só fez se agravar ao longo dos últimos dias. E que deixou, até o momento, um saldo adicional de outras 8.500 vítimas fatais na Palestina, das quais mais de 3 mil são crianças, segundo autoridades palestinas.

O histórico da questão israelo-palestina exigia realismo e determinação, no limite da teimosia: afinal, vetos dos membros permanentes acompanham os 75 anos de história do conflito no Conselho. Além de construir a maioria regimental de nove dos 15 votos do Conselho, era preciso construir um texto equilibrado a ponto de driblar o histórico predomínio dos vetos dos membros permanentes na questão. Desde 2016, não se aprova no Conselho nenhuma resolução sobre a questão palestina, e, dos 250 vetos da história do Conselho, 86, ou mais de 1/3, referem-se ao Oriente Médio.

Era obrigação da presidência brasileira tentar um acordo até o último minuto de seu mandato, e foi o que o Brasil fez, por instruções diárias do presidente Lula. Para isso, contou com total apoio dos outros nove membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos, grupo chamado E10, e de alguns dos cinco membros com direito a voto, o P5 no jargão da ONU.

Em 18 de outubro, o texto proposto pela presidência brasileira, um dos quatro votados no Conselho, foi o que mais próximo esteve da façanha diplomática de ser aprovado e de fazer prevalecer os interesses das pessoas afetadas, deixando as rivalidades geopolíticas em segundo plano. O texto contou com 12 votos a favor, entre eles da China e da França, membros do P5. Houve também duas abstenções do mesmo grupo, Rússia e Reino Unido, e o voto dos Estados Unidos. O único voto foi suficiente para devolver a discussão de texto à estaca zero, quando a deterioração da situação em Gaza já ganhava contornos difíceis de reverter.

O dado encorajador desse esforço é que, apesar da retórica inflamada e dos vetos cruzados, os membros do Conselho colaboraram continuamente com a presidência brasileira na tentativa de construir consensos. Seguiremos nessa linha, com a mesma obstinação, nas deliberações a partir de agora, já na presidência chinesa, iniciada na quarta-feira, dia 1/11. O trabalho rendeu

bons frutos, e a facilidade de interlocução do Brasil com todos os seus pares na ONU produziu avanços e mensagens políticas claras, seja nos 12 votos do CSNU, seja na aprovação de uma resolução da Assembleia Geral, composta por todos os 193 países-membros, que conclamou a entrada em vigor de uma “trégua humanitária imediata, durável e sustentada”. A trégua é elemento indispensável para que o resgate dos reféns seja negociado e implementado – e para que uma ajuda humanitária adequada possa ser prestada à população de Gaza.

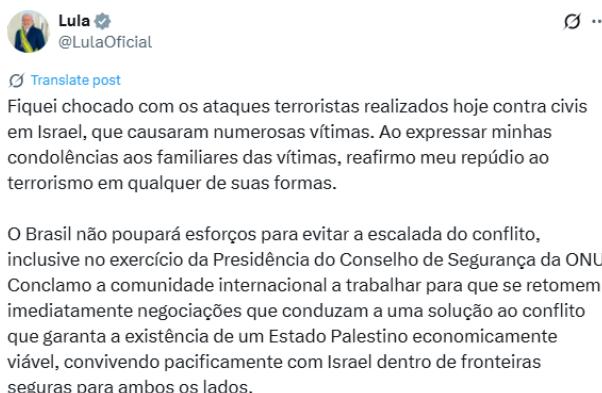
Ainda que o objetivo de que o Conselho falasse com uma só voz em favor dos que sofrem em Israel e Gaza não tenha sido alcançado em outubro, o esforço de todos valeu a pena. Representa um impulso renovado e claro da comunidade internacional em favor da paz no Oriente Médio, que nenhum voto será capaz de calar. Assim se construirá o caminho que levará à solução de dois Estados, Israel e Palestina, acordada solenemente por israelenses e palestinos, e há décadas à espera da concretização. A Cúpula para a Paz do Cairo, com a participação de grande número de líderes mundiais, foi unânime em relação a essa solução, e também à urgência da cessação de hostilidades. O ímpeto e a obstinação que produziram os acordos de paz de Camp David e de Oslo, entre outros avanços, precisam urgentemente ser renovados. No limite da teimosia, é preciso perseguir esse objetivo como etapa indispensável para sepultar décadas de ódio e de sofrimento e abrir espaço para a promoção da paz e da reconciliação.

5. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS

5.1. Publicação no Facebook, Instagram e X por ocasião da aprovação da resolução sobre a incompatibilidade entre racismo e democracia, na 53ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU – 14 de julho de 2023



5.2. Pronunciamento do Presidente Lula no X após ataques terroristas contra civis em Israel – 7 de outubro de 2023



5.3. Publicação no X por ocasião do encontro do Ministro Mauro Vieira com o Secretário-Geral da ONU, António Guterres – 25 de outubro de 2023



Itamaraty Brasil  
@ItamaratyGovBr

⋮

 [Translate post](#)

Pouco antes da abertura da sessão de hoje do Conselho de Segurança, o Ministro Mauro Vieira expressou ao Secretário-Geral da ONU, [@antoniofotterres](#), o reconhecimento do Governo brasileiro pelo trabalho liderado por Guterres ao longo da atual crise em Israel e Gaza.



Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr · Oct 25, 2023

⋮

Destacou o empenho pessoal de Guterres para dar respostas à grave crise humanitária na Faixa de Gaza, com a participação na Cúpula para a Paz do Cairo e com a ida ao posto fronteiriço egípcio de Rafah, na semana passada.

 1

 10

 79

 2.4K



Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr · Oct 25, 2023

⋮

“O trabalho do Secretário-Geral tem sido incansável, tanto na dimensão humanitária do conflito quanto na promoção do diálogo entre os membros durante a atual crise”, afirmou Mauro Vieira.

 3

 9

 74

 2.1K

5.4. Publicação no X por ocasião da participação do Ministro Mauro Vieira no debate aberto anual do Conselho de Segurança da ONU sobre a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança (MPS) – 25 de outubro de 2023



[Translate post](#)

O Ministro Mauro Vieira preside hoje o debate aberto anual do Conselho de Segurança da ONU sobre a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Siga o fio para saber mais 



O evento contou com a participação do Secretário-Geral da ONU, [@antonio_guterres](#), e da Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha ([@ICRC](#)), Mirjana Egger, que sugeriram medidas concretas para a implementação da Agenda de MPS.





Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Oct 25, 2023

A Embaixadora Glivânia de Oliveira compartilhou sua experiência, como representante do [como país garante] no Processo de Paz entre a Colômbia e o Exército de Libertação Nacional. Hala al- Karib tratou das contribuições de mulheres da sociedade civil nos processos de paz.



Q 1

12

12

185

185



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Oct 25, 2023

O tem firme compromisso com a participação feminina em todos os estágios dos processos de paz. Como destacou o Ministro, “a ausência de mulheres nos espaços decisórios onde são discutidos os conflitos armados é incompatível com a necessidade de se promover uma cultura de paz”.



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Oct 25, 2023

Durante o evento, foram anunciadas as diretrizes do novo Plano Nacional do Brasil sobre MPS, com medidas concretas para promoção da participação das mulheres nos processos e nas políticas públicas relacionadas com a paz e a segurança, nos planos interno e internacional.

Q 1

12

14

1K

1K



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Oct 25, 2023

A íntegra do discurso do Ministro Mauro Vieira está disponível aqui:



gov.br

Intervenção do Ministro Mauro Vieira no debate do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz...

5.5. Publicação no X por ocasião da cerimônia alusiva aos 25 anos do Acordo de Brasília – 26 de outubro de 2023



Itamaraty Brasil  
@ItamaratyGovBr

⋮

[Translate post](#)

O Ministro Mauro Vieira assistiu, hoje, em Lima, à cerimônia alusiva aos 25 anos do Acordo de Brasília, que teve como anfitriã a Presidente do  Dina Boluarte, e contou com a presença do Presidente do  Guillermo Lasso, e de representantes dos países garantes dos acordos.



 Presidencia del Perú  and Presidencia Ecuador 



Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr · Oct 26, 2023

⋮

O Acordo de Paz de Brasília, firmado no Palácio **#Itamaraty** em 28 de outubro de 1998, selou o fim de históricas disputas fronteiriças entre Peru e Equador, na região da cordilheira do Condor.



1

1

5

238

↑ ↓



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Oct 26, 2023



...

Em seu discurso, Mauro Vieira saudou o papel dos países garantes em apoio às negociações de paz. “Nos orgulha ter podido dar uma contribuição diplomática - junto com a , o e os - aos intensos e corajosos esforços de paz empreendidos pelo e pelo ”, afirmou.

2

2

16

2.2K



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Oct 26, 2023



...

“O Acordo de Paz de Brasília abriu caminho, de fato, para o aprofundamento de nosso processo de integração regional na América do Sul, ao demonstrar a capacidade de construir consensos e priorizar as soluções comuns para desafios compartilhados”, disse Mauro Vieira.

1

2

16

1.5K



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Oct 26, 2023



...



5.6. Pronunciamento do Presidente Lula no X após ataques entre Hamas e Israel – 14 de novembro de 2023



🔗 ...

[🔗 Translate post](#)

Aos 78 anos, eu já vi muita brutalidade e violência. Mas eu nunca vi uma violência tão desumana contra inocentes. O Hamas cometeu ato de terrorismo mas a resposta de Israel também é letal contra crianças e mulheres inocentes. Destrução de tudo que foi construído com muita luta, como escolas, hospitais. O governo brasileiro vai continuar lutando pela paz, cobrando dos outros presidentes um comportamento humanista, pelo cessar-fogo.

5.7. Publicação no X por ocasião do encontro do Ministro Mauro Vieira com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Sameh Shoukry – 29 de novembro de 2023



🔗 ...

[🔗 Translate post](#)

O Ministro Mauro Vieira manteve encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Sameh Shoukry, hoje em Nova York, à margem da reunião ministerial do Conselho de Segurança da ONU sobre o Oriente Médio.





Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Nov 29, 2023

O Ministro Mauro Vieira agradeceu ao Ministro Shoukry o apoio egípcio à exitosa operação de repatriação de cidadãos brasileiros e familiares que se encontravam em Gaza. E reiterou pedido de respaldo para nova operação, envolvendo segunda lista para evacuação de Gaza.



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Nov 29, 2023

Shoukry agradeceu a contribuição do **#Brasil** nas negociações do **#CSNU** buscando oferecer respostas à grave crise humanitária em Gaza. Shoukry e Vieira discutiram também as relações - e a participação do **#Egito** no **#G20** em 2024, a convite da presidência brasileira do grupo.



5.8. Publicação no X por ocasião do encontro do Ministro Mauro Vieira com os chanceleres da Arábia Saudita, Faisal bin Farhan Al Saud, da Jordânia, Ayman Safadi, e com o Primeiro-Ministro e Chanceler do Catar, Mohammed bin Abdulrahman Al Thani – 29 de novembro de 2023



O Ministro Mauro Vieira manteve hoje em NY, à margem da reunião ministerial do [#CSNU](#), reunião com os chanceleres da [#ArabiaSaudita](#), Faisal bin Farhan Al Saud, da [#Jordânia](#), Ayman Safadi, e com o primeiro-ministro e chanceler do [#Catar](#), Mohammed bin Abdulrahman Al Thani. 





Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr · Nov 29, 2023

...

Na ocasião, Mauro Vieira e as autoridades da [#ArábiaSaudita](#), da [#Jordânia](#) e do [#Catar](#) fizeram um balanço das iniciativas em curso para resolver a crise humanitária em Gaza e a crise dos reféns em poder do Hamas desde os ataques terroristas de 7/10.



5.9. Publicação no X por ocasião da participação do Ministro Mauro Vieira na sessão inaugural da Comissão de Promoção da Diversidade e da Inclusão do Itamaraty – 14 de dezembro de 2023



Itamaraty Brasil @ItamaratyGovBr

...

[Translate post](#)

O Ministro Mauro Vieira presidiu, hoje, sessão inaugural da Comissão de Promoção da [#Diversidade](#) e da Inclusão do [#Itamaraty](#), juntamente com representantes dos comitês étnico-racial, de gênero, de pessoas com deficiência e [#LGBTQIA+](#).



Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr · Dec 15, 2023  ...

Passaram-se em revista as medidas adotadas em 2023, como a produção e divulgação de censo de funcionários desagregados por gênero e por raça, o estabelecimento da paridade de gênero de avaliadores para a admissão à carreira diplomática e medidas de reconhecimento simbólico.

1  4  1.1K   

Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr · Dec 15, 2023  ...

Foram discutidas ações previstas para 2024, como a realização de curso contra assédio e seminários, ampliação do Programa de Ação Afirmativa e elaboração de plano de metas para ingresso, ascensão e liderança de mulheres e pessoas negras na instituição.

5.10. Publicação no X por ocasião da participação da Secretária-Geral, Embaixadora Maria Laura da Rocha, no Fórum Global de Refugiados, em Genebra – 14 de dezembro de 2023

Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr  ...

 [Translate post](#)

A Secretária-Geral, Embaixadora Maria Laura da Rocha, apresentou os compromissos do  no II Fórum Global de [#Refugiados](#), em Genebra. Reafirmou a tradição do  de solidariedade e a intenção de fortalecer as políticas de acolhimento e refúgio, inclusive via reassentamento.



Itamaraty Brasil   @ItamaratyGovBr · Dec 14, 2023  ...

Ao lado da Presidenta do CONARE, Sheila de Carvalho, e da brasileira ativista para os direitos das pessoas apátridas, Maha Mamo, a Secretária-Geral ressaltou a importância do apoio da comunidade internacional e de políticas com enfoque em grupos vulneráveis

5.11. Publicação no X por ocasião do 12º voo de repatriação da Operação Voltando em Paz – 23 de dezembro de 2023



Itamaraty Brasil
@ItamaratyGovBr

⋮

Translate post

Pousou, na manhã deste sábado, em Brasília, o 12º voo de repatriação da Operação [#VoltandoEmPaz](#), trazendo 30 brasileiros e familiares evacuados da Faixa de Gaza, entre os quais 5 homens (2 idosos), 11 mulheres e 14 crianças.

